

ISSN 0100-199X

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

18

Neste número:
Religiões Populares
Elite Eclesiástica
Mulher e Política

O BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no país. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do país.

Editor

Charles Pessanha (IUPERJ)

Conselho Editorial

Abílio Baeta Neves, Presidente (UFRGS)

Eli Diniz (IUPERJ)

Eunice R. Durham (USP)

Heraldo Souto Maior (UFPe)

Laura da Veiga (UFMG)

Vilma Figueiredo (UnB)

Secretária

Maria Elizabeth R. Cobra

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Editoria do BIB

Rua da Matriz, 82 – Botafogo

22.260 – Rio de Janeiro – RJ

Composição e Impressão

Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.

Rua Santana, 136/138

Rio de Janeiro – RJ

Sumário

Resenhas Bibliográficas

“Religiões Populares”: uma Visão Parcial da Literatura Recente <i>Rubem César Fernandes</i>	3
Mulher & Política: um Debate sobre a Literatura Recente <i>Mariza Corrêa</i>	27
Fontes de Pesquisa	
Fontes para o Estudo da Elite Eclesiástica Brasileira, 1890-1940 <i>Sergio Miceli</i>	45
Perfil Institucional	
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília	71
Pesquisas em Andamento	75
Teses e Dissertações	79
Noticiário	83

BIB, Rio de Janeiro, n. 18, pp. 1-84, 2.º Semestre 1984

Colaboram neste número:

Mariza Corrêa é professora do Departamento de Antropologia da Unicamp. É autora de *Morte em Família*, Rio de Janeiro, Graal, 1983.

Rubem César Fernandes é professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ e Secretário-Executivo do Instituto Superior de Estudos de Religião – ISER. É autor de *Os Cavaleiros do Bom Jesus: uma Introdução às Religiões Populares*, São Paulo, Brasiliense, 1982, e organizador de “Polônia: o Partido, a Igreja, o Solidariedade”, *Cadernos do ISER*, n.º 15, 1984.

Sergio Miceli é professor da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e Secretário-Executivo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs. É autor de *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Difel, 1979, e organizador de *Estado e Cultura no Brasil*, São Paulo, Difel, 1984.

"Religiões Populares": uma Visão Parcial da Literatura Recente*

Rubem César Fernandes

Um Tema Controvertido

A literatura é abundante e ainda em expansão. Uma bibliografia exaustiva alcançaria milhares de títulos.¹ Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, o seu conjunto deixa dúvidas sobre a natureza do conceito de "religião popular". Remete a idéias e fatos que nos interessam, mas não chega a delinear uma noção de contornos bem definidos. É um bom tema, com certeza, mas não dá forma a um "objeto" de reconhecimento geral. Eis algumas das razões que o fazem um tema controvertido.

1. Recobre uma grande variedade de fenômenos, grande demais talvez. Existe a *variação regional* – pajelança na Amazônia, candomblé na Bahia, folias católicas por toda parte, a umbanda também generalizada e se diferenciando de uma região para outra, as expressões étnicas de populações de origem alemã, polonesa, italiana, japonesa, no sul do país, e assim por diante. Não conheço nenhum viajante que esteja familiarizado com a religiosidade de todas essas regiões. Existe, sim, uma certa especialização regional que acaba recobrando o território por inteiro.²

Mais sutil é a *variação segundo as crenças religiosas*, que distingue entre vizinhos, sejam eles fiéis ou pesquisadores. Sob a mesma cobertura da "religião popular" encontramos tradições cujas origens e modelos referenciais separaram-se por continentes. Remetem, ao menos, à Europa mediterrânea, à África, aos anglo-saxões, aos ameríndios. Caberá o mundo inteiro em um conceito qualificado apenas pelo adjetivo "popular"? Entre os trabalhos recentes, há alguns que procuram considerar (diferentemente) essa diversidade, situando as diferenças em um único quadro conceitual. Camargo (1973, 1976), Fry e Howe (1975), Brandão (1977, 1980a, 1980b), Fernandes (1982) estão entre eles.³

2. Esse não é um "termo nativo". Ninguém se define como praticante da "religião popular". As pessoas se dizem "católicas", "evangélicas", "espíritas", "umbandistas". Em consequência, há quem diga com ironia que essa é uma expressão própria à fala dos intelectuais. Seria entre eles, ou a partir das suas iniciativas, que "a religião popular" ganharia existência e faria história.

Recorda-se que foi relevante, num sentido pejorativo, para o clero católico no início da

* Agradeço a Cláudia de Moraes, minha assistente de pesquisa no Museu Nacional, pelo trabalho cuidadoso no levantamento dos dados bibliográficos. Agradeço também a Heraldo Maués pela leitura minuciosa e pelos comentários críticos.

República, período no qual a hierarquia empenhou-se em recuperar a disciplina perdida sob o regime do padroado (Azzi, 1976, 1977; Cehila, 1980). Contou nos anos 20 e 30, com a projeção nacional das romarias a Aparecida do Norte (Azzi, 1981; Della Cava, 1975; Bruneau, 1974; Machado, 1975). Foi foco de debate no contexto da renovação litúrgica pós-Vaticano II, e é tema difícil para as “pastorais populares” inspiradas pela teologia da libertação (Boff, 1976; Groetelaars, 1976). O tema tem sido, com efeito, *dos mais relevantes para a representação que as ortos — ou hetero — doxias fazem de si mesmas e de sua missão no contexto religioso brasileiro.*

Também no plano secular o tema tem o seu destaque. Foi evocado a propósito de uma “identidade nacional” no entre guerras, fornecendo referencial para os regionalismos que acompanhavam a formação da nacionalidade (Almeida, 1977; Góes Dantas, 1982). Inundou os áudio-visuais nos anos do “Deus e Diabo na Terra do Sol” (Berlink, 1984). Fornece material abundante para a indústria cultural desenvolvida nos anos setenta (Ortiz, 1980a e 1980b).

Faz falta um trabalho do gênero “história das idéias” que sinalize as datas, os contextos discursivos e práticos, as variações semânticas e normativas percorridas pelo tema ao longo do tempo. Um trabalho do gênero haveria de contribuir para realçar as ambivalências da relação entre as idéias de “elite e povo” na cultura brasileira; idéias essas que, em minha opinião, hão de ser significativas para gregos e troianos. Parece falacioso concluir que por ser própria à fala dos intelectuais, não possa ser encontrável, ou traduzível, no discurso corrente entre as classes populares.

Como se vê, embora não seja “nativa”, a expressão também é alheia ao seu objeto. Oscila entre a acusação e a louvação. Orienta esforços pedagógicos (Brandão, 1983), catequéticos (CNBB, 1973, 1975), psiquiátricos (Correia, 1982a, 1982b; Fry, 1982; Guedes, 1974), empresariais políticos. Aparece em gêneros literários que vão do panfleto a documentos episcopais e às teses de pós-graduação. Não é fácil distinguir nela onde termina a militância e onde começa a análise em algum sentido objetiva. Pertencendo às relações entre “elites e povo”, implica as identidades do sujeito e do objeto do discurso. Como nas conversas apaixonadas, é uma expressão reveladora, mas em excesso. Deixa sempre em dúvida sobre quem afinal se está falando. Sobre eles, sobre nós mesmos? Certamente, sobre eles e sobre nós mesmos, a um só tempo.

3. A expressão é utilizada em *sentidos diversos, nem sempre coincidentes*. O termo “popular” designa “. . . o que pertence à ‘maioria dos homens’, porém também é muito utilizado no sentido daquilo ‘que pertence aos estratos inferiores da população’” (Pereira de Queiroz, 1983). Ademais, um outro atributo costuma ser invocado para caracterizar as “religiões populares”: seriam “extra-oficiais”, fora do controle e da regulamentação das autoridades instituídas, cultivadas pelos “leigos” em oposição à religiosidade clerical (Chauí, 1980).

Ora, dizem os críticos, os três sentidos não se recobrem. Há festas, como a de Iemanjá, no Rio de Janeiro, que gozam de “grande popularidade”, a despeito das autoridades eclesiásticas do estado, e que, no entanto, atraem pessoas de todas as classes sociais. Há rituais, como o de *louvor ao Divino Espírito Santo, que podem ser promovidos pelo clero em uma paróquia ou considerados por representantes do mesmo clero em outras regiões, ou ainda, ser festa do “povo da roça” em um local (Brandão, 1981) e devoção típica, por exemplo, de um segmento da classe média carioca (no caso, danos de padaria, açougue e pequenos frigoríficos, de origem açoriana — Frade, 1981). Messias e taumaturgos, como o Pe. Cícero e Pe. Donizetti, têm alcançado “popularidade”, com apoio maior nos “estratos inferiores”, são perseguidos pela hierarquia e, no entanto, recebem a simpatia de setores significativos do clero, preservando elementos rituais aprendidos no seminário e consagrados pela ortodoxia (Pereira de Queiroz, 1983). A colocar num quadro, para efeito de clareza visual, vê-se bem as contradições implícitas no uso que é feito da idéia de uma “religião popular”.*

As observações contidas no quadro indicam que: (a) varia de caso para caso. Há festas do Divino, como a de Cunha, SP, que envolvem o conjunto do povo do lugar. As festas de “padroeiros” costumam ser assim. Há outras, como a festa do Divino promovida pelos açorianos no Rio de Janeiro que caracterizam a tradição específica de um grupo étnico. (b) é questionável que se encontre um conjunto ritual qualquer no Brasil que se caracterize pela participação exclusiva das classes subalternas. Contudo, os significados rituais podem estar associados à distinção entre “subalternos e dominantes”, contribuindo para constituí-la como fato social. Em algumas conjunturas isto ocorre, em outras não. (c) a festa de Iemanjá é “extra-oficial” em relação às autoridades (católicas) dominantes, mas não o é em relação às hierarquias da um banda e do can-

Exemplos	Festa de Iemanjá no Rio de Janeiro	Festa do Divino	Messias e Taumaturgos
"Maioria dos homens"	SIM	SIM/NÃO (a)	SIM
"Exclusivo de classes subalternas"	NÃO	SIM/NÃO (b)	SIM/NÃO (b)
"Extra-oficial"	SIM/NÃO (c)	SIM/NÃO	SIM/NÃO (d)

domblé. (d) embora costumem gerar tensões com a hierarquia, messias e taumaturgos recorrem com frequência a elementos da ortodoxia, perturbando-a internamente.

A polissemia é uma característica comum às idéias fortes nas Ciências Sociais. Condená-las em nome da clareza cartesiana implicaria romper com a linguagem que nos mobiliza. Ignorá-la, por outro lado, implica renunciar no sentido crítico a que está associado o nome da ciência. Postos assim, entre a cruz e a caldeirinha, podemos ao menos tentar compreender os múltiplos sentidos contidos nas idéias mobilizadoras, e distinguir os problemas implícitos que as tornam tão ambíguas e polivalentes.

Há um problema de base que toca os axiomas da nossa Sociologia, e que poderia ser formulado da seguinte maneira: da relação entre vínculos horizontais e verticais nas formas elementares do fato social. Por um lado, o predicado "popular" deve caracterizar laços que unem uma classe de iguais (vínculos horizontais); mas por outro lado, deve também dar conta das relações obtidas entre posições desiguais em um eixo vertical. Remete às idéias de fraternidade, no primeiro caso, e aos da autoridade, no segundo. "Popular" enquanto "classe subalterna" está associado ao primeiro primeiro sentido; e quando pensado como "extra-oficial", associa-se prioritariamente, ao segundo. Tomar um ou outro ponto de partida leva a resultados diversos e contraditórios que, no entanto, constituem, reunidos, oposições significativas, problemas que nos ocupam. Os trabalhos de Carlos Brandão e de Roberto de Matta são dos mais expressivos quanto a esse conjunto de problemas.

Os Deuses do Povo

Brandão é o autor que mais tem feito, entre nós, para dar substância empírica e consistência lógica ao conceito de "religião popular". Sua tese de doutorado, publicada em dois livros (1980a,

1980b), e um terceiro escrito na mesma época (1981), são leituras obrigatórias para quem se aproxima do tema. Em seus termos, "religião popular" define-se por oposição à "religião erudita", numa polaridade que ordena o conjunto do "campo religioso", dividindo-o entre "dominantes e dominados" em toda a sua extensão. Esquemáticamente, o quadro seria o seguinte:

RELIGIÃO ERUDITA (Classes Dominantes)		
Catolicismo Oficial	Protestantismo Histórico	Espiritismo Kardecista
Catolicismo Popular	Pentecostalismo	Macumba
RELIGIÃO POPULAR (Classes Dominadas)		

Cada tradição religiosa – católica, protestante, mediúnica, e outras mais que por ventura apareçam – será atravessada pela oposição "Dominante-Erudito/Dominado-Popular", gerando estilos rituais e simbólicos correspondentes. A zona fronteira entre "os de cima e os de baixo" é cavada por escaramuças constantes, numa surda guerra cotidiana que Brandão registra com detalhe e sensibilidade. A memória do sagrado é construída pela dialética da dominação, que se revela como tal graças à consciência que dela têm os dominados. Há um "saber popular" que é transmitido a duras penas, em um trabalho contraposto às invectivas assimiladoras dos agentes da erudição.⁴ Mesmo uma novena humilde, realizada em casa a despeito do padre, contém uma dimensão de resistência, pois ensina a falar com Deus pelos próprios lábios.

As diferenças traçadas na vertical são deslocadas para o segundo plano e reduzidas a um denominador comum: a disputa pelo poder. Ademais, ainda que presente, a competição entre iguais torna-se secundária diante do confronto generalizado entre "dominantes e dominados", "eruditos e populares". Dentre os vários subtemas associados a esses pressupostos, há três

que desejo destacar: do ecumenismo, da dominação institucional e da festa.

Sociólogos da religião norte-americanos identificaram, nos anos sessenta, uma aproximação crescente entre “católicos, protestantes e judeus”, as três principais vertentes religiosas do país. Ainda que mantendo traços tradicionais, as diferenças estariam sendo apagadas graças à participação comum no *ethos* dos subúrbios de classe média (Herberg, 1955). O ecumenismo seria uma resultante desse processo, expressão das tendências padronizadoras atuantes no “mercado religioso” (Berger, 1971; Ortiz, 1983). Pois bem, paralelo e contraposto ao ecumenismo das elites, Brandão busca as representações dos “Deuses do Povo”: sem credos ou hierarquias rígidas, no fundo dos quintais e nos bairros periféricos, a religiosidade reuniria elementos das várias confissões em um conjunto aparentemente heterogêneo, característico porém de um “ecumenismo popular” (ver também Monteiro, 1977). Eis aí, como se pode antever, um veio fértil para a especulação e a pesquisa voltadas para a unidade contida na palavra “povo”.

A dominação institucional é outro subtema recorrente e que está implícito na referência à “erudição” das elites. A passagem pela escola é parte dos mecanismos modernos de dominação institucional – no caso, padronização dos ritos, sistematização dos mitos, profissionalização do carisma, especialização das funções, planejamento racional da ação, etc.

Em contraste, no polo dominado, aprende-se fazendo, numa transmissão direta do conhecimento. Isto ocorre em um conjunto variadíssimo de pequenas comunidades, grupos rituais, líderes autônomos, magos, devotos, fiéis que circulam entre as muitas formas do saber (poder) religioso popular. A heterogeneidade das manifestações estaria, ainda, acoplada a uma outra característica distintiva: a sua integração nas relações interpessoais da comunidade local. As instituições analisam e separam o que está implicitamente unido no povo. Nessa linha de pensamento, padre é sempre padre, qualquer que seja o seu discurso. Seja conservador ou progressista, hierarquizante ou igualitário, os vínculos institucionais conformam os seus gestos segundo a lógica analítica, universalizante e padronizadora da dominação institucional. Não há como confundir um padre e os “sacerdotes de viola” do catolicismo popular. Ainda que reunidos em uma única festa, o etnógrafo saberá descobrir os sinais tensionantes do abismo que os separa.⁵

O quadro desenhado por Brandão é fácil de se visualizar, mas a sua simplicidade esconde

uma leitura erudita dos clássicos da Sociologia. Está aí Durkheim, com a idéia sócio-cêntrica de que o sagrado e o profano representam os vínculos elementares da sociabilidade. Está Marx, caracterizando esses vínculos como uma luta, dicotômica, de classes. Está Weber, com o conceito de dominação legal. Durkheim, Marx e Weber são integrados conforme o modelo da “economia das trocas simbólicas” proposto por Bourdieu (1974), segundo o qual as coisas fazem sentido enquanto “bens” valorizados na competição pelo poder. Durkheim, Marx, Weber, Bourdieu, racionalistas de quatro costados, são, no entanto, absorvidos com um espírito, que se poderia dizer, permeado de romantismo. O hemisfério norte do quadro é descrito com os rigores analíticos do capital e da burocracia moderna; mas o hemisfério sul pede um outro tipo de linguagem. Com efeito, Brandão tem publicado poesias, feito filmes e fotografias, onde a intimidade com os rostos populares e com os gestos *comunitários* é uma constante (Parente, 1982). Se o norte é *gesellschaft*, o sul é *gemeinschaft*. A dominação é iluminista, mas a resistência popular é romântica.

A presença romântica já tem sido apontada (Romano, 1979), e as comparações com o “populismo russo” parecem ser pertinentes (Paiva, 1983; Velho, 1982; Fernandes, 1981). É curioso, no entanto, que o romantismo pouco aparece nas bibliografias citadas pelos autores supostamente responsáveis pela sua reintrodução. Carlos Brandão, por exemplo, ao que me consta, encontrou-o por conta própria, puxando fios trançados na rede aparentemente arqui-racionalista de autores como Durkheim, Marx, Weber e Bourdieu.

A prosseguir nessa linha, opondo a domesticação racionalizante das religiões oficiais a movimentos subterrâneos que emergem nas religiões populares, encontra-se um outro veio muito presente na literatura, que ultrapassa os quadros conceituais de Marx ou Weber. Lembra Nietzsche, com o eterno retorno de Dionísio, a romper a perfeição formal do reino de Apolo. A valorização da “Festa”, como espaço próprio da religiosidade popular, é indicativa dessa linha de pensamento. Na festa, o sagrado e o profano, o divino e o diabólico, a dor e o prazer e outras tantas dicotomias combinam-se de maneira escandalosa para os sacerdotes bem pensante, sejam eles de direita ou de esquerda. O colorido carnavalesco das celebrações medievais evocadas por Bajtin (1974), em uma obra concebida contra o pano de fundo cinzento do marxismo soviético, é uma referência importante. Em nossa literatura, encontramos *Arraial, Festa de um*

Povo, de Pierre Sanchis (1983a), (ver também 1983b): uma obra maior, que traça um vasto panorama das romarias portuguesas desde a cristianização da península até os tempos modernos de Salazar. Sanchis considera a dimensão política, mas a sua paixão é mais profunda. Em torno do arraial, o confronto entre sacerdotes e povo configura um drama que está nos limites do fato cultural – entre a norma e o desvio, a disciplina e o desafio dos limites, a segurança e os riscos da dor e da alegria, os rigores clericais e a exuberância da festa popular.

Ainda que profícuas, essas polaridades deixam ao largo uma série de questões que importam a outros pesquisadores. Sociólogos católicos que estão empenhados na assessoria a uma “pastoral libertadora”, por exemplo, duvidam da eficácia política de coisas tais como pontos de macumba, glossolalia, reizados ou romarias. O critério diferenciador utilizado por Brandão abre um abismo entre “sacerdotes populares” e “eruditos”, religião do povo e ciência política, memória e visão de futuro, síntese e análise. Gera uma desconfiança crônica diante das tentativas de mediação entre esses opostos, levando afinal à frustração de um projeto eficaz de transformação histórica.

Num outro sentido, o trânsito constante de cima para baixo e de baixo para cima, lança dúvidas sobre a pureza do corte horizontal pelo qual se pretende separar o joio do trigo. Pereira de Queiroz (1983) debate a questão com clareza e acuidade, terminando por criticar o uso de dicotomias na explicação sociológica.

De fato dificilmente encontramos um conjunto ritual religioso que se preste a um isolamento sistemático em termos de classe. Sacerdotes de elite recebem fiéis pobres, sacerdotes pobres recebem fiéis de elite. Madames entram em favelas atrás de um pai de santo; congregações pentecostais da periferia visitam igrejas “mais fortes” regularmente; festeiros pedem a contribuição ritual dos notáveis do lugar; comunidades eclesiais de base não dispensam o apoio episcopal e uma boa assessoria. Em suma, ainda que expressivas das oposições, como Brandão demonstra com abundância de detalhes, as religiões lidam também com relações integradoras entre as classes (veja-se, por exemplo, Zaluar, 1973 e 1983).

Por outro lado, o corte horizontal que orienta a busca de um “ecumenismo popular” não ajuda o entendimento das diferenças que se dão em um mesmo plano. Ser romeiro, crente ou da umbanda não fará, “no fundo”, diferença alguma? O interesse por essa questão leva ao

questionamento da singularidade atribuída à palavra “povo”, e à procura de razões para o plural existente nas religiões populares (Fernandes, 1982). Essa preocupação tem sido explorada por pesquisadores que vêem as coisas de um outro ângulo (ver, a propósito Matta, 1975; Neves, 1977; Velho e Viveiros de Castro, 1978) que eu diria, para simplificar, ser traçado na vertical.

O Sr. Sabe com Quem Está Falando?

A literatura que viemos de comentar é manifestamente inspirada por valores igualitários. Deve-se notar, no entanto, que esse ideário é resistente a alguns dos gestos mais significativos da experiência religiosa. Prostar-se, ajoelhar, bater cabeça, sacrificar, confessar, extasiar-se nisso tudo há a afirmação de uma dependência fundamental que ofende a sensibilidade formada no igualitarismo. A verticalidade manifesta nas religiões não é de todo admissível para uma sociologia cujos horizontes foram traçados em um plano horizontal. Por isso mesmo, ela é uma sociologia que se quer transformadora (quando não exterminadora) das religiões.

A consciência do problema remete às origens das Ciências Sociais. Se os homens nascem livres, como podem admitir, ou mesmo desejar, a dependência? Algumas controvérsias duradouras, como a do “contrato social” ou a da “alienação”, expandiram essa perplexidade, à busca de formulações que dessem sentido satisfatório às suas antinomias. E, não obstante o tempo decorrido, as revoluções e as constituintes, é possível ainda dizer, com Rousseau, que “l’homme est né libre, et partout il est dans les fers” (sobre a atualidade do problema da “servidão voluntária”, ver Boétie, 1982).

A passagem dos ideais de igualdade e liberdade à condição de fundamentos filosóficos foi severamente criticada em contextos ditos “conservadores”. Seria um movimento comandado pelo orgulho, o apogeu da egolatria – um pecado capital portanto, que ademais prenunciaria a desintegração dos vínculos sociais no que eles têm de mais sagrado, aquém e além das vontades e dos cálculos humanos. Deslumbrados pela tentação da autonomia, os filósofos teriam perdido a sensibilidade para os fundamentos da vida social. A polémica resultante ocupou a imaginação sociológica do século XIX europeu, e ainda marca a nossa memória.

A lembrança das primeiras controvérsias é provocada pela obra do antropólogo francês Louis Dumont, cuja leitura ganha terreno no campo que nos ocupa. Seus estudos sobre a In-

dia atualizam alguns temas centrais da crítica conservadora. Segundo ele, a ideologia igualitária, que permeia as várias vertentes das ciências humanas, tem representado um obstáculo epistemológico para a compreensão da sociedade de castas. As idéias do *Homo Aequalis* não se prestam ao entendimento do *Homo Hierarchicus* (1966, 1977). Mas a hierarquia enquanto fato e valor é uma característica central das sociedades ditas "tradicionais", e o caso da Índia pode ser generalizado: a ideologia igualitária seria inadequada para o entendimento das sociedades não ocidentais. Mais um passo, e concluímos com Dumont que o igualitarismo *expressa* os princípios dominantes na sociedade dita "moderna", e que a sociologia nele fundamentada tem um caráter etnocêntrico. Tomando a si mesma como padrão para a classificação de todas as sociedades, a ideologia igualitária não permite o estudo comparativo em um sentido radical; e se não consegue se ver com os olhos alheios, não tem como perceber a relatividade dos seus próprios fundamentos.

Entre a Índia e os EUA, modelos mais puros de um recorte teórico que compreende o conjunto da humanidade (qual seja, entre "sociedades tradicionais e modernas"), Dumont recorre ao problema da hierarquia no centro da reflexão sociológica. Não cabe aqui acompanhar toda a sua argumentação, mas sinalizar apenas o deslocamento que provoca no eixo do pensamento. O tema da "dominação", com seus opostos "dominantes/dominados", é transposto para outra problemática, centrada nas relações entre "indivíduo e totalidade" na hierarquia social.

Luiz Fernando Dias Duarte (1983, 1984) Luiz Tarlei de Aragão (1980a, 1980b) e Roberto da Matta (1979), entre outros, têm contribuído para a assimilação dos escritos de Dumont, em um esforço teórico que promete render frutos importantes para a Antropologia que é feita no Brasil. O primeiro deles foi colhido por Roberto da Matta, em uma revisão extremamente provocativa dos temas que empolgam a "cultura brasileira".

Nesse país em que tanto se fala de "mudança", Matta busca as invariantes que permitem distinguir a cultura. O tempo progressivo da tecnologia e dos acontecimentos é integrado em um calendário que se repete ano após ano, e a repetição ritual registrada nas festas que "todo ano tem" (1977), é um dos caminhos seguidos por Matta para apreender as representações duradouras que essa sociedade faz de si mesma.

Ora, as festas maiores mobilizam a sociedade como um todo, em um "feriado nacional", dia

em que "tudo pára"; e é essa globalidade que deve ser inicialmente pensada. No Carnaval, por exemplo, as diferenças entre o que se passa no Rio, São Paulo, Recife, Salvador, ou entre clubes de elite e a brincadeira das ruas, fazem sentido enquanto variações de um grande tema comum. Matta distingue três conjuntos que, reunidos, formariam a estrutura elementar dos nossos festivais: as paradas militares, os desfiles carnavalescos, as procissões religiosas. As primeiras *dominam* o imaginário sobre o Estado nacional, as segundas sobre o seu povo, as terceiras sobre o outro mundo. É uma estrutura formada em torno de um claro eixo vertical: o elogio da disciplina e da ordem no 7 de Setembro; as inversões brincalhonas, luxuriantes, explosivas, escandalosas do Carnaval; a reconciliação entre a ordem e o seu contrário, nos desfiles religiosos "que se arrastam pelo chão", visando o céu.

A julgar pelas festas, esta sociedade é fascinada pelo tema da hierarquia; e os rituais de todo dia, que equacionam as pequenas crises cotidianas, reforçam essa observação. Longe estamos da mentalidade norte-americana, onde a *pretensão à superioridade é comumente contida* com a fórmula equalizante: "quem você pensa que é?" Ao contrário, este é o país do "o Sr. sabe com quem está falando?" (Matta, 1979). Mas não estamos tampouco na Índia, pois a hierarquia aqui não se basta enquanto princípio explicativo e não se justifica por si mesma. É disciplina pura no 7 de Setembro, é exposta ao ridículo no Carnaval, transforma-se em igualdade no outro mundo. Os pólos separados por Dumont, entre o holismo (Índia) e o individualismo (EUA), são combinados por Matta para pensar o Brasil. Oscilamos entre a hierarquia e a igualdade, o regime da patronagem e o da lei, as relações personalizadas e o moralismo pessoal. A dicotomia de Dumont transforma-se em um jogo de ambiguidades. Não temos a separação nítida entre o puro e o impuro numa hierarquia de castas, e não possuímos a fé protestante na *generalização da pureza*; mas oscilamos entre a separação e a mistura, num lusco-fusco de meias verdades.

Nessa linha de pensamento, Matta obtém uma chave de leitura que permite comentar os mais variados aspectos da cultura nacional: sua história, de uma colônia ibérica que se moderniza; sua política, com o autoritarismo igualitário e personalizante do populismo (1981); sua jurisprudência, entre o código iluminista e os favores dos notáveis do lugar; suas relações raciais, com o mito engenhosamente racista da miscigenação (1981b); sua sexualidade, entre o domínio da honra masculina e a sedução femi-

nina incontrolável, entre o moralismo para o próprio e a pornografia para o alheio (1983, 1984); as metáforas do futebol (1982); a poesia cantada nos rádios; a religião.

Matta tem escrito pouco sobre religião, mas é evidente que poderia fazer contribuições importantes para esse campo de pesquisa (ver Matta, 1975). Há trabalhos afins que devem ser mencionados, como os de Alves (1980) e Vogel (1981). Algumas das idéias sugeridas por Matta foram apropriadas e desenvolvidas por Peter Fry, a propósito das diferenças entre os caminhos pentecostais ("caxias") e umbandistas ("malandros") da religião popular (Fry e Howe, 1975; Fry, 1978). Mas o que foi produzido é ainda pouco se comparado ao que se tem feito na vertente daqueles que vêm as coisas, por assim dizer, na horizontal.

Não seria razoável avaliar, ou sequer anteciper, o que não está escrito. Há, contudo, algumas observações gerais que podem ser feitas. A "religião" não ocupa um lugar de destaque entre os conceitos utilizados por Matta. É vista como um conjunto ritual entre outros, equiparando-se, nesse sentido, ao futebol, às festas profanas, ao trabalho, às relações cotidianas, e assim por diante. Ademais, o significado da religião é obtido em função do lugar que ocupa no conjunto dos conjuntos rituais. Não se constitui, portanto, como um objeto distinto de análise, sendo compreendida por uma categoria mais ampla. Aliás, essa não é uma característica exclusiva da perspectiva endossada por Matta. Com poucas exceções, a regra sociológica inclui a "religião" em conceitos mais abrangentes, tais como "ideologia", "visão de mundo", "sistema de crenças", etc.

Voltando ao triângulo "paradas militares-carnavais-procições", encontramos a função que o vértice religioso exerce no conjunto dos rituais brasileiros: a Igreja faz a mediação entre o Estado e o Povo; restabelece, simbolicamente, um compromisso entre o respeito e a irreverência à hierarquia social, resolvendo assim as suas contradições. O poder que reina aqui, é transfigurado no outro mundo. A religião, enfim, é uma compensação: "... a experiência final da morte é assim utilizada para estabelecer um universo fantástico de compensação moral, uma vez que na esfera do invisível nós finalmente temos a igualdade e a justiça que as instituições sociais, políticas e econômicas recusaram a muitos neste mundo" (Matta, 1981a, p. 254, tradução minha).

Em outras palavras, a alternância entre o reforço e a inversão dos poderes constituídos dá forma e sentido ao conjunto dos rituais analisa-

dos por Matta; e a dualidade entre o holismo e o individualismo representa maneiras opostas de lidar, justamente, com essa problemática. Partindo da igualdade ou da hierarquia, estamos no círculo das questões legadas pelo iluminismo, quando a política ganhou o lugar de destaque na definição das relações constitutivas "deste" mundo. O contraste entre as perspectivas esposadas por Brandão e por Matta, segundo o meu entendimento, revela uma complementariedade contraditória. Lidas simultaneamente, elas configuram um conjunto de questões e de dilemas que são próprios ao *homo (aequalis ou hierarchicus) politicus*.

Atendo-me aos limites desta resenha deixo apenas a sugestão de que as perspectivas de Matta e Brandão remetem a uma reconsideração dos traços iluministas e românticos em nossa memória sociológica. Brandão os articula entre os hemisférios norte (capital, sociedade fragmentada) e sul (povo, sociedade comunitária); enquanto Matta, seguindo Dumont, prefere o contraste entre o leste (Índia, holismo) e o oeste (EUA, individualismo). A atualidade dessas oposições, a compor os pontos cardeais do nosso horizonte-intelectual, talvez seja um índice da perda de credibilidade dos modelos teóricos (Hegel, Marx, Comte, etc.) que atribuíam à "História" a capacidade criadora de superar as antinomias da liberdade (Fernandes, 1976).

Catolicismo Popular

As questões gerais são desdobradas em discussões particulares a cada tradição religiosa. Seria interessante fazer uma Sociologia dos sociólogos que se ocupam de cada uma delas (sugestões nesse sentido, em Alves, 1978). Indagar, por exemplo, sobre o significado da pós-graduação em Louvain para uma boa parte dos estudiosos do catolicismo; sobre as relações íntimas entre um ramo da Antropologia e os mais afamados terreiros de candomblé da Bahia (páginas perceptivas em Goes Dantas, 1982); sobre os conflitos da intelectualidade egressa do protestantismo com as suas igrejas de origem (Dias de Araújo, 1976; Shaul, 1983); sobre uma geração de militantes estudantis, que passaram do marxismo ao estudo das religiões; e assim por diante. Sem dúvida, este é um campo em que pesquisadores e praticantes fazem permutas frequentes entre as suas convicções (Fernandes, 1984). Procuo agora, para concluir este trabalho, assinalar alguns desdobramentos particulares às várias tradições, privilegiando aqueles que mais me chamaram a atenção.

Em um momento anterior, na passagem dos anos 60 aos 70, o tema do “desenvolvimento” foi dominante também no estudo das religiões. O catolicismo popular, sobretudo, foi apreciado sob a ótica das transformações supostamente decorrentes da grande “mudança social” promovida pela industrialização (tema já presente em Galvão, 1975). Nascido e criado na roça, cultivado nas cidadezinhas do interior, herdeiro de antigas tradições ibéricas, esse gênero de catolicismo parecia condenado à desintegração. Os estudos destacavam sinais da morte eminente e deslocavam as atenções para as novas seitas e para as alternativas seculares (sindicais e políticas) supostamente mais adequadas para receber a massa supostamente atomizada dos migrantes despejados na metrópole pelos caminhões de pau-de-arara. É um enredo que rende bons livros, filmes e muita canção do rádio, mas anda meio esquecido nos últimos tempos.

Razões de fato e de valor contribuíram para o esquecimento. Tirou-se os olhos da estrada, para olhar melhor a cidade. Seria de fato “atomizada” e “anômica”, ou haveriam estruturas primárias de relacionamento a apoiar os moradores da periferia? As redes familiares e de vizinhança, os vínculos de origem, as associações voluntárias, “a lei do morro”, e tudo o mais que significasse organização e simbolização de identidade entre as classes populares urbanas tornou-se objeto de estudos. Uma outra bibliografia seria necessária para fazer o elenco dos títulos relevantes. Cito apenas, como lembrança, Durham (1978), Cardoso (1983), Valadares (1983), Santos (1981), Zaluar (1983, 1984) (sobre industrialização e religiosidade popular, comparando São Paulo e Manchester, ver Fry, 1978).

Outro tema que passou a um segundo plano é o messianismo. Ganhou ampla difusão nos anos 60, graças à produção cultural jovem, e foi objeto privilegiado pela melhor Sociologia da religião brasileira, feita na época em São Paulo (Pereira de Queiroz, 1977; Monteiro, 1974) – ver a respeito, o ensaio bibliográfico de Zaluar (1979). O título de uma das obras de Pereira de Queiroz é sugestivo das associações simbólicas que alimentavam o interesse pelo assunto: *Reforma e Revolução nas Sociedades Tradicionais – História e Etnologia dos Movimentos Messiânicos* (1968). Talvez pela exaustão de um veio interpretativo, por desencanto ideológico com a historiosofia subjacente, ou ainda por razões metológicas (como a influência do estruturalismo), o fato é que os movimentos messiânicos menos apaixonantes para a nova geração de pesquisadores. É um assunto permanente, com cer-

teza, mas está em recesso, à espera de outras indagações.

Os temas da “mudança social” e do “messianismo” foram, no entanto, assimilados (e modificados) por uma outra corrente interpretativa que é predominante hoje na intelectualidade católica. Não está muito presente nos circuitos seculares das Ciências Sociais (SBPC, ANPOCS, ABA etc.), mas conta com os seus próprios veículos de comunicação, e com um pessoal altamente qualificado. Entre os autores principais no Brasil estão Leonardo Boff (1976), Clodovis Boff (1978), Ribeiro de Oliveira (1970, 1972, 1984 no prelo), Hoornaert (1976), Beozzo (1977, 1983), Wanderley (1984), Gómez de Souza (1984), Frei Beto (1981), Rolim (1980), Libânio (1977) e outros.

Essas pessoas são, com efeito, em grande parte responsáveis pela maior novidade no campo do catolicismo nos últimos tempos: a gênese das “pastorais populares”, que dão sentido e concretude, na América Latina, às proposições renovadoras do Concílio Vaticano II. Pensando nelas, podemos acrescentar mais um significado ao adjetivo “popular”: não apenas “a maioria dos homens”, “a condição subalterna”, ou a qualidade “extra-oficial”, mas sobretudo uma posição estrutural e histórica (definida teoricamente) que lhe confere uma vocação a um tempo política e transcendental – ser “o sujeito da libertação”.

Quanto à matéria deste trabalho, há duas questões que me parecem particularmente desafiadoras para essa corrente de pensamento: do significado do próprio “catolicismo popular”, e de suas relações com a hierarquia da igreja. A paixão pelo (e do) povo leva, naturalmente, a uma redescoberta das expressões religiosas que efetivamente mobilizam as massas populares, tais como romarias, procissões, beatos, capelas de beira de estrada etc. (Beozzo, 1977; Poel, 1977; CNBB, 1981). Nessa direção, efetua-se um distanciamento crítico em relação ao intelectualismo da renovação litúrgica e valoriza-se as tensões estruturais que separam o catolicismo popular tradicional da hierarquia (Antoniazzi, 1976; Cesar, 1976; vários autores, 1969, 1974, 1976, 1978).

Por outro lado, no entanto, verifica-se que procissões, romarias, beatos e capelas estão, apesar de tudo, integrados na hierarquia e nas estruturas deste mundo. Falta-lhes a perspectiva da “libertação histórica” que é vital para o “popular” que se quer descobrir. O que se descobre, então, é uma diferença profunda entre “catolicismo popular” e “pastoral popular” – (Hoornaert, 1976; Suss, 1975, 1979; Perani,

1974; vários autores, 1978; Ribeiro de Oliveira, 1984) — a primeira mobilizando grandes massas, a segunda associada a pequenos núcleos, uma sendo cultivada por setores “conservadores” do clero, outra pelas correntes “progressistas”, uma dramatizando as hierarquias do mundo e as suas inversões, a outra anunciando uma parusia igualitária. Há exemplos da busca de alternativas ao dilema, mas, são embrionários e não chegam ainda a constituir uma literatura expressiva.⁶

Outra grande questão, que não posso senão mencionar aqui, é o vínculo entre as pastorais populares e a hierarquia católica romana. O problema aparece na literatura a propósito da gênese do “catolicismo romanizado” no Brasil (Azzi, Cehila, 1980; Ribeiro de Oliveira, 1976, 1980, 1984, no prelo), e manifesta-se em um sem número de ocasiões pela tensão entre um ideal eclesialístico igualitário e a inserção numa estrutura monárquica.

Os dois problemas merecem estudos empíricos, do gênero etnográfico, que busquem revelar como essas questões são efetivamente percebidas e articuladas nas comunidades locais. Infelizmente, a combinação da pesquisa com a militância, que é característica desses autores, não tem favorecido o surgimento de obras descritivas que revelem as situações vitais em sua concretude e complexidade. Apesar da experiência acumulada na área indígena, por exemplo, não produziram ainda monografias reveladoras das situações engendradas pela renovação pastoral.⁷ Apesar do muito que se escreve sobre as CEBs, não temos ainda uma descrição viva do seu cotidiano, suas variações, o relacionamento de seus membros com outras formas religiosas, a inserção no contexto em que vivem (dentre os trabalhos sobre as CEBs com um enfoque sociológico ver Camargo, 1980; Caldeira, 1983; Ribeiro de Oliveira, 1981; CNBB, 1977; Bruneau, 1983).

Os cientistas sociais seculares, por sua vez, foram surpreendidos pelas mudanças na igreja católica e apenas começam a se preparar para entender o que se passa. Uma parcela foi atraída pelo trabalho de assessoria às pastorais populares, carecendo contudo do “latim” que perpassa a linguagem eclesialística. Competentes quanto ao contexto social (“campesinato”, “sociedades indígenas”, “fábrica”, “favela”, etc.), foram reaprender o catolicismo “na prática”. Há exceções, como os trabalhos polêmicos e provocativos de Romano (1980), mas elas confirmam a regra. Por outro lado, há indícios de que uma nova leva de trabalhos estão a diversificar a informação e a opinião sobre os estudos

pastorais populares (Esterci, 1984, Lima, 1980; Mainwaring, 1983a e 1983b entre outros).

Afro-Brasileiro

Os problemas gerais, e as orientações respectivas, estão de certo presentes no estudo do afro-brasileiro, mas são modificados pela questão racial. As análises de classe, por exemplo, têm servido como referencial sociológico para a classificação das diversas linhas de culto, devendo contudo incorporar a oposição entre “o branco e o preto” (ver Seiblitiz, 1979). As análises de classe são consistentes com um “recorte horizontal” das relações sociais; enquanto que a oposição “branco/negro” tende a atravessar as relações “de cima a baixo”, exigindo teorias que dêem conta de articulações verticais. *A morte branca de um feiticeiro negro* (Ortiz, 1979) é um título sugestivo que expressa justamente a idéia da passagem transformadora de uma religião popular, enraizada na tradição escrava, a uma religião de classe média. É uma idéia que prolonga a perspectiva de Bastide (1971), e que perpassa a maioria dos estudos atuais. A distinção entre “quimbanda e umbanda” (a primeira popular, marginal, perigosa; a segunda de classe média, integrada ao sistema, domesticada) trabalha sobre o mesmo esquema (Luz e Lapassade, 1972). A história das origens da umbanda, de Brown (1977), é conduzida pelos interesses das classes médias. As marcas do estigma que ainda pesa sobre essas religiões são mais vivas e afiadas na medida em que dão sinal de “escurecimento”. A discriminação jurídica e religiosa é agravada pelo preconceito racial (Contins e Goldmann, 1984; Maggie, 1979). Os estudos sobre o processo de legitimação do afro-brasileiro, através de uma troca de favores com o Estado efetuada pelas federações umbandistas, mostra como as diferenças de cor são manipuladas enquanto sinais de “baixeza/superioridade” social dentro da própria umbanda (Pechman, 1982; Birman, 1984b; Silverstein, 1984; Seiblitiz, 1984; Negrão, 1983; Negrão e Vilas Boas, 1982. Ver também sobre “Símbolo e Exú”, Trindade, 1980, 1982).

Temos aí, entre “o social e o racial”, uma problemática específica com uma literatura abundante que remonta, no Brasil, ao século passado; e que apesar das variações, demonstra uma significativa continuidade. “Separação ou mistura”, e em que condições, continua uma pergunta de fundo. Os ensaios bibliográficos de Borges Pereira (1981), Laraia (1979), e os comentários de Araújo Costa (1983), a essas bi-

bliografias devem ser consultados. Limite-me aqui a uma questão que tem prevalecido nos últimos tempos, pondo em relevo a idéia de identidade que está subjacente a todo argumento sobre o "ser branco", "negro", "mulato", "brasileiro", ou "africano".

Sabemos que a linha discriminatória, do "branco legítimo ao negro desqualificado" é sistematicamente submetida a uma inversão simbólica: o "negro puro", africano, dispõe de um valor que teria sido corrompido pelo comércio com "os brancos" na sociedade escravagista. Como verso e reverso da mesma moeda, essas idéias contraditórias refletem os paradoxos ideológicos da nossa memória escravagista. Ora, a colonização portuguesa levou o comércio entre brancos e negros à intimidade sexual e gerou a figura ambígua da "miscigenação". Comprometeu também a cosmologia, sob os efeitos da lógica incorporada do catolicismo, diferente da segmentação protestante, gerando esta outra figura ambígua que é "o sincretismo". *Miscigenação e sincretismo*, expressões ambivalentes da "mistura", foram temas dominantes para uma geração anterior, de Gilberto Freire e Roger Bastide. A leitura marxista prolongou-as, indagando-se sobre as condições sócio-econômicas para uma integração das etnias nas estruturas universalistas da sociedade industrial. As classificações da cor e da religião terminariam por ser "racionalizadas", tornando-se homólogas às divisões de classe.

Nos últimos tempos, o pêndulo do pensamento moveu-se na outra direção, voltando a privilegiar os aspectos da separação, e o fez com a consciência de que é a própria idéia de "identidade", na separação ou na mistura, que faz o problema.⁸

Enquanto o movimento negro expôs as mentiras da "democracia racial", devolvendo à atualidade a questão da diferença étnica, no campo religioso percebeu-se uma forte difusão do candomblé. Ao invés de manter-se isolado em uns poucos terreiros de nobre tradição, ele também cresce e se espalha, paralelamente ou às vezes combinado às casas de umbanda. Em outro plano, autores de peso que conjugam a pesquisa à prática religiosa, têm obtido uma ampla audiência para os seus esforços de traçar as linhas de continuidade das tradições africanas, traduzindo as virtudes do tradicionalismo em uma linguagem moderna, de uma "negritude" que se projeta para o futuro (Santos, 1972, 1976, 1977, 1979).

Como um contraponto à exaltação da identidade, numa solidariedade temperada pela ironia, alguns antropólogos permearam a literatura

com a dúvida do relativismo cultural: basta viajar um pouco, dizem eles, para que se veja os elementos mais típicos de uma tradição mudarem de significado. Feijoado na América do Norte é "Soul Food", sinal unívoco da segregação, enquanto que no Brasil é símbolo notório do "jeitinho" integrador... (Fry, 1982). O próprio nome de auto-identificação pode variar com as viagens. Negros escravos, libertos no decorrer do séc. XIX, voltam à "sua terra", a África; e lá se estabelecendo, encontram razões para se apresentarem como "brasileiros" e "católicos": (Carneiro da Cunha, 1977). Em suma, a relação entre os sinais de identificação e os seus conteúdos é relativa. Há uma arbitrariedade atravessada entre significantes e significados.

Identificar as variações e questionar o seu sentido é uma norma de pesquisa que tem sido explorada por Peter Fry e por alguns alunos seus. Em a "Descoberta do Cafundó", por exemplo, Fry e Vogt comentam com muita verve uns quantos usos e abusos a que se prestam os indícios de uma "herança africana" (Fry e Vogt, 1983). A própria noção de "autenticidade" ou de "pureza tradicional", é passível de manipulação. Numa tese de mestrado muito bem sucedida, Beatriz Góes Dantas estuda um caso exemplar: em Aracajú, SE, o terreiro que se quer e que é por todos reconhecido como "autêntico nagô" incorpora elementos considerados espúrios pelos "nagô" da Bahia; e rejeita por sua vez, como espúrios, elementos característicos da pureza nagô baiana... (Goes Dantas, 1982, 1983).

A ironia que se contrapõe à seriedade do "culto às raízes" faz uma série de passos relativizadores: a "origem" faz sentido em função do contexto discursivo em que é evocada. É a memória — seletiva, interessada, interesseira, criativa — que dá vida ao passado, e não o contrário. A "África", no caso, é uma idéia brasileira.⁹ A tradição é uma reconstrução. Sendo assim, é compreensível que as "origens" sejam polivalentes, pois que devem se ajustar à solitações de cada novo contexto. Abrigam, portanto, diversas conotações, e podem servir a diferentes estratégias de poder.¹⁰ A identificação de "estratégias sociais" que combinam teoria e prática, simbolização e maneiras de lidar com as aflições da vida, é uma outra norma de pesquisa que tem orientado os trabalhos de Peter Fry (1982). A sua ironia convida-nos a indagar pela política que se esconde na "autenticidade" de cada significado. E "política" para ele escreve-se sempre com "p" minúsculo, como num jogo pelo poder, onde os valores, ainda que universais,

não escapam às intenções particularizantes daqueles que os postulam. É uma ironia crítica, portanto, que não se conjuga com o cinismo. Pelos caminhos cruzados da relativização, o seu humor anglo-brasileiro aponta para a existência insuperável de particularidades que dão lugar e sentido às múltiplas percepções de uma identidade. Os trabalhos de Fry mostram uma outra possibilidade de articulação das relações verticais: não se orienta pela noção *holística* da "hierarquia"; busca, ao invés, chaves interpretativas e regras sociais subjacentes às disputas simbólicas que perpassam a cultura brasileira. Ao invés de um todo bem ordenado, encontra uma pluralidade de situações e de interesses que condicionam a "política do significado" (Fry e Vogt, 1983).

Protestantismo

Os "crentes" são minoria no país, e também nos estudos sobre religião. O que está escrito sobre eles é bem pobre se comparado ao catolicismo ou ao afro-brasileiro. Acho que merecem mais atenção, pela sua presença em cada esquina e pela sua diferença ("o crente é diferente", reza uma de suas frases preferidas). Mas são poucos os que pensam assim. O ensaio bibliográfico de Waldo César (1973) continua a ser uma boa introdução. Sinclair (1976) oferece um panorama bibliográfico para a América Latina.

O problema inicial, que ocupou apologetas e analistas, foi o *estrangeirismo* das missões anglo-saxãs no continente latino; problema teoricamente resolvido com a idéia de que os protestantes seriam um fator de modernização (Willems, 1966). Algumas agências missionárias que se especializam na análise estatística das conversões, indicaram que a "Boa Nova" tinha mais chance de ser acolhida nas regiões sociais em rápida transformação social. As grandes cidades ou as frentes de expansão formariam o solo ideal para a germinação das novas sementes (Willems, 1966; Read, 1967; Fernandes, 1979).

"Estrangeirismo" e "modernização" foram em parte substituídos pelo tema da "alienação" nos principais estudos dos anos 60. O ramo pentecostal, de maior crescimento e penetração popular, centralizou as atenções de sociólogos orientados por uma crítica de esquerda aos efeitos do "desenvolvimento capitalista". O pentecostalismo seria "um refúgio das massas" (D'Epina, 1970), uma resposta funcional, mas fantasiosa, aos desafios da industrialização (ver também Rolim, 1976; Souza, 1969). Fernan-

des (1977) apresenta um balanço bibliográfico do debate entre as versões "modernizadora" e "alienante" do culto pentecostal. Neste debate, reproduz-se, de uma outra forma, a alternativa entre articulações horizontais e verticais do vínculo social. Análises de classe, norteadas pelo conceito de "alienação", reforçam a primazia da "horizontalidade"; enquanto que estudos dirigidos às diferenças entre protestantismo, de um lado, e catolicismo ou afro-brasileiro, de outro, privilegiam os contrastes culturais que atravessam a sociedade como um todo (Fry, 1975; Fernandes, 1982).

Uma nova leva de estudos, caracterizados por um profundo conhecimento interno das denominações evangélicas, e por um elevado nível de reflexão, retomou as questões anteriores colocando-as em novos termos. Nem bem "estrangeiros", nem bem "modernos", tratava-se de identificar as características do protestantismo brasileiro. A imagem resultante foi negativa. O título da tese de Rubem Alves (1980), *A ética do protestantismo, ou o espírito da repressão*, resume enfaticamente uma perspectiva de entendimento comum a vários trabalhos (Ramalho, 1976; Maciel, 1972, 1983; Mendonça, 1982). Ao invés de preservar e desenvolver características originais associadas às idéias de liberdade, o protestantismo brasileiro foi dominado pela mentalidade estreita do fundamentalismo e do pietismo. Os seminários foram separados dos meios universitários, eventualmente através de expurgos radicais (Dias, 1976). O ideal pedagógico (manifesto na fundação de colégios "modernos") foi banalizado (Ramalho, 1976) e as igrejas orientaram-se para um auto-enclausuramento, "longe do mundo" (Mendonça, 1982). A ética da autonomia da consciência foi disciplinada pelos rigores da "justa doutrina" (Alves, 1980). Ver também Oliveira Filho (1972).

Lendo agora com um certo distanciamento, sente-se que esta literatura foi marcada por uma *polêmica* que, embora reveladora, pesou em demasia na balança dos seus julgamentos. Ademais, ainda que pretendendo revelar a realidade do protestantismo no Brasil, foi quase toda ela apoiada em pesquisas literárias. Faltou-lhe, talvez, a viagem antropológica com a observação de campo, a indagar sobre os significados do material literário para os próprios fiéis evangélicos. É muito marcada, também, pelo caso presbiteriano, denominação à qual pertenceram diversos desses estudiosos. É uma literatura de peso, sem dúvida, mas que está na fronteira entre a curiosidade analítica e a indignação despertada por um cisma religioso.

Há outros trabalhos, em regra mais recentes, que fogem a essas características, e que por serem marcados pela exterioridade talvez possam recuperar aquele mínimo de simpatia que é necessário para a compreensão do alheio. Há algumas pesquisas de campo que também têm contribuído para uma aproximação empírica com a mentalidade dos crentes (Rolim, 1976). A tese de Regina Novaes (1979) foi um passo importante nesse sentido, ainda que limitada ao estudo de uma experiência específica de camponeses evangélicos no agreste pernambucano. Deixando de lado o conceito doutrinário da "alienação", Regina Novaes indagou-se sobre o sentido da oposição entre "igreja e mundo". E num plano mais profundo, encontrou uma significação positiva (não apenas "refúgio") no discurso (e na prática) pentecostal: no grupo que estudava, a ética de princípios apoiada na idéia de um mundo governado por uma "lei divina" permitia pensar o *ethos* camponês e a militância sindical (Novaes, 1980). Diversas pequenas notícias sobre os religiosos nas eleições de 1982, publicadas nas *Comunicações do ISER* (vários autores, 1982, 1983), abrem um leque de alternativas de participação política pentecostal que deve ser considerado para a superação do estágio atual da literatura. A pesquisa recente de Nelson (1985) também apresenta um impulso renovador: enfrenta a questão do *individualismo* protestante sem os preconceitos coletivistas dos estudos anteriores. Qual o lugar, os limites, as alternativas de um movimento religioso (auto-enclausurado!) que afirma o valor sagrado do indivíduo em meio às classes populares brasileiras? A maior parte da literatura posterior aos

anos 60 lidou com essa pergunta por meio de categorias do entendimento que compunham um verdadeiro processo de acusação. Em tempos de abertura, nas instituições e nas cabeças sociológicas, o "legalismo" e o "individualismo" dos crentes merecem ser considerados de novo.

O Cansaço com o Espelho

Uma última e breve palavra de conclusão: procurei mostrar que a literatura sobre as religiões populares no Brasil compõe um variado e controverso horizonte de questões cujas coordenadas remetem aos inícios da Sociologia moderna. Identifiquei esses inícios num processo de substituição da religião pela política. É uma literatura antropocêntrica (ou sóciocêntrica) que tem o "Homem" como a medida de todas as coisas, e a "Política" como *locus* de sua realização. Mesmo a vertente conservadora que nega esses postulados, parte justamente da sua negação, e mantém com ela uma íntima relação de complementariedade. Há sinais, ainda dispersos, de que essa problemática chegou aos seus limites e já não tem revelações profundas a prometer.¹ O retorno do misticismo entre as pessoas letradas, seja nas relações tradicionais (movimentos "carismáticos"), seja no "sagrado selvagem" (Bastide) que escapa às instituições estabelecidas, há de ter conseqüências para a pesquisa científica. É bem possível que os próximos pesquisadores revelem um interesse pela religião que transborde os limites narcisistas de uma visão de sociedade que não sabe ver nas coisas senão imagens de si mesma.

Notas

1. A revista *Religião e Sociedade* publicou uma série de bibliografias de interesse: Etienne Samain, "Religiosidade popular - ensaio bibliográfico" (n.º 1, maio 1977); "Teologia da Libertação" (n.º 2, nov. 1977); Charles Beylier, "A obra de Roger Bastide" (n.º 3, out. 1978); "Os escritos de Douglas Teixeira Monteiro" (n.º 4, out. 1979); Marcos de Souza Queiroz, "Estudos sobre medicina popular no Brasil" (n.º 5, junho 1980). Colonelli (1979) é fonte importante, sob o ângulo dos estudos folclóricos. Negrão (1971) trata de "Estudos funcionalistas sobre as religiões brasileiras". Bastide (1945) e Alves (1976) cobrem o afro-brasileiro. Cesar (1973), Gripp (1976) e Maraschin (1979) cobrem o protestantismo. Azevedo (1964) é um breve e compreensivo ensaio bibliográfico que oferece um interessante quadro para a comparação com o estado atual da literatura.

2. A Amazônia tem sido estudada sobretudo por antropólogos da Universidade Federal do Pará e do Museu Goeldi, na esteira dos trabalhos de Wagley (1977) e Galvão (1955, 1983). Dentre as contribuições mais recentes, Figueiredo (1976, 1977, 1979), Maués (1977, 1983), Alves (1980), Vergolino (1975), Lins e Silva (1980). O Nordeste conta com especialistas no estudo da religião popular em geral, cujo campo empírico recobre a área nordestina. Dentre os títulos mais recentes, Menezes (1980, 1981, 1983a, 1984b), Ferreti (1983), Goes Dantas (1982), Mota (1975, 1981). A

Bahia é um capítulo à parte, com uma longa tradição de estudos científicos da religiosidade popular. Com raras exceções, (por exemplo Silverstein, 1979) os estudos aí continuam a ser feitos por baianos, nativos ou adotivos. Elbein dos Santos (1972, 1976, 1977, 1979, 1983), Lima (1959, 1966a, 1966b), Trindade Serra (1978), Verger (1955, 1957, 1972, 1982) são os nomes mais encontrados na literatura. O centro-sul, como em quase tudo mais, acumula a maior concentração de recursos institucionais e humanos nesse campo de estudo. Museu Nacional, PUC-RJ, USP, PUC-SP, UNICAMP, Rudge Ramos possuem unidades de pós-graduação com dedicação sistemática a um ou outro aspecto desse domínio. Há também centros independentes empenhados em pesquisar e publicar sobre o tema: ISER, CER, LARU, CEBRAP, IBRADES são os principais. As variedades étnicas do sul têm sido objeto de estudos que, direta ou indiretamente, abordam a religião. Dentre eles, Cardoso (1977), Seyferth (1982, 1983), Droogers (1984). Há que lembrar ainda os “brasilianistas”, que têm feito uma contribuição importante. Dentre eles, Leacock (1972), Della Cava (1977), Bruneau (1974), Mainwaring (1982, 1983), Slater (1984), Gabriel (1980).

3. O grupo de trabalho sobre “religião e sociedade”, da ANPOCS, é um fórum onde especialistas das várias regiões e tradições encontram-se para trocar idéias. A Associação Brasileira de Antropologia também reúne grupos de trabalho onde é feito o esforço comparativo. O Centro de Estudos de Religião (CER) e o Instituto Superior de Estudos de Religião (ISER) agrupam pesquisadores dos vários domínios. Alguns periódicos veiculam matérias relevantes: *Revista de Ciências Sociais*, *Cadernos do LARU*, *Religião e Sociedade*, *Cadernos do ISER*, *Comunicação do ISER*. Dentre as revistas católicas, *REB*, *Síntese* e *Vozes* são indispensáveis.

4. O “saber popular” é um tema que mobiliza toda uma outra literatura, voltada esta para os problemas da “educação popular”. Ver, por exemplo, Brandão (1981b, 1983), Garcia (1983), Paiva (1980).

5. O estudo dos “especialistas” e “profissionais” do sagrado foi estimulado pela leitura de Weber e Bourdieu. Um estimulante trabalho é o de Prado (1974).

6. Algumas dioceses estão promovendo pesquisas participantes nas quais os agentes pastorais buscam compreender e questionar as práticas tradicionais do catolicismo popular.

7. Veja-se, por exemplo, a resenha crítica de Viveiros de Castro (1982) sobre o livro de Pe. Thomaz Aquino Lisboa, *Entre os Índios Munku – a resistência de um povo*, Edições Loyola, 1979. Para um estudo antropológico da pastoral indígena renovada, ver Shapiro (1983).

8. Sobre a revisão dos problemas de “identidade” no contexto dos estudos de religião, ver Velho (*Comunicação* 8, sem data), Goldmann (1984), Birman (1983), Cavalcanti (1983).

9. O estudo dos símbolos e rituais afro-brasileiros em função de conflitos estruturais da sociedade brasileira está desenvolvido em Velho (1975), Mott (1976), Vergolino (1975) e Fry (1982).

10. Um exemplo de controvérsia sobre o sentido das origens africanas está nos comentários de Kloppenburg (1984), Fry (1984) e Birman (1984) à II Conferência Mundial da Tradição dos Orixás.

11. Refiro-me a sinais de uma renovação do interesse pela religiosidade enquanto tal, como esfera própria de uma experiência intransferível e de um conhecimento que transcende as regras analíticas da ciência – ver publicações recentes como as de Kolakowski (1977), Alves (1975, 1982), Mangabcira (1984), Polari (1984).

Bibliografia

- Almeida, Mauro W. B.
1977. "Linguagem regional e fala popular". *Revista de Ciências Sociais*, vol. VIII.
- Alves, Henrique L.
1976. *Bibliografia Afro-Brasileira*. São Paulo Edições H.
- Alves, Isidoro
1980. *O carnaval devoto*. Petrópolis, Vozes.
- Alves, Rubem
1975. *O enigma da Religião*. Petrópolis, Vozes.
1978. "A volta do sagrado: os caminhos da sociologia da religião no Brasil". *Religião e Sociedade*, 3.
1980. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo, Ática.
1982. *O que é religião*. São Paulo, Brasiliense.
- Antoniazzi, Alberto
1976. "Várias interpretações do catolicismo popular no Brasil". *REB*, 36 (141), pp. 82-94.
- Aragão, Luiz Tarley
1980a. "A dessacralização do sexo e o sacrifício de mulheres". *Religião e Sociedade*, 6.
1980b. "Parentesco e transformação social em sociedades modernas: algumas considerações sobre o modelo francês contemporâneo". *Anuário Antropológico*, 80.
- Araujo Costa, Tereza Cristina
1983. *Bibliografias sobre o "negro" – um exercício de classificação*, PPGAS, Museu Nacional, manuscrito.
- Azevedo, Thales
1964. "As tarefas da sociologia da religião no Brasil", Relatório apresentado no congresso *Pro Mundi Vita*, Louvain, setembro
- Azzi, Riolando
1976. "Elementos para a história do catolicismo popular." *REB*, 36/141. pp. 95-130.
1977. "Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil". *Religião e Sociedade*, 1.
1981. "Presença da Igreja Católica na Sociedade Brasileira", *Cadernos do ISER*, 13.
- Bajtín, Migail
1974. *La Cultura Popular en la edad media y renacimiento*, Buenos Aires, Barral Editores.
- Bastide, Roger
1945. "Études afro-brésiliennes, étude bibliographique: 1939/1944." *Bulletin des Etudes Portugaises et de L'Institute Français au Portugal*. N. S., n.º 10.
1971. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo.
- Beozzo, José Oscar
1977. "Irmandades, santuários e capelinhas de beira de estrada". *REB*, 37 (148), pp. 741-758.
1977b. "História da Igreja na América Latina". *Religião e Sociedade*, 2.
1983. "As Américas Negras e a História da Igreja – questões metodológicas". *Religião e Sociedade*, 10.

- Berger, Peter
1971. *La Religion dans la conscience moderne*. Paris, Ed. Centurion.
- Berlinck, Manoel Tosta
1984. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. São Paulo, Papirus.
- Frei Beto
1981. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo, Brasiliense.
- Beylier, Charles (org)
1978. "A obra de Roger Bastide". *Religião e Sociedade*, 3.
- Birman, Patrícia
1983. *O que é umbanda*. São Paulo, Brasiliense.
1984a. "Comentários a propósito da II Conferência Mundial da Tradição dos Orixás." *Comunicações de ISER*, 8.
1984b. *Os saravás da política*. ISER, manuscrito.
- Boétie, Etienne de la
1982. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo, Brasiliense.
- Boff, Clodovis
1978. *Comunidade eclesial – comunidade política*. Petrópolis, Vozes.
- Boff, Leonardo
1976. "Catolicismo popular: que é catolicismo?". *REB*, 36 (141).
- Borges Pereira, João Batista
1981. *Estudos Antropológicos e Sociológicos sobre o Negro no Brasil – Aspectos Históricos e Tendências Atuais*. Univ. de São Paulo, FFLCH.
- Bourdieu, Pierre
1974. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- Brandão, Carlos R.
1977. "O número dos eleitos . . ." *Religião e Sociedade*, 3.
1980a. "A Memória do Sagrado". *Cadernos do ISER* 9.
1980b. *Os deuses do povo*. São Paulo, Brasiliense.
1981. *Sacerdotes de Viola*. Petrópolis, Vozes.
1981b. *O que é educação*. São Paulo, Brasiliense.
1983. *Casa de Escola*. São Paulo, Papirus.
- Brown, Diana
1977. "O papel histórico da classe média na umbanda". *Religião e Sociedade*, 1.
- Bruneau, Thomas
1974. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola.
1983. *The catholic church and the basic christian communities: a case study from the Brazilian Amazon*. Kellog Institute, mimeo.
- Caldeira, Tereza Pires do Rio
1983. *A luta pelo voto em um bairro da periferia*. ANPOCS, mimeo.
- Camargo, Cândido Procópio Ferreira de
1973. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis, Vozes.
1976. "Religião", *In Composição da População Brasileira*. *Cadernos do CEBRAP*, n.º 15.

- Camargo, Cândido Procópio Ferreira de; Souza, Beatriz Muniz de; Perucci, Antonio Flávio de Oliveira
1980. "Comunidades Eclesiais de Base". In Paul Singer e Vinícius Brandt (orgs), *São Paulo, Povo em Movimento*. Petrópolis, Vozes e Cebrap.
- Cardoso, Ruth
1977. "O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil." In Egon Schaden, (org.) *Homem, Cultura e Sociedade no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
1983. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico". In Bernardo Sorj e Maria Hermínia T. de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- Carneiro da Cunha, Manuela
1977. "Religião, comércio e etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos, no século 19". *Religião e Sociedade*, 1.
- Cavalcante, Maria Laura Viveiros de Castro
1983. *O Mundo invisível: cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Cehila
1980. *História da Igreja no Brasil*, vol. 2-2. Petrópolis, Vozes.
- Cesar, Waldo
1973. *Para uma sociologia do Protestantismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes.
1976. "O que é 'popular' no Catolicismo popular." *REB*, n.º 36, fasc. 141.
- Chauf, Marilena
1980. "Notas sobre cultura popular". *Arte em Revista*, 3.
- CNBB
1973. *Levantamento sobre a religiosidade popular* (CNBB, Região Nordeste 3, Salvador, 1973) Instituto Nacional de Pastoral, Rio de Janeiro, manuscrito.
- CNBB – Regional NE-1
1975. "Encontro sobre a religiosidade popular". *Boletim informativo regional NE-1*, 94 jul./ago. número especial. Olinda.
- CNBB
1977. *Comunidades: igreja na base*. Estudos da CNBB (3). São Paulo, Paulinas.
1981. *Com Deus me deito, com Deus me levanto. Orações da religiosidade popular católica*. Estudos CNBB, 17, São Paulo, Paulinas.
- Colonelli, Cristina Argenton
1979. *Bibliografia do Folclore Brasileiro*. (Coleção folclore, n.º 19). São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas.
- Correa, Mariza
1982a. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Tese Doutorado, USP.
1982b. "Antropologia & Medicina legal – variações em torno de um mito", In vários autores, *Caminhos Cruzados*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Della Cava, Ralph
1975. "Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro de 1916 a 1964." *Estudos CEBRAP*, 12.
1977. *Milagre em Juazeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- D'Epinay, Christian Lallive
1970. *O refúgio das massas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Dias de Araujo, João
1976. *Inquisição sem fogueiras* (Vinte anos de História da Igreja Presbiteriana no Brasil: 1954-1974), São Paulo, ISER.
- Droogers, André.
1984. *Religiosidade Popular Luterana*. São Leopoldo, Ed. Sinodal.
- Duarte, Luis Fernando Dias
1983. "Três ensaios sobre pessoa e modernidade". *Boletim do Museu Nacional*, 41.
1984. *Classificação e valor na reflexão sobre identidade social*. Museu Nacional, mimeo.
- Dumont, Louis
1966. *Homo Hierarchicus*. Paris, Gallimard.
1977. *Homo Aequalis*, Paris, Gallimard.
- Durham, Eunice
1978. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*, (2.^a ed.). São Paulo, Perspectiva.
- Esterci, Neide (org.)
1984. "Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil." *Cadernos do ISER*, 16.
- Fernandes, Rubem César
1976. *The antinomies of freedom – on the warsaw circle of intellectual history*. PhD. dissertation, New York, Columbia University, mimeo.
1977. "O debate entre sociólogos a propósito dos pentecostais". *Cadernos do ISER*, 6.
1979. "As missões protestantes em números", *Cadernos do ISER*, 10.
1981. *Dilemas do Socialismo – a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1982. *Os Cavaleiros do Bom Jesus – uma introdução às religiões populares*. São Paulo, Brasiliense.
1984. "Pesquisadores e Praticantes". *Comunicações do ISER*, 10.
- Ferretti, Sérgio Figueiredo
1983. *Querebentam de Zomadoun: um estudo de antropologia da religião na Casa das Minas*. Natal, UFRGN.
- Figueiredo, Napoleão
1976. "Pajelança e catimbó na região bragantina". *Revista de Cultura do Pará*, n.ºs 22/23.
1977. *Amazônia: tempo e gente*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Belém.
1979. *Rezadores, pajés e puçangas*. Belém, UFPa, Boitempo.
- Frade, Maria de Cáscia Nascimento
1981. *O Divino em Vila Isabel – a devoção e a festa*. Museu Nacional, mimeo.
- Fry, P. H. & Howe, G. N.
1975. "Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo". *Debate e Crítica*, 6.
- Fry, Peter
1978. "Manchester e São Paulo: industrialização e Religiosidade Popular". *Religião e Sociedade*, 3.
1982. "Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a Lei". In vários autores, *Caminhos Cruzados*, Brasiliense, São Paulo.

1982. "Soul food e Feijoada". In *Para Inglês Ver – identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Fry, Peter & Vogt, Carlos
1983. "A descoberta do cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil". *Religião e Sociedade*, 8.
- Fry, Peter
1984. "De um observador não participante . . .", *Comunicações de ISER*, 8.
- Gabriel, Chester E.
1980. *Communications of the spirit: Umbanda, Regional cults in Manaus and the dynamic of mediumistic*. McGill University, PhD. Thesis.
- Galvão, Eduardo
1955. *Santos e visagens: um estudo de vida religiosa de Ita, Amazonas*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
1983. "Vida Religiosa do caboclo da Amazônia". *Religião e Sociedade*, 10.
- Garcia, Pedro Benjamin
1983. "Saber popular/educação popular". *Cadernos de Educação Popular*, Petrópolis, Vozes/NOVA.
- Gois Dantas, Beatriz
1982. *Vovó Nagô e Papai Branco – usos e abusos da África no Brasil*, Tese de Mestrado, Campinas, UNICAMP.
1983. "Repensando a pureza Nagô". *Religião e Sociedade*, 8.
- Goldman, Márcio
1984. *A possessão e a construção ritual da pessoa no candombé*. Tese de Mestrado, Museu Nacional.
- Gerberg, Will
1955. *Protestant, Catholic, Jew*. New York, Doubleday.
- Goldman, Márcio & Contins, Márcia
1984. "O caso da pomba-gira". *Religião e Sociedade*, 11/1.
- Gómez de Souza, Luiz Alberto
1984. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis, Vozes.
- Gripp, Klaus Vander
1976. *Ensaio de uma bibliografia sobre a história do protestantismo no Brasil*, mimeo.
- Groenen, Henrique
1979. "Na Igreja quem é o povo?". *REB*, 39/154.
- Groetellais, Martien
1976. "Ambivalências em torno de 'catolicismo popular' e 'religiosidade popular'", *Atualização*, 7 (78/79), pp. 720-728.
- Guedes, Simoni Lahud
1974. "Umbanda e Loucura". In Gilberto Velho (org), *Desvio e Divergência*. Rio de Janeiro, Zahar.

- Hoornaert, Eduardo
1976. "O catolicismo popular numa perspectiva de libertação". *REB*, 36/141.
- Kolakowski, Leszek
1977. "A revanche do sagrado na cultura profana". *Religião e Sociedade*, 1.
- Koppenburg, Frei Boaventura
1984. "Sincretismo". *Comunicações do ISER*, 8.
- Laraia, Roque de Barros
1979. "Relações entre Negros e Brancos no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências sociais*, 7.
- Leacock, S. & Leacock, R.
1972. *Spirits of the dee: a study of an Afro-Brazilians cult*. New York. Doubleday Natural History Press, Garden City.
- Libânio, João Batista
1977. *O problema da salvação no catolicismo do povo*. Petrópolis, Vozes.
- Lima, Luiz Gonzaga de Souza
1980. "Comunidades Eclesiais de Base e organização política: notas". *Vozes* 74.
- Lima, Vivaldo Costa
1959. *Uma festa de Xangô*. Salvador, UNESCO-UFBA.
1966a. "Some yoruba patterns of social organization in the orisha cult – association in Brazil". 37.º Congresso Internacional de Americanistas, Mar del Plata.
1966b. "Os Ogãs de Xangô". *Afro-Asia*, 2/3.
- Lins e Silva, Tatiana
1980. *Os curupiras foram embora*. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional.
- Luz, Marco Aurélio & Lapassade, Georges
1972. *O segredo da macumba*, Col. Estudos sobre o Brasil e a América Latina. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- Machado, João Corrêa
1975. *Aparecida: na história, na literatura*, Campinas, s. ed.
- Maciel, Elter Dias
1972. *O pietismo no Brasil: um estudo de sociologia da religião*. Tese de Doutorado em Sociologia. Dept.º de Ciências Sociais, FFLCH-USP.
1983. "O Drama da Conversão – análise da ficção batista". *Cadernos do ISER*, 14.
- Maggie, Ivone
1979. "Arte ou magia negra", UFRJ, mimeo.
- Mainwaring, Scott
1983a. "The Catholic youth workers movement (JOC) and the emergence of the popular church in Brazil". Kellog Institute, Working Paper 6, Notre Dame.
1983b. "Igreja e Política: anotações teóricas". *Síntese*, 27.
- Mangabeira, Nanci
1984. "Os pirilâmpagos da perplexidade e a aurora boreal". *Religião e Sociedade*, 11/3.
- Maraschin, Jaci (ed.)
1979. Darci Dusilek e Israel Bello de Azevedo, *Bibliografia teológica*. São Paulo, ASTE.

- Matta, Roberto da
 1975. "Hipótese de trabalho: significação social da religiosidade popular". *Pesquisa polidisciplinar "Prelazia de Pinheiro": Aspectos Antropológicos*, vol. 3, pp. 5-11, Rio de Janeiro – Museu Nacional, IPEI, São Luís, mimeo.
 1979. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar.
 1981a. "The ethic of umbanda and the spirit of messianism: reflections on the brazilian model". In Thomas C. Bruneau. (ed), *Authoritarian Capitalism*. Westview, Boulder, Colorado.
 1981b. "A fábula das Três Raças, ou o problema do racismo à brasileira". In *Relativizando: uma introdução à antropologia social*, Vozes, Petrópolis.
 1982. "Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol". In *Universo do Futebol*. Pinakotheke, Rio de Janeiro.
 1983. "Dona Flor e seus dois maridos: um romance relacional". *Tempo Brasileiro*, 74, julho/setembro.
 1984. "Para uma teoria da sacanagem", In *A arte sacana de Carlos Zefiro*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- Maués, Heraldo & Motta Maués, Maria Angélica
 1977. "O modelo da 'Reima': Representações alimentares em uma comunidade amazônica". *Anuário Antropológico*.
- Maués, Heraldo
 1983. *Catolicismo e Pajelança entre pescadores da zona do Salgado*. SBPC, Belém, mimeo.
- Mendonça, Antonio Gouvêa
 1982. *O Celeste Porvir – um estudo da inserção do Protestantismo na Sociedade Brasileira*. Tese de Doutorado, USP.
- Menezes, Eduardo Diatáhy B. de
 1980. "Estrutura agrária: protesto e alternativas na poesia popular do nordeste". *Revista de Ciências Sociais* n.º1 e 2.
 1981. *A quotidianidade do demônio na cultura popular*. ANPOCS, Nova Friburgo, mimeo.
 1983. *John Milton e João de Cristo Rei: duas versões da rebeldia de Lúcifer e a origem do inferno*, mimeo, Águas de São Pedro, ANPOCS.
- Monteiro, Duglas Teixeira
 1974. *Os Errantes do Novo Século*. São Paulo, Duas Cidades.
 1977. "Églises, seetes et agences: aspects d'un ecumenisme populaire". *Diogenes*, 100, Paris.
- Mota, Roberto
 1975. *Bandeira de Alairá: a festa de Xangô – São João e os problemas do sincretismo afro-brasileiro*. *Ciência & Trópico*, 3(2).
- Mota, Roberto M. C.
 1981. "Comida, família, dança e transe: sugestões para o estudo do Xangô". ANPOCS, Nova Friburgo, mimeo.
- Molt, Yoshiko Tanabe
 1976. *Caridade e Demanda: um estudo de acusação e conflito na Umbanda em Marília*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, mimeo.
- Negrão, Lísias Nogueira
 1971. "Estudos funcionalistas sobre as religiões brasileiras: apresentação bibliográfica", In Maria Isaura P. de Queiroz (org.), *Introdução ao Estudo da Sociologia no Brasil*, vol. II, Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, USP.

- Negrão, Lísis Nogueira & Vilas Boas Concone, Maria Helena
1982. "Umbanda: da repressão à cooptação – o envolvimento político-partidário da umbanda paulista nas eleições de 1982", mimeo.
- Negrão, Lísis Nogueira
1983. "O campo religioso umbandista em São Paulo: Análise da dinâmica interna". Mimeo.
- Nelson, Reed Elliot
1984. Funções organizacionais do culto numa igreja anarquista. *Religião e Sociedade*, 11/3.
- Neves, Luiz Felipe Baêta
1977. "A noção de 'arte popular': uma crítica antropológica". *Revista de Ciências Sociais*, n.ºs 1 e 2.
- Novaes, Regina Célia Reyes
1979. *Os escolhidos – doutrina religiosa e prática social*. Tese de Mestrado, Museu Nacional.
1980. "Os pentecostais e a organização dos trabalhadores". *Religião e Sociedade*, 5.
- Oliveira Filho, José Jeremias
1972. *A obra e a Mensagem – Representações simbólicas e organização burocrática na igreja adventista do Sétimo Dia*. Tese de Doutorado, USP.
- Ortiz, Renato
1979. *A morte branca do feiticeiro negro*. Petrópolis, Vozes.
1980a. "Religiões Populares e indústria cultural". *Religião e Sociedade*, 5.
1980b. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1983. "O mercado religioso". *Comunicações de ISER*, 5.
- Paiva, Vanilda
1980. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
1983. "Anotações para um estudo sobre populismo católico e educação no Brasil". Working paper, The Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, USA.
- Parente, José Inácio
1982. *A Divina Festa do Povo*. Filme Documentário, Corcina, Rio de Janeiro.
- Pechman, Tema
1982. "Umbanda e Política no Rio de Janeiro". *Religião e Sociedade*, 8.
- Perani, Cláudio
1974. "Religiosidade popular e mudança social". *Cadernos do CEAS*, n.º 30.
- Pereira de Queiroz, Maria Isaura
1968. *Réforme et révolution dans les sociétés traditionnelles – histoire et ethnologie des mouvements messianiques*, Paris, Ed. Anthropos.
1977. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo, Alfa Omega. (2.ª edição revista e aumentada).
1983. "Messias, Taumaturgos e dualidade católica no Brasil". *Religião e Sociedade*, 10.
- Poel, Francisco Vander
1977. *Deus vos salve, casa santa!* Pesquisa de folclore-música-religiosa, patrocínio da CNBB. Ed. Paulinas, São Paulo.

- Polari de Alvarenga, Alex
1984. *Livro das Mirações – viagem ao Santo Daime*. Rio de Janeiro, Editora Rocco.
- Prado, Regina de Paula Santos
1974. “Sobre a classificação dos Funcionários Religiosos da baixada maranhense”. In pesquisa polidisciplinar – Prelazia de Pinheiros (aspectos antropológicos), IPEI/Centro de estudos, pesquisas e planejamento, São Luiz.
1977. *Todo ano tem*. Tese de Mestrado, PPGAS, Museu Nacional.
- Ramalho, Jether
1976. *Prática educativa e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Read, William R.
1967. *Fermento religioso nas massas do Brasil*. Campinas, Livraria Cristã Unida Ltda.
- Ribeiro de Oliveira, Pedro A.
1970. *Catolicismo popular no Brasil*. Feres-AL/CERIS, mimeo.
1972. “Religiosidade popular na América Latina”. *REB*, 32/126.
1976. “Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro”. *REB* 36/141.
1980. “Religião e Dominação de classe – o caso da romanização”. *Religião e Sociedade*, 6.
1981. “Oprimidos, a opção pela Igreja”. *REB*.
1984. “Comunidade e Massa – Desafio da Pastoral Popular”. *REB*, 44.
1984. *Religião e Dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Vozes, no prelo.
- Rolim, Francisco Cartaxo
1976. *Pentecostalismo – gênese, estrutura e funções*. Tese de Doutorado, USP.
1980. *Religião e classes populares*. Petrópolis, Vozes.
- Romano, Roberto
1979. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo, Kairós.
- Samain, Etienne
1976. “Religiosidade Popular – ensaio bibliográfico”. *Religião e Sociedade*, 1.
- Sanchis, Pierre
1983a. Arraial: Festa de um Povo: as romarias portuguesas. Lisboa, Don Quixote.
1983b. “A caminhada ritual”. *Religião e Sociedade*, 9.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos
1981. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Santos, Juana Elbein dos
1972. “La religion Nago, génératrice et réserve de valeurs culturelles au Brésil”, In *Les Religions africaines comme sources de valeurs de civilization*, Presence Africaine, Paris.
1976. *Os Nagô e a morte*. Petrópolis, Vozes.
1977. “A percepção ideológica dos fenômenos religiosos”. *Revista Vozes*, n.º 7.
1979. “Résistance et cohésion de groupe, religion négro-africaine au Brésil”, In *Archives de Sociologie des Religions*, 47/1, Paris.
1982. “Pierre Verger e os resíduos coloniais: o outro fragmentado”. *Religião e Sociedade*, 8.
- Seiblit, Zélia Milanez de Lóssio
1979. *Dentro de um ponto riscado – estudo de um centro espírita na zona norte do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ.
1984. *A Gira profana*, ISER, Rio de Janeiro, mimeo.

- Seyferth, Giralda
 1982. *Nacionalismo e identidade étnica*, FCC-Edições
 1983. "Etnicidade e cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política". *Boletim do Museu Nacional*, 42.
- Shaul, Richard
 1983. "Entre Jesus e Marx – reflexões sobre os anos que passei no Brasil". *Religião e Sociedade*, 9.
- Shapiro Judith
 1983. "Ideologias da prática missionária católica numa era pós-colonial". *Religião e Sociedade*, 10.
- Silverstein, Leni M.
 1979. "Mãe de todo mundo – modos de sobrevivência nas comunidades de candomblé da Bahia". *Religião e Sociedade*, 4.
 1984. "Na encruzilhada dos domínios: política e religião nos cultos afro-brasileiros". ISER, mimeo.
- Sinclair, John H.
 1976. *Protestantism in Latin America – a bibliographical guide*. Pasadena, William Carey Library.
- Slater, Candace
 1984. "Afirmações pessoais. A presença individual nas histórias de Padre Cícero". *Religião e Sociedade*, 11/3.
- Souza, Beatriz Muniz de
 1969. *A experiência da salvação*. São Paulo, Duas Cidades.
- Souza Queiroz, Marcos
 1980. "Estudos sobre medicina popular no Brasil". *Religião e Sociedade*, 5.
- Sues Gunter, Paulo
 1975. *Catolicismo popular ou Igreja do Povo? Análise e reflexão a partir da Amazônia*. Bruxelas, Mémoires Lumen Vitae.
 1979. *Catolicismo Popular no Brasil*. São Paulo, Ed. Loyola.
- Trindade, Liana Salvia
 1980. *Exu: símbolo e função*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, FFLCH-USP, 206 pp.
 1982. "Exu: reinterpretações individualizadas de um mito". *Religião e Sociedade*, 8.
- Trindade-Serra, Ordep José
 1978. *Na trilha das Crianças – os erés num terreiro de angola*, Dissertação de Mestrado, Un. Brasília.
- Valladares, Lícia do Prado
 1983. "Estudos recentes sobre habitação no Brasil: resenha da literatura", In *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Vários autores
 1969. *Religião do Povo no Brasil*. Revista Vozes, 63, n.º 2.
 1974. *Religiosidade popular no Brasil*. Revista Vozes, 7.
 1976. *Catolicismo Popular*. REB, fasc. 141, n.º 36.

- Vários autores (Comblin, J.; Beozzo, J. O.; Boff, Clodovis; Suess, Paulo; Gorgulho, G.)
1978. Pastoral popular, *REB*, 38/150, junho.
- Vários autores
1982/1983. "Religiões e Eleições". *Comunicações do ISER*, n.ºs 2, 3, 4 e 5.
- Velho, Gilberto
s/d. "Indivíduo e Religião na cultura brasileira". *Comunicação*, 8.
- Velho, Gilberto & Viveiros de Castro, Eduardo
1978. "O conceito de cultura nas sociedades complexas". *Artefato*, 1.
- Velho, Otávio
1982. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Velho, Yvone Maggie Alves
1977. *Guerra dos orixás: um estudo de ritual e conflito*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Verger, Pierre
1955. *Dieux d'Afrique*, Paris.
1957. *Notes sur le culte des Orisha et Vodum à Bahia, la baie de Tous les Saints, au Brésil, et à l'ancien Côte des Esclaves, en Afrique*. (Memoire, 51) IFAN, Dalsar.
1972. "Raisons de la survie des religions africains au Brésil", In *Les religions africaines comme sources de valeurs de civilization*. Paris, Presence Africain.
1982. "Etnografia religiosa iorubá e probidade científica". *Religião e Sociedade*, 8.
- Vergolino e Silva, Anaisa
1975. *O tambor das flores – uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará (1969-1975)*, Tese de Mestrado, UNICAMP.
- Viveiros de Castro, Eduardo
1982. "Missão aberta, Missão fechada". *Religião e Sociedade*, 8.
- Vogel, Arno
1981. *O Papa é Cristo!* Tese de Mestrado, PPGAS, Museu Nacional.
- Wagley, Charles
1977. *Uma comunidade amazônica*, São Paulo Ed. Nacional.
- Wanderley, Luis Eduardo
1984. *Educar para transformar – educação popular, igreja católica e política na movimentação de educação popular*, Petrópolis, Vozes.
- Willems, Emilio
1966. "Religious mass movement and social change in Brazil", In *New Perspectives of Brazil*, Ed. E. N. Ballsanoff, Vanderbilt University Press, Nashville.
- Zaluar, Alba
1973. "Sobre a lógica do catolicismo popular". *Dados*, 11.
1979. "Os movimentos 'messiânicos' brasileiros: uma leitura". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 6.
1983. *Os Homens de deus – um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro, Zahar.
1983. "Condomínio do Diabo: as classes populares urbanas e a lógica do 'ferro' e do 'fumo'". In Paulo Sergio Pinheiro, (ed.), *Crime, Violência e poder*, São Paulo, Brasiliense.
1984. *A máquina e a revolta*. Tese de Doutorado, USP.

Mulher & Política: um Debate sobre a Literatura Recente

Mariza Corrêa

"Clara prétend qu'elle n'a pas la moindre compréhension pour ces 'dames' qui ne sont que des 'appareils sexuels et digestifs'. Comme si chaque femme pouvait devenir 'agitatrice', sténotypiste, téléphoniste ou quoi que ce soit d' 'utile' dans le genre!

Et comme si les belles femmes – la beauté, ce n'est pas seulement un joli visage, mais aussi la finesse et la grâce intérieures – comme si les belles femmes n'étaient pas déjà un cadeau du ciel parce qu'elles sont un plaisir des yeux! Et si Clara se dresse en archange armé d'une épée flamboyante à la porte de l'Etat de l'avenir pour en chasser les Irènes, je lui adresserai, les mains jointes, cette prière: laissez-nous les tendres Irènes, même si elles ne servent qu'à orner la terre, comme les colibris et les orchidées. Je suis pour le luxe sous toutes ses formes." (Rosa Luxemburgo, 1917)

Introdução

A retomada coletiva da questão da situação da mulher na sociedade brasileira em meados da década de 70 levou as participantes dos grupos feministas, ao mesmo tempo em que tinham a sensação de estar começando tudo de novo, a perceber que muitos esforços de reflexão haviam continuado a ser feitos sobre esta questão a nível individual. Esses trabalhos de reflexão, teórica ou apoiada em pesquisas, de certa forma encontraram um lugar apropriado à sua discussão nos grupos que começaram a se formar então porque expressavam, articulavam, nomeavam, elementos das questões particulares que faziam parte da problemática mais geral da situação da mulher. Movimentos de ação coletiva e trabalhos de reflexão individual se encontraram assim num determinado momento histórico

em torno de uma mesma questão e a atuação de suas agentes foi importante também em levar a questão às Universidades, aos meios de comunicação de massas e aos grupos políticos que se (re)organizavam naquele mesmo período.¹

A própria ampliação do movimento feminista e sua conseqüente diversificação influenciaram a pesquisa acadêmica, apontando questões sobre as quais tínhamos pouca informação, ou nenhuma, e sugerindo novos temas para aquelas pesquisas. A discussão a respeito do aborto é um bom exemplo da primeira afirmação: saindo da área médica, onde até então se concentrara a produção sobre o assunto, e a partir de discussões políticas, o tema passa a ser investigado de outras perspectivas (Barroso e Carneiro da Cunha / Frente de Mulheres Feministas, 1980; Di Giovanni, 1983).

A discussão a respeito das chamadas mulheres chefes de família exemplifica a segunda: apesar de ter chamado a atenção de alguns viajantes e historiadores, esta só se torna uma questão relevante quando recolocada dentro de um contexto em que se passa a valorizar atuações que escapam aos modelos previamente definidos de comportamento feminino dentro da família (Woortmann, 1975; Barroso, 1978; Figueiredo, 1980; Kuznesof, 1980).

A proposta de feministas e pesquisadores interessadas no questionamento e no levantamento da situação da mulher, sumarizada na expressão "tornar visível o invisível", fortaleceu-se também com as novas abordagens, principalmente da pesquisa histórica, no estudo das categorias subordinadas das sociedades ocidentais, particularmente dos integrantes das classes trabalhadoras, mas também daqueles que pela própria definição de uma sociedade capitalista eram considerados parte de categorias residuais ou improdutivas ou irrelevantes em sua implantação: negros, favelados, homossexuais, crianças, velhos, etc. Surgindo num momento em que a homogeneidade das chamadas classes subalternas era também questionada pela historiografia, o movimento feminista recolocou em discussão, de um outro ângulo, aspectos da vivência feminina tradicionalmente estudados de forma estática, acabada ou externa, como a prostituição, a violência familiar, o trabalho doméstico, etc., repondo na "cena textual" tanto a dinâmica desses processos quanto a visão das pessoas neles envolvidas (Mazzariol, 1978; Baccalar, 1982; Corrêa, 1983a; Saffioti, 1978; Almeida, 1982; Ary Farias, 1983). A convergência dessas questões teóricas e políticas no contexto dos movimentos sociais da década de 70, embora tenha ocorrido também em outros países, foi particularmente importante no caso brasileiro, onde o feminismo efetuou uma crítica interna à esquerda – tanto aos seus postulados ortodoxos quanto ao nível das relações concretas entre militantes de grupos políticos – o que teve consequências também em outros movimentos sociais (Souza Lobo e Paoli, 1982). As experiências políticas vividas na década de 60 por boa parte das mulheres que se engajaram nesse movimento de uma maneira ou de outra, possibilitaram assim não só a constituição de uma "memória viva" do feminismo e de suas relações com as organizações político/partidárias, como também uma aguda visão crítica de esquemas hierárquicos e formulações teóricas macroestruturais.

Esta é uma história que está contada com mais detalhes em outros textos e meu objetivo

aqui não é recontá-la; apenas a relembro porque é impossível entender a produção dita acadêmica a respeito dos temas mulher e família nos últimos anos, que me cabe resenhar aqui, sem tê-la como ponto de referência. Se ainda é muito cedo, se estamos ainda muito próximos dessa história para poder mapear sem distorções as relações entre escolhas teóricas/atuações políticas, retrazando redes sociais femininas – mapa que, de resto, existe em versões fragmentadas na cabeça de cada uma de nós – este parece um bom momento para iniciarmos uma revisão crítica daquela produção, observando as contribuições disponíveis e as questões renitentes à nossa compreensão nestes dois temas e as suas relações.

Por várias razões este parece ser um bom momento: do ponto de vista das próprias integrantes do movimento feminista estamos num período de "refluxo", depois de uma explosão de iniciativas criadoras e de adesões numerosas, e a palavra mais ouvida nos vários redutos feministas do país (e não só aí) é "crise". Além disso, a própria ampliação do movimento, que o legitimou em áreas institucionalizadas da nossa sociedade – a universidade, os meios de comunicação de massas, os partidos políticos – e o reproduziu em quase todos os centros urbanos do país, parece ter ao mesmo tempo retirado dele seu caráter subversivo inicial e levado a uma fragmentação que torna difícil falar hoje em feminismo no singular. Consequências talvez teoricamente previsíveis na trajetória de qualquer movimento social, elas não são por isso menos dolorosas para quem as vive.²

Outra consequência, esta mais delicada de tratar, da ampliação da problemática feminina como uma questão relevante no âmbito acadêmico, de sua constituição como uma área de pesquisa respeitada e respeitável, é a transformação do próprio movimento, ou movimentos, em objetos de pesquisas. Se, por um lado, isso obriga a uma auto-reflexão constante por parte de quem está engajado em alguma luta particular, ao contrastá-la, tanto com os movimentos feministas em outros países quanto com as contribuições, cada vez em maior número, de pesquisas empíricas, leva também, por outro, a uma inevitável sensação de mal-estar, de tensão, entre pesquisadoras e militantes. Estas duas categorias, quase reificadas no universo semântico da fala cotidiana, embora não tenham alcançado ainda um estatuto teórico, não podem ser deixadas de lado numa discussão como a que pretendo fazer aqui.

Se por volta de 1975 boa parte das feministas integrantes dos primeiros grupos a se forma-

rem eram, elas mesmas, pesquisadoras, o que permitia uma análise muito rica e informada da condição feminina na sociedade brasileira e de sua diversidade, a multiplicação de instâncias possíveis de discussão da problemática feminina em muitos casos separou umas das outras. Não é preciso, atualmente, ser feminista para produzir, por exemplo, uma tese de mestrado ou doutorado a respeito dessa questão, como não é preciso ter uma informação consistente e sistemática a respeito dela para se ingressar em algum grupo de atuação feminista. O que não implicou no cancelamento de um trânsito constante nos dois sentidos, isto é, tanto as feministas continuam a defender teses na universidade, como professoras e estudantes continuam a militar nos movimentos feministas embora, de um ponto de vista puramente impressionista, o tráfego pareça se acumular mais no primeiro pólo desta relação do que no segundo.

Esta reflexão, ao mesmo tempo que me parece importante para contextualizar a produção de pesquisas sobre os temas mulher e família a partir da universidade, aponta para a necessidade, urgente, mas que não pode ser realizada aqui, de um levantamento equivalente da contribuição do feminismo militante para a compreensão da questão da situação da mulher. Ou seja, que tipo de problematização está sendo feita das suposições, teóricas ou políticas, que têm informado o trabalho de pesquisa, a partir do trabalho sistemático que as feministas vêm realizando na sociedade brasileira, seja em movimentos sociais e partidos políticos, seja através de instituições como o S.O.S.? Pelo menos dois exemplos, já incorporados à reflexão acadêmica, me ocorrem para ilustrar o tipo de contribuição no qual estou pensando e que certamente poderia levar a aprofundar algumas discussões que se dão no âmbito da universidade e de outras instituições de pesquisa. O primeiro deles diz respeito à sexualidade da mulher trabalhadora. Assim como o machismo, ou sexismo, e o racismo de algumas lideranças sindicais parece ter sido um choque teórico para alguns pesquisadores mais desligados das discussões feministas e sobre a política racial da última década, também as preocupações com a sexualidade por parte de mulheres trabalhadoras causou espanto ao ser articulada por elas mesmas, assim que se criaram oportunidades, através de grupos de reflexão, para a sua expressão.³ Outro exemplo que me ocorre é o da “descoberta”, feita por jovens estudantes, feministas e pesquisadoras, da atividade política exercida por mulheres donas-de-casa em bairros da periferia urbana na sua prática cotidiana de reivindicações apoiada

no conhecimento e na utilização tanto de momentos políticos favoráveis quanto dos meandros burocráticos dos serviços públicos e aos quais, por diversas razões, os homens não tinham, ou tinham pouco, acesso (Almeida, 1979; Corrêa, 1981).

Uma reflexão a respeito desse tipo de atuação feminina permite questionar tanto noções do senso comum acadêmico sobre a não participação política das mulheres – e a própria definição do que seja política (Martinez Alier e Boito Junior, 1975) – quanto as não menos difundidas convicções sobre o isolamento das mulheres donas-de-casa e mães de família, ambas desenvolvidas a partir da análise da experiência de mulheres de classe média. Esses exemplos poderiam certamente se multiplicar e estender para além das áreas de conhecimento de cada uma de nós, pondo em questão uma série de supostos dos quais partimos ao realizar pesquisas, se o intercâmbio entre militantes e pesquisadores pudesse ser maior. É pensando nessa relação e no contexto criado pelo movimento feminista para os trabalhos de reflexão produzidos na universidade que alinho, então, os pontos que se seguem.

Mulher e Família: Confluências

Quando o trabalho de pesquisa e reflexão de H. Saffioti *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade* foi lançado em livro, em 1969, o material disponível para se analisar a situação da mulher brasileira era extremamente restrito e disperso em muitos campos do conhecimento: seu trabalho efetuou não só uma primeira organização desse material como o trouxe para a área das Ciências Sociais, na qual ele foi incluído e a partir de cujos parâmetros passou a ser discutido. Reeditada e retomada em meados da década de 70, sua reflexão continua a ser um ponto de referência obrigatório para as discussões que se seguiram, tanto porque coloca em questão uma série de problemas que permanecem importantes nesse campo, como porque estabelece as ligações mencionadas antes, entre preocupações políticas e analíticas, entre trabalhos de reflexão individual e possibilidade de atuações coletivas, oferecendo um quadro teórico mais amplo onde discutir essas questões.

A partir de 1970, no entanto, a mesma fragmentação que se pode notar na área de atuação feminista hoje, decorrente em parte da ampliação do movimento, pode ser também observado em relação às pesquisas a respeito da situação da mulher.

A multiplicação dessas pesquisas acompanhou de perto a curva dos interesses políticos da sociedade brasileira como um todo e da trajetória teórica das Ciências Sociais em particular: a cidadania, a violência, o trabalho, a sexualidade, têm sido desde então postos em discussão de forma acentuada. A mulher passou a ser discutida de uma diversidade de perspectivas teóricas e dentro de um leque de situações particulares tais que um trabalho abrangente como o de H. Saffioti seria impensável hoje. De certa forma, temos sorte de que ele tenha sido feito antes de que isso acontecesse.

Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada, competente e cuidadosa obra coletiva de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas de São Paulo, já tem dois volumes publicados (1979 e 1981), sem ter esgotado o seu levantamento. Mesmo as coletâneas que pretendem dar uma visão mais global da situação da mulher no Brasil hoje (como *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*), subdividem o tratamento da questão por áreas, como Educação e Saúde, e são quase necessariamente obras de referência mais do que de análise. Várias publicações periódicas, de caráter mais geral, dedicaram números especiais ao tema (como o *Caderno de Debates* e o *Almanaque*, da editora Brasiliense, *Encontros com a Civilização Brasileira*, *Cadernos* da PUC-RJ, entre outras) e o concurso nacional promovido pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford, para estimular as pesquisas nesta área, já foi realizado por três vezes (1978, 1980 e 1982) e seus resultados parciais estão publicados em livro (Bruschini e Rosemberg, 1980 e 1982; Barroso e Costa, 1983).

Este levantamento poderia continuar por algumas páginas sem que fosse possível dar conta, nos limites deste ensaio, de todos os trabalhos de pesquisa publicados ou em andamento, particularmente nas áreas geográfica e politicamente mais distantes dos centros do país. A própria multiplicidade de pesquisas e pesquisadoras tem levado, nos últimos anos, tanto à iniciativas de publicação de bibliografias de referência sobre o tema, como as mencionadas, quanto à criação de centros onde esse material esteja reunido de forma atualizada e disponível. A biblioteca da Fundação Carlos Chagas, o Centro de Informação Mulher (CIM), em São Paulo; o Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) e a Associação de Pesquisadoras sobre a Mulher (APEM), no Rio de Janeiro, são alguns exemplos dessas iniciativas. A criação de dois grupos de trabalho no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), coordenados por Fanny Tabak

(PUC-RJ) e Neuma Aguiar (IUPERJ) também mostram o crescimento do interesse pela questão na área das ciências sociais.⁴

A mesma diversidade e multiplicidade de enfoques podem ser também verificadas no que se refere ao campo de estudos sobre família no Brasil e, embora sua história seja um pouco mais antiga do que a do campo de estudos sobre a mulher, várias das observações feitas a seu respeito poderiam ser agora repetidas. A pesquisa histórica também aqui tem tido uma contribuição importante, no sentido de ir esclarecendo certos pontos que catalizam os debates; questões políticas mais amplas da sociedade brasileira têm colocado problemas também para seus pesquisadores e a própria ampliação do interesse pela análise da situação da mulher tem sido responsável pela relevância que as pesquisas sobre família vêm recebendo nas instituições de pesquisa e ensino.

Se os estudos sobre família têm uma história bem estabelecida nas Ciências Sociais, particularmente na Antropologia e na Sociologia, o material disponível a partir de pesquisas, além de apresentar uma grande diversificação em termos de análises, de certa forma afinadas às transformações teóricas e/ou metodológicas naquelas duas disciplinas, mostra também uma diversidade interessante de seu próprio objeto. Famílias operárias, camponesas, famílias das classes dominantes, famílias de migrantes ou de imigrantes, famílias de escravos, famílias da cidade ou do sertão têm sido estudadas ao longo da constituição desse campo interdisciplinar de pesquisa. Mas, apesar de algumas tentativas mais antigas de estabelecer modelos macroestruturais onde inscrever as diversas formas de organização familiar da sociedade brasileira, este campo se descreve melhor, até meados da década de 70, pelas suas descontinuidades do que pela exploração sistemática, seja de uma questão definida, seja da análise de uma área econômico-social demarcada ou pelo próprio debate interno da produção existente. Esta observação já foi feita pelos autores da excelente "Bibliografia Crítica sobre a Família no Brasil" (em Medina, 1974) que, junto com o trabalho de Alcântara (1966) e o de Fukui (1970), se constitui entre as primeiras tentativas de estabelecer um levantamento sistemático deste campo de pesquisa.

O ponto forte deste campo tem sido então, ao mesmo tempo, a sua fraqueza: isto é, se as análises são freqüentemente fragmentadas, apresentando versões localizadas e parciais das relações familiares no âmbito do território social brasileiro, são também muito ricas em suges-

tões, em indicações, apontando pistas que ainda esperam por pesquisadores animados a percorrê-las em toda a sua extensão. Isto começa a ser feito, de fato, a partir do momento em que a pesquisa em Ciências Sociais passa a receber maior incentivo das agências financiadoras, o que está também vinculado à sua expansão institucional. A discussão tem se tornado mais estimulante também com a criação de alguns núcleos aglutinadores tanto de pesquisadores quanto do material existente, analogamente ao que está ocorrendo no campo de estudos sobre a situação da mulher.

O Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), da Universidade de São Paulo tem sido nos últimos anos a instituição que melhor cumpriu este papel, e sua publicação, os *Cadernos do CERU*, registra boa parte da produção de pesquisas a respeito das relações familiares na sociedade brasileira. É uma pesquisadora do Centro, Lia Fukui, quem coordena o grupo de estudos sobre família e sociedade na ANPOCS, criado em 1980, responsável também, com Christina Bruschini, da Fundação Carlos Chagas, por uma edição especial dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação sobre a família no Brasil. A constituição de um grupo de estudos sobre mulher e família, de caráter interdisciplinar e interinstitucional, no interior do Arquivo Edgar Leuenroth, assim como a perspectiva de criação de uma área dedicada à família, no âmbito do Programa de Doutorado em Ciências Sociais, ambos na Universidade Estadual de Campinas, indicam tanto o crescente interesse que o tema vem recebendo, quanto a sua estreita vinculação com o tema mulher.

Seria necessário aqui abrir um parêntese a respeito das autoras das pesquisas que estão sendo citadas ao longo deste texto, já que a grande maioria delas pertence ao gênero feminino, o que por si só já constituiria um tópico interessante num levantamento de área, evidenciando, pela sua própria presença, algumas afirmações feitas antes. Esta é, no entanto, uma área tão delicada de tratar como a das relações entre militantes e pesquisadoras: se é difícil falar de umas, parece impossível falar de outras, a menos que se tratasse de uma tese para uma universidade estrangeira ou de depoimentos para não serem traduzidos para os ouvidos nativos, como *Brasileiras* (Lapouge e Pisa, 1977), por exemplo. A questão se tornaria ainda mais delicada se, além de pensarmos na identidade de gênero das autoras, pensássemos também em sua pertinência de classe. Uma generalização preliminar, no entanto, é possível: são mulheres de uma mesma geração, nascidas por volta dos

anos 30, e suas alunas/orientandas na universidade as que têm sido responsáveis não só pela transmissão de uma história oral importante de ser registrada (esperemos que alguém a esteja registrando), em termos de explicar alianças – teóricas, políticas, familiares, regionais e outras – como também pelo impulso, estímulo, na investigação de temas que, em parte, permaneceram na sombra até agora porque não se podia falar de determinadas questões.

Aspecto aparentemente menor da definição da pesquisa acadêmica, num país como o nosso onde a atividade intelectual sempre esteve restrita a grupos de elite, este é um aspecto relevante dela, particularmente ao falarmos de mulher e família: como colocar as tias na berlinda, como questionar, ainda que em termos teóricos, as relações familiares dos avós? Relações pessoais e outras atravessam assim fronteiras que poderiam parecer bem demarcadas de um ponto de vista estritamente profissional ou institucional: a circulação de mulheres não se dá, afinal, como quer Lévi-Strauss, apenas através de parceiros masculinos. Esta circulação – de projetos de pesquisa, de inquietações teóricas mescladas com histórias de vida, de projetos políticos mais gerais, de atuação profissional – basicamente realizada entre mulheres, é que tem alimentado as pesquisas sobre mulher e família no Brasil. E se estas pesquisas não são realizadas apenas por mulheres elas foram, particularmente nos últimos anos, uma incontestável maioria em ambas as áreas de reflexão, o que pode ser sugestivo tanto do estado da questão mulher e família em nosso país, quanto relevante para a compreensão de possíveis vieses teórico-políticos das análises produzidas sobre ela.

A ausência da figura masculina, onipresente anteriormente, quando a grande maioria dos pesquisadores em Ciências Sociais eram homens, pode criar a possibilidade de refazermos, afinal, apenas o espelho da trajetória percorrida nessas áreas de pesquisa. Risco semelhante ao que se corre ao constituir como objetos privilegiados de pesquisa as “outras mulheres”, deixando de lado uma reflexão a respeito das mulheres da classe média e das chamadas classes dominantes. Duas questões, colocadas no âmbito do debate mais geral a respeito da situação da mulher na família e na sociedade, resumem bem aquelas duas possibilidades. “Que fim levaram os pais?” é a pergunta da antropóloga E. Burke-Leacock (1982), analisando a proposta teórica de Lévi-Strauss para explicar as transformações sofridas pelas formas de organização familiar nas sociedades ditas primitivas; M. A. Macciocchi (1976) pergunta as razões da impor-

tância atribuída à mulher e à família pelos regimes autoritários: questões ambas que embora tenham sido atacadas apenas indiretamente pelas pesquisadoras brasileiras, parecem importantes para a análise das relações entre mulher e família na nossa sociedade.

No próximo tópico deste ensaio pretendo refletir a respeito de algumas suposições mais gerais que parecem ter informado até agora a produção de pesquisas sobre esses dois temas, explicitando algumas das ordens de razões que parecem ordenar ou definir as linhas dessa produção e que formam como que o contexto no qual se inscrevem os textos discutidos. Sem descer demasiado às particularidades das pesquisas citadas, parece possível apontar três questões mais gerais através das quais se poderia iniciar esta reflexão e sugerir algumas das articulações que podem ser estabelecidas a partir das análises produzidas na literatura nos últimos anos.

O Colibrí e a Espada

A crítica de Rosa de Luxemburgo a Clara Zetkin, feita numa carta escrita da prisão para sua amiga Sonia Liebknecht, expressa bem uma dificuldade, prática e teórica, enfrentada ainda hoje: como analisar a condição feminina sem cair nas armadilhas do biológico, do político ou do útil. A uma imagem de mulher passiva, que durante muito tempo abarcou inteiramente os contornos da figura feminina, a grande tentação parece ser a de opor imagens igualmente homogêneas da mulher revolucionária ou trabalhadora. É difícil denunciar a opressão da mulher e ao mesmo tempo problematizar a noção corrente de "sexo frágil": ao mostrarmos os mecanismos de "construção" desta noção, parecemos mostrar também a inevitabilidade da subordinação e a quase cumplicidade de um ser assim construído com aquela opressão – sem falar nas possíveis leituras, cínicas ou não, das vantagens que esta definição propicia. Pois se pensarmos nas regras, explícitas ou implícitas, do comportamento feminino modelar, veiculadas ao nível institucional na sociedade brasileira (sistema escolar, cultural, jurídico, etc.), a produção da mulher doméstica, dócil, submissa, parece uma consequência quase inevitável – unicamente as exceções, demonstradas em pesquisas, a esse produto acabado, são muitas para serem descartadas, o que tampouco anula a realidade da opressão específica.

A questão se complica mais, ainda, no terreno cultural, onde a absorção de novas idéias é

muito rápida, e um pouco rasa, levando a projetar como desejáveis imagens de mulheres que não se submetem, que não são dóceis e que vivem fora do âmbito doméstico: ver as novelas de televisão pós-movimentos feministas, por exemplo. Mas na "vida real" as mudanças são menos rápidas. Pesquisas recentes têm mostrado que, ainda que tenham consciência de sua situação de subordinação – isto é, que tenham adquirido a percepção da existência de outras possibilidades da definição do feminino em nossa sociedade – muitas mulheres percebem também claramente que a melhor estratégia de sobrevivência, apoiada tanto em termos estruturais como ideológicos, no momento histórico em que foram apanhadas é o da vivência em família.⁵

O que é entendido por "família" pelos que vivem em nossa sociedade e pelos que se dedicam a analisá-la é uma questão em si mesma e é aí que as dificuldades acima mencionadas começam a se tornar relevantes nesta discussão. Começando pelo aspecto biológico: negá-lo como fundamento daquela subordinação feminina estrutural não implica em deixar de reconhecê-lo como parte relevante do problema. Algumas pesquisas recentes têm incorporado a preocupação com as consequências sociais dos ciclos de vida biológica (infância, vida adulta, velhice) para os seres humanos, assim como as limitações impostas às ações humanas pela nossa fisiologia, sem no entanto atribuir a umas e outras um valor explicativo. A maternidade é um fenômeno socialmente importante – importante demais para ser deixado nas mãos das mulheres, parecem sugerir alguns tecnocratas do controle da natalidade ou gerentes da socialização infantil. Frequentemente discutidos e presentes como problemas no cotidiano de boa parte das mulheres brasileiras, estes dois ângulos da questão mais ampla da "maternidade" – quem é como (se) decide sobre ter ou não ter filhos e o que se faz com eles uma vez concebidos ou nascidos – têm sido, no entanto, escassamente analisados na produção de pesquisas sobre mulher e família no âmbito da nossa sociedade. Politicamente, ambos têm sido incluídos como temas de luta (as creches, o aborto, o direito ao prazer independente da procriação) ou como subsidiários da "questão maior" do trabalho: o trabalho infantil, por exemplo, ou as leis de proteção à trabalhadora grávida e suas consequências.

A discussão sobre o aborto, por exemplo, tem sido embaçada por palavras de ordem como "o direito ao próprio corpo" versus "o

direito à vida”) mais do que esclarecida por uma reflexão que leva em conta o que têm a dizer as mulheres que passaram por esta experiência. Uma pesquisa recente mostra que a vida biológica de um filho concebido e não desejado é sempre menos importante do que o projeto de vida ou familiar dos envolvidos na relação que o produziu, particularmente nos projetos da futura mãe (Di Giovanni, *op. cit.*).

A ênfase na figura da mulher como mãe tem não só deixado de lado a figura do pai nas discussões sobre a definição de família, como também esmaecido a importância da contribuição das crianças para a economia doméstica (Zaluar, 1982). Analisar esta contribuição implicaria também em refletir a respeito das consequências que o trabalho infantil tem para as relações de autoridade no interior da família. As crianças que trabalham, sofrendo uma dupla exploração (porque ganham salários menores do que os adultos, muitas vezes realizando o mesmo trabalho e porque prejudicam suas possibilidades futuras como trabalhadores ao abandonar os estudos), parecem, apesar disso, se sentir muito felizes por ter sua “liberdade”, traduzida em autonomia e um pouco de dinheiro para suas pequenas necessidades (Gouveia, 1982). O fato de que as pesquisas sobre o trabalho das crianças focalizam os “trabalhadores mirins” (Antuniassi, 1983) ou os “meninos da rua” (Ferreira, 1980), parece também indicar que a saída dos meninos de casa está vinculada a uma permanência das meninas no âmbito doméstico (Machado Neto, 1980). Outro aspecto das relações familiares onde o cruzamento dos laços de sangue com os laços sociais — e a importância atribuída a uns e outros conforme a pertinência de classe dos membros da família — pode ser percebido de forma interessante é na questão da adoção, também só recentemente um tema de interesse nesta área (Cardoso, 1981). E a partir da publicação de pesquisas, principalmente feitas por médicos, desenvolveu-se também uma preocupação pela violência sofrida por crianças no ambiente familiar, não só em relação à agressão física que extrapola o também tomado como natural no senso comum (e legalmente garantido) direito de punição que os pais tem sobre os filhos, como em relação às investidas sexuais sofridas domesticamente pelas meninas (Oliveira e Prado, *op. cit.*).

Os estudos sobre a “velhice” também parecem mais voltados para a observação das consequências da institucionalização das pessoas a partir de uma certa idade, isto é, com as transformações na vida familiar, particularmente nos

meios urbanos, que levam a delegar o cuidado dos mais velhos a agências estatais ou particulares, ou com a participação de mulheres “velhas” na vida social, do que com os processos propriamente biológicos desse estágio da vida humana (Moraes, 1977; Lins de Barros, 1981). Aparentemente, a velhice é um momento do ciclo da vida humana, familiar e social mais facilmente enfrentado pelas mulheres na nossa sociedade (Debert e Costa, 1982), já que elas parecem ter assegurado a continuação de sua utilidade doméstica mesmo quando perdem seu papel de trabalhadoras “produtivas” — ao contrário do que ocorre com os homens. Infelizmente, nenhum tratamento sistemático e comparativo, utilizando os dados esparsos nas diversas pesquisas existentes sobre a família, foi dado ainda à questão da infância e à da velhice.

Em resumo, se por um lado as diferenças biológicas têm sido tradicionalmente utilizadas como argumento para demonstrar a razão da subordinação histórica das mulheres (“o fardo da maternidade”) visão cujos supostos já foram suficientemente discutidos teoricamente (por exemplo, Stolcke, 1980), por outro, e talvez ironicamente, essas mesmas diferenças têm oferecido pistas para esclarecer questões importantes para a compreensão de alguns aspectos da vida familiar. Os índices de fertilidade feminina, por exemplo, ou a idade da menarca (primeira menstruação), juntamente com os dados a respeito da idade média dos cônjuges ao casar, indicações de relações sexuais pré-conjugais e os índices de natalidade e mortalidade, têm auxiliado a investigação da história social da família.⁶ Uma série de questões ainda controversas no campo da história da família no Brasil, e que têm sido utilizadas em outros países para apontar alterações teóricas importantes nos modelos tradicionais do desenvolvimento histórico de uma sociedade (MacFarlane, *op. cit.*), poderiam ganhar em clareza com uma exploração mais sistemática dos estudos de parentesco e família de uma perspectiva histórica. A extensão do grupo familiar, o sistema de nomenclatura utilizado na sociedade, o grau de endogamia, consanguínea ou grupal, a concentração, ou dispersão, do patrimônio familiar, através das gerações, o lugar atribuído à crianças e velhos e a importância dada ao casamento ou à ilegitimidade são algumas daquelas questões. As respostas teóricas que temos encontrado para essas questões, quase sempre tenuamente apoiadas em fragmentos de informações provenientes de regiões economicamente muito díspares, têm impedido uma comparação proveitosa das formas de orga-

nização da família brasileira com os resultados de pesquisas obtidos em outras sociedades.⁷

Uma análise do tipo da efetuada por Tilly e Scott (1978), por exemplo, se apóia fundamentalmente na existência de uma ética do trabalho e num forte sentimento de família, cuja vigência entre as classes trabalhadoras européias elas demonstram como muito antiga, desmentindo a idéia de que foi com a industrialização que as mulheres ingressaram no mundo do trabalho ou de que esta entrada tenha causado a disrupção da família. Menos preocupadas com as rupturas do que com as continuidades, ambas mostram em detalhe o lento processo de transformação das relações familiares. Num país como o nosso, onde por um período tão longo de sua história predominou a ética do trabalho escravo e onde até hoje as uniões consensuais são em número tão elevado, como se teria criado, fora dos círculos de elite, o "sentimento de família" e a noção de subordinação da mulher à autoridade paterna ou marital? Ou como se deu a transmissão dos "modelos ideais" de família dominantes numa sociedade onde é tão difuso o alcance de boa parte da população pelos agentes de duas grandes instituições socializadoras, a fábrica e a escola?

Colocar a questão da história das formas de organização familiar é, portanto, colocar também uma série de outras questões que enquanto não forem respondidas só nos deixam como opção continuar a aceitar as visões "clássicas" sobre o tema, por incongruentes que sejam com dados recentes postos à nossa disposição por historiadores, ou desenfatar cada vez mais a perspectiva histórica desta problemática, o que teria como conseqüência a ampliação da tendência perceptível da pulverização de esforços de pesquisa em tópicos particulares e desvinculados entre si. Aprofundar essas questões nos permitirá tanto estabelecer as semelhanças e diferenças entre as regiões brasileiras quanto entre o Brasil e outros países da América Latina.

Além da armadilha biológica, uma segunda dificuldade teórica e prática enfrentada pelas pesquisas nesta área é então a da questão política. A orientação política, no sentido amplo ou, mais estritamente, as vinculações político-partidárias, podem levar os pesquisadores a se assemelharem à figura do arcanjo evocada por Rosa de Luxemburgo, guardando tanto as portas do Estado do futuro como as da ciência contemporânea contra a presença das 'ternas Irenes'. Estas, de fato, a não ser pelas vozes da poesia, da prosa literária e do cinema, muitas delas femini-

nas, dos últimos anos, tem sido consistentemente expulsas da reflexão a respeito da situação da mulher na família e na sociedade brasileira. Esta perspectiva que privilegia a análise dos setores 'produtivos' da sociedade, não deixa de ter conseqüências importantes para a invisibilidade histórica das mulheres, tornando certas categorias sociais ainda mais invisíveis.⁸

Passamos quase sem transição de análises mais ou menos generalizantes a respeito da "ociosidade" das mulheres das classes dominantes, paralela ao trabalho escravo ou prostituído das mulheres de outras camadas sociais, aqui e ali salpicadas de exemplos de mulheres que fugiram à regra e, por isso mesmo, a confirmam, para as análises da "mulher trabalhadora". É como se durante todo o período colonial as mulheres fossem ou senhoras ou escravas e se, durante a época contemporânea, estivessem todas no mercado de trabalho; o resto são categorias "residuais": ou já desapareceram ou estão destinadas a desaparecer.⁹

Deixamos de lado assim durante muito tempo toda uma rica gama de possibilidades de pesquisas, necessárias à reflexão teórica, que poderiam ter nos informado como se dão, ao nível das condições concretas da vida cotidiana, as grandes transformações que podemos acompanhar nas curvas dos gráficos censitários. Em termos históricos mais gerais, já parece claro que a mulher não passou sem transições, sofrimentos e acomodações, do mundo do lar para o mundo do trabalho, do mundo das relações familiares para o das relações contratuais, nem trocou, de um salto, os valores e convicções do mundo rural pelos da vida urbana (Tilly e Scott, *op. cit.*).

Mas são exatamente as formas pelas quais essas transições foram e estão sendo vividas, e as continuidades tanto como as rupturas envolvidas neste processo, na sociedade brasileira, as questões de que ainda não tratamos de forma sistemática. As informações acumuladas em pesquisas parciais a respeito da situação das mulheres na família rural e as transformações acarretadas seja pela sua transferência para as cidades, seja pela "capitalização" crescente do campo (Durham, 1973; Martinez Alier, 1975; Moura, 1978; Fukui, 1979; Alvim, 1979; Brandão, 1982; Taube, 1983); as pesquisas sobre operárias (Blay, 1978; Rodrigues, 1978; Pena, 1981; Gitahy e outras, 1982); sobre mulheres trabalhando a domicílio (Abreu, 1979; Teixeira e outras, 1983) ou sobre o trabalho doméstico (Saffioti, 1978; Almeida, *op. cit.*; Ary Farias, *op. cit.*) já nos permitem perceber que ao lado

de padrões reiterados em várias dessas pesquisas começam a surgir também discrepâncias que terão que ser explicitadas teórica e politicamente. As assim chamadas “velhas questões” – o trabalho fora de casa libera ou subordina a mulher, o trabalho doméstico é uma área de autonomia ou de dominação, a entrada da mulher na força de trabalho contribui para o fortalecimento ou a desagregação da família, a posição da mulher tem melhorado ou se deteriorado ao longo da história (Tilly e Scott, *op. cit.*) – que têm norteado as linhas gerais do debate a nível internacional, estão também presentes no debate brasileiro, ainda que nem sempre de forma explícita. E as respostas tentativas que têm surgido obedecem tanto a orientações teóricas quanto políticas – o que obviamente não desqualifica esses trabalhos mas muitas vezes contribui para o encaminhamento de propostas de solução imediata aos problemas apresentados de preferência ao aprofundamento deles através de pesquisas. As feministas reconhecerão aqui uma alusão, em outro diapasão, à “dupla militância” – expressão usada para referir a pertinência, ao mesmo tempo, ao movimento de mulheres, que se quer autônomo, e a adesão a um partido político. Este dilema é certamente enfrentado por feministas ou pesquisadoras também em outros países, mas se aguça no caso do Brasil dado o contexto político dos últimos anos: aqui cabe apenas observar que cada uma das escolhas tem conseqüências distintas seja para a política acadêmica seja para a teoria política.

A relação deste aspecto com o seguinte, chamado aqui de a armadilha do útil, é evidente. A adoção, mais ou menos explícita, por quase todos os autores citados, de uma visão política que corresponde, em linhas gerais, à análise detalhada que Braverman (1974) faz do desenvolvimento do capitalismo, sua relação com a presença crescente da mulher no mercado de trabalho, e a conseqüente diluição da importância dos laços familiares, tem não só tornado o trabalho o aspecto privilegiado das pesquisas realizadas nos últimos anos a respeito da situação da mulher, seja na família, seja fora dela, na sociedade brasileira, como também lançado a sua sombra sobre todos os aspectos das relações familiares. De certa forma, parece passar-se com o trabalho produtivo o mesmo que com a sexualidade reprodutora (a armadilha biológica): um e outra definem o âmbito de inclusão ou exclusão de outras modalidades de relacionamento sexual ou atividades sociais, de algum modo determinando os trabalhos de pesquisa e a própria discussão destes temas.

A situação, no entanto, começa a se transformar nos anos mais recentes e, assim como as discussões a respeito das relações homossexuais já se fazem presentes no panorama das pesquisas em Ciências Sociais¹⁰, também outras áreas de relacionamento humano começam a ser observadas como importantes, tanto para o entendimento das relações de trabalho como de forma pela qual se organiza a nossa sociedade e particularmente para a compreensão da situação da mulher. Trabalhos de pesquisa histórica ou antropológica têm, assim, contribuído para apontar aspectos insuspeitados de participação da mulher fora do círculo familiar (Soeiro, *op. cit.*), ou para redefinir essa participação de uma outra ótica que não a da família conjugal (Woortman, *op. cit.*; Zaluar, *op. cit.*) e têm também apontado para o papel crucial que a mulher representa nas migrações em cadeia “a caminho da cidade”, migrações cujo papel nas transformações sociais dos últimos anos não pode ser ignorado. Estas contribuições, que de certa forma contestam tanto a visão tradicional da posição da mulher no grupo doméstico como a “eterna subordinada”, quanto a visão simplista de que todos os processos de relações sociais estão diretamente atrelados à lógica do capital, têm tornado mais atraente – porque mais complexo e conflitivo – o panorama dessas discussões.

A questão da “feminização” do terciário, por exemplo, notável tanto no Brasil como em outros países da América Latina (Wilson, 1982) onde este setor do mercado de trabalho tem crescido nos últimos anos, está começando a despertar o interesse de pesquisadoras antes predominantemente voltadas para as pesquisas com a trabalhadora industrial. Boa parte da mão-de-obra feminina neste setor é composta por empregadas domésticas, mas não só: as tabelas do Censo de 1980 apontam também para o crescimento do número de empregadas de escritório, que suplantou o de empregadas domésticas entre as ocupações femininas (Brisolla, 1982) e que começam também a ser objeto de pesquisa (Schvinger e outras, 1982). Pesquisas deste tipo certamente serão importantes para questionar, por um lado, a relação entre o trabalho assalariado e a liberação feminina e, por outro, para recolocar, de outra perspectiva, a pergunta a respeito da importância da família na reprodução dos papéis de gênero.

Como observa a autora de uma pesquisa recente a respeito das trabalhadoras domésticas de Fortaleza, a inclusão crescente da mulher em setores produtivos da economia mascara o fato

de que essa entrada se dá principalmente em áreas definidas como "femininas" o que antes contribuiria para a manutenção dos papéis de gênero tradicionais do que para a sua "emancipação" (Ary Farias, *op. cit.*). A mesma pesquisa mostra também que, embora tenha mudado a definição do que seja trabalho para elas, essas mulheres não saíram de uma situação em que não trabalhavam para entrar no mercado de trabalho – ainda que, ironicamente, os dados oficiais só passem a considerá-las parte da população economicamente ativa quando elas deixam a enxada e pegam no espanador. Se boa parte delas vive suficientemente perto de suas famílias de origem para manter as relações familiares, sua forma de inserção no mercado de trabalho quase que as proíbe de constituírem elas próprias uma família.¹¹ Enquanto não tivermos dados mais precisos a respeito da proporção de trabalhadoras domésticas que vive nas casas de seus patrões, da relação disso com as formas de família que elas constituem ou das variações regionais que o trabalho doméstico apresenta no Brasil, será difícil avançar na discussão teórica deste importante setor de ocupação da mulher no Brasil. O aprofundamento de pesquisas mais detalhadas a respeito do processo completo de migração da zona rural para a urbana e de suas conseqüências para a família e para a posição da mulher nela, enquanto filha, mãe, avó, também contribuirá de maneira importante à discussão do contexto dessas questões (Taube, *op. cit.*).

Uma observação ainda é pertinente aqui, em relação a essa "feminização" do terciário. Pouco se tem analisado a maneira como se definiu historicamente, na sociedade brasileira, o que seja "trabalho feminino". Isto é, como se constituiu, quase no mesmo momento em que se ampliavam as possibilidades de participação da mulher no mercado de trabalho, uma imagem de mulher que parecia ser o oposto do indivíduo que seria desejável neste mercado, imagem reforçada pela legislação trabalhista e sobre a família (Schwartzman, 1980). As mulheres de uma certa classe social parecem ter tido uma atuação importante na constituição dessa imagem, tanto reafirmando para as "outras" mulheres a definição principal de esposa e mãe, como assegurando a "feminização" de certas atividades profissionais.¹² Sua atuação não se dava

enquanto mulheres – veja-se, por exemplo, a importância das tarefas femininas cumpridas em contextos tão diferentes como os propiciados pela Igreja Católica, o Partido Comunista ou a Ação Integralista Brasileira – já que os objetivos pelos quais lutavam, antes as separavam do que as uniam.

Essa observação reforça a sugestão de que as definições biológicas, políticas ou econômicas de mulher com que temos trabalhado, além de nos armarem ciladas teóricas no caminho de nosso trabalho de reflexão, empobrecem o debate sobre a questão da situação da mulher na família e na sociedade, impedindo-nos de analisar aspectos importantes para a sua compreensão. Os exemplos de pesquisas lembrados aqui mostram que se cada vez se torna mais difícil falar da família brasileira no singular, tanto quanto da mulher brasileira, o que implica em que podemos começar a pensar em escapar às generalizações tão comuns até há pouco nessa (e não só nessa) área de pesquisa, torna-se também cada vez mais urgente o trabalho de efetuar comparações entre os resultados obtidos em certos temas específicos não só a nível nacional mas também entre o Brasil e outros países, particularmente da América Latina.

A relação entre a situação da mulher na sociedade e sua posição na família tem sido, tanto por razões teóricas quanto de estratégia política, ou tomada como implícita ou denunciada muito mais do que analisada levando-se em conta possibilidades não previstas nos esquemas com que em geral trabalhamos. Minha intenção neste ensaio foi, no entanto, menos estabelecer novos esquemas do que levantar algumas questões a serem repensadas teoricamente num momento em que as pesquisas tem apresentado uma gama de problemas tão ampla que é quase impossível a um pesquisador isolado tratar de todos ao mesmo tempo, ou com o mesmo cuidado. Neste sentido, parece importante o esforço de definir mais precisamente o que nós, pesquisadores, e o que as pessoas envolvidas nas relações que estudamos, entendem por mulher e por família, tanto quanto aprofundar a perspectiva histórica dessas definições e dessa relação, ao mesmo tempo que alargar a visão da constelação familiar para incluir nela categorias que tem sido tratadas em geral de maneira isolada.

Notas

1. A história das organizações de mulheres neste período ainda está por ser feita: elas variavam desde o Movimento Feminino pela Anistia até os Clubes de Mães da periferia das grandes cidades. Sobre a (re) emergência de grupos de mulheres e de feministas na década de 70, ver Blay (1982) e Moraes (1981); para o período anterior Saffioti (1969) e Alves (1980). A relação entre os grupos auto-definidos como feministas e os grupos de mulheres, e a própria distinção entre eles, nem sempre muito clara, se dava, muitas vezes, pela participação das mesmas pessoas fosse no movimento de luta por creches, fosse no jornal *Nós Mulheres*, por exemplo. Mas a sua articulação tampouco foi estudada sistematicamente. Heloísa Pontes (1982) trabalha no momento numa pesquisa que pode começar a mostrar a natureza dessa articulação.
2. No Brasil, um bom exemplo dessa legitimação foi a criação do suplemento *Mulher*, da *Folha de S. Paulo* e o afastamento de pelo menos um jornalista feminista, em boa parte responsável por reportagens que ajudaram a publicitar o movimento, para seu departamento de pesquisas. Ver também a crítica feroz de uma militante feminista – e secretária geral do Democratic Worker's Party nos Estados Unidos – ao processo de diluição do movimento norte-americano com a entrada em cena das “profissionais” e a conseqüente “respeitabilidade” adquirida pela questão em universidades e nas agências financiadoras de pesquisas (Dixon, 1980).
3. Estas preocupações começam a ser registradas por algumas pesquisadoras e feministas (Alves e outras, 1981; Moraes e Silva, 1981; Oliveira e Prado, 1981; Muraro, 1983; Suplicy, 1983), contestando assim a suposição – ainda largamente aceita em alguns setores políticos – de que a questão do prazer é um problema do interesse restrito das mulheres de classe média ou alta.
4. Mas ver a composição do conselho editorial do jornal *Mulherio*, publicado em São Paulo desde 1981, por exemplo: além de jornalistas e cientistas sociais de várias áreas, faziam parte dele educadoras, psicólogas, economistas. A coleção deste jornal oferece também um bom índice dos interesses de pesquisa desenvolvidos nestas áreas nos últimos três anos.
5. Ver, por exemplo, Bilac (1978), Rodrigues, J. (1978) e Rodrigues, A. (1978) para a explicitação dessa opção entre as mulheres assalariadas; para as mulheres de classe média, ver Oliveira e Silva (1982) e para uma discussão teórica Durham (1980; 1983). Os limites estruturais dessa opção podem ser melhor esclarecidos se compararmos a situação brasileira à norte-americana, por exemplo (Ackelsberg, 1982).
6. Estas questões têm sido melhor tratadas por historiadores e demógrafos. Ver, por exemplo, Laslett (1965), Laslett e Wall (1972), Shorter (1977), Rabb e Rotberg (1973), Macfarlane (1980), entre outros. Que a utilização desses dados é crucial para o entendimento da constituição cultural de certas categorias – como a de criança e de mãe – o exemplificam os trabalhos de Ariès (1978) e o de Badinter (1980). Além de lembrarmos os controles rituais da concepção, observados pelos antropólogos nas sociedades mais primitivas, é interessante registrar a observação de Socolow (1980) sobre os votos de castidade feitos por homens e mulheres de elite, numa sociedade católica, num determinado momento do ciclo familiar, como possibilidade do controle da natalidade. Para a possibilidade da mesma função, no caso exercida por uniões extra-conjugais, ver Corrêa (1983).
7. Levi (1977) e Lewin (1979), estudando famílias de São Paulo e da Paraíba, mostram as possibilidades contidas em material genealógico, por exemplo, e a sua relevância para a compreensão do estatuto da mulher na família e na sociedade. Para uma perspectiva antropológica desse uso, ver Feldman-Bianco (1982) e para uma análise histórica combinando genealogias com outras informações, Balmori e Oppenheimer (1979) e Socolow (*op. cit.*). Também utilizando fontes históricas, Graham (1976) e Slenes (1983) têm desmentido, por exemplo, a suposição da “desorganização” da família escrava no Brasil, como regra geral.
8. Ver os filmes de Ana Carolina e de T. Iamazaki, por exemplo, para algumas belas cenas de recuperação dessa invisibilidade. Num país onde a socialização através da igreja católica tem sido

tão importante historicamente é também de estranhar que não tenham sido estudados ainda os colégios católicos femininos ou os conventos. A pesquisa de S. Soeiro (1974) sobre as freiras na Bahia colonial mostra bem as possibilidades deste tipo de análise.

9. Esta não é uma visão tão ultrapassada quanto parece: uma recente coleção de "história popular" apresenta às mulheres da época colonial exatamente nestes termos chapados. Mas ver Nizza da Silva (1980), Novinsky (1980) ou Soares (1980) para as nuances históricas.

10. As pesquisas focalizam, no entanto, preferencialmente as relações não reprodutivas entre homens (Fry e MacRae, 1983; Perlongher, 1983). As interessantes questões levantadas pela discussão realizada em outros países a respeito, por exemplo, da maternidade das mulheres lésbicas, ainda não encontraram expressão entre nós a não ser nos grupos políticos interessados no assunto. A forte predominância da ótica reprodutiva a nível do simbólico poderia ser exemplificada pelo alarde causado pela adoção, e ùposta defloração, de uma menina por um jornalista publicamente reconhecido como homossexual – finalmente, mas sem alarde, absolvido depois de ter passado algum tempo na prisão sem culpa formada.

11. Embora a autora não desenvolva este ponto, mereceria atenção a questão da sexualidade e da maternidade das mulheres trabalhadoras domésticas: das 53 entrevistadas por ela, apenas onze tinham filhos (sendo solteiras, casadas, desquitadas ou viúvas). Este foi, aliás, um dos pontos levantados com mais insistência por representantes da Associação de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro numa reunião em maio de 1983.

12. A história da atuação das mulheres das camadas média e alta na sociedade brasileira em certas áreas cruciais para essa definição ainda não está contada. Parte dela pode ser no entanto acompanhada na história da constituição do campo do Serviço Social no Brasil (Iamamoto e Carvalho, 1982).

Referências Bibliográficas

- Ackelsberg, Martha
1982. "La feminización de la pobreza". *Dones en lluita* (4), julio, Barcelona.
- Abreu, Alice Rangel de Paiva
1979. "O mundo da costura: algumas contribuições sobre trabalho assalariado e atividades independentes na indústria da confecção". Trabalho apresentado no II Encontro Anual da ANPOCS, Belo Horizonte (mimeo).
- Alcântara, Aspásia B. de
1966. "Estudos e pesquisas sobre família no Brasil". *Dados*, n. 1.
- Almeida, Mônica Maria de Souza
1979. "A mulher e a política nos bairros periféricos de Campinas". Relatório de pesquisa à Fundação Carlos Chagas (mimeo).
- Almeida, Suely Kofes de
1982. "Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas". In Almeida e outros, *Colcha de Retalhos*, estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Alves, Branca Moreira
1980. *Feminismo e ideologia: a luta da mulher pelo voto feminino no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes.
———, Jacqueline Pitanguy, Leila L. Barsted, Mariska Ribeiro e Sandra Boschi
1981. *Espelho de Vênus*, identidade social e sexual da mulher. São Paulo, Ed. Brasiliense.

- Alvim, Maria Rosilene Barbosa
1979. "Notas sobre a família num grupo de operários têxteis". In José Sergio Leite Lopes e outros, *Mudança Social no Nordeste*, a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Antuniassi, Maria Helena Rocha
1983. *Trabalhador infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Ariès, Phillippe
1978. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Ary Farias, Zaíra
1983. *Domesticidade: 'cativo' feminino?* Rio de Janeiro, Achiamé/CMB.
- Bacelar, Jeferson A.
1982. *A família da prostituta*. São Paulo, Editora Ática.
- Badinter, Elizabeth
1980. *L'amour en plus – histoire de l'amour maternel (XVII^e siècle)*. Paris, Flammarion.
- Balmori, Diana e Oppenheimer, Robert
1979. "Family clusters: generational nucleation in nineteenth-century Argentina and Chile". *Comparative Studies in Society and History*, 21: 2, april.
- Barroso, Carnen Lucia de Melo
1978. "Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação da mulher chefe de família". Trabalho apresentado no Seminário sobre a mulher na força de trabalho na América Latina, Rio de Janeiro (mimeo).
- Barroso, Carmen Lucia de Melo e Carneiro da Cunha, Maria/Frente de Mulheres Feministas
1980. *O que é o aborto*. São Paulo, Cortez editora.
1982. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*, Unicef/Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Barroso, Carmen Lucia de Melo e Oliveira Costa, Albertina de (orgs.)
1983. *Mulher, Mulheres*. São Paulo, Cortez editora/Fundação Carlos Chagas.
- Bilac, Elizabeth Dória
1978. *Família de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Edições Símbolo.
- Blay, Eva Alterman
1978. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Editora Ática.
1982. "Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil". Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo (mimeo).
- Brandão, Carlos Rodrigues
1982. "Parentes e parceiros, relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás". In Almeida e outros, *Colcha de Retalhos*, cit.
- Braverman, Harry
1977. *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Brisolla, Sandra
1982. "Formas de inserção da mulher no mercado de trabalho – o caso do Brasil". Tese de doutorado em Economia, Universidade Estadual de Campinas (mimeo).

- Bruschini, Christina e Rosemberg, Fulvia (orgs.)
 1980. *Vivência – história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Ed. Brasiliense/Fundação Carlos Chagas.
 1982. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense/Fundação Carlos Chagas.
- Burke-Leacock, Eleanor
 1982. *Myths of male dominance – collected articles on women cross-culturally*. N. Y. e London, Monthly Review Press.
- Cardoso, Ruth Corrêa Leite
 1981. “‘É de pequenino que se torce o pepino’: consangüinidade e adoção em famílias faveladas”. México (mimeo).
- Corrêa, Mariza
 1981. “Imagens de mulher”. Relatório final de pesquisa apresentado à Fundação Ford (mimeo)
 1983a. *Morte em família*, representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro, Graal.
 1983b. “As armas e os barões assinalados – genealogia e história da família”. Trabalho apresentado no Fórum de debates sobre a problemática da família brasileira rural e urbana, Pelotas, RS (mimeo).
- Debert, Guita Green e Costa, Marcia
 1982. “Aging among middle-class Brazilian women”. *Resources for Feminist Research*, 11:2, July, Toronto.
- Di Giovanni, Rosângela
 1983. “Projetos de Vida, um estudo das representações femininas do aborto”. Tese de Mestrado em Antropologia Social, Unicamp (mimeo).
- Dixon, Marlene
 1980. *Women in class struggle*. San Francisco, Synthesis Publication.
- Durham, Eunice Ribeiro
 1973. *A caminho da cidade*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
 1980. “A família operária: consciência e ideologia”. *Dados*, 23:2.
 1983. “Família e reprodução humana”. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (3). Rio de Janeiro, Zahar.
- Feldman-Bianco, Bela
 1982. “Capitalismo e família: os pequeno-burgueses”. In Almeida e outros, *Colcha de Retalhos*, cit.
- Ferreira, Rosa Maria Fischer
 1980. *Meninos de rua*, valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo, Cedec.
- Figueiredo, Mariza
 1980. “O papel sócio-econômico das mulheres chefes de família numa comunidade pesqueira do litoral norte da Bahia”. *Cadernos de Debate* (6).
- Fry, Peter e Mac Rae, Edward
 1983. *O que é homossexualidade*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Fukui, Lia Freitas Garcia
 1970. “Estudos de família no Brasil: bibliografia comentada”. *Cadernos do CERU* (3).
 1979. *Sertão e bairro rural: parentesco e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo, Ed. Ática.

1980. "Estudos e pesquisas sobre família no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (10).

Fundação Carlos Chagas

1979. (vol. 1), 1982 (vol. 2). *Mulher Brasileira, Bibliografia Anotada*. São Paulo, Ed. Brasiliense.

Gitahy, Leda; Hirata, Helena; Lobo, Elizabeth e Moisés, Rosa L.

1982. "Operárias: sindicalização e reivindicações (1980)". *Revista de Cultura e Política* (8).

Gouveia, Aparecida Joly

1982. "O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude". Trabalho apresentado no VII Encontro Anual da Anpocs, Nova Friburgo (mimeo).

Graham, Richard

1976. "Slave families on a rural state in colonial Brazil". *Journal of Social History*, 9: 3.

Iamamoto, Marilda e Carvalho, Raul de

1982. *Relações sociais e serviço social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez/Celats.

Kuznesof, Elizabeth Anne

1980. "The role of the female headed household in Brazilian modernization: São Paulo, 1765-1836". *Journal of Social History*, 13: 4.

Lapouge, Maryvonne e Pisa, Clelia

1977. *Brasileiras, voix, écrits du Brésil, des femme*. Paris.

Laslett, Peter

1969. *The world we have lost – England before the industrial age*. N. Y., Charles Scribner's Sons.

Laslett, Peter e Wall, Richard

1972. *Household and family in past time: studies in the size and structure of the domestic group in England, France, Serbia, Japan and the United States over the past three hundred years*. Cambridge University Press.

Levi, Darrel E.

1977. *A família Prado*. São Paulo, Cultura 70.

Lewin, Linda

1979. "Some historical implications of kinship organization for family-based politics in the Brazilian Northeast". *Comparative Studies in Society and History*, 21: 2, april.

Luxemburgo, Rosa de

1977. *J'étais, je suis, je serai! Correspondance, 1914-1919*. Paris, François Maspero.

Lins de Barros, Mirim, Moraes

1981. "Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice". In *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (2). Rio de Janeiro, Zahar.

Macciochi, Maria-Antonieta

1976. "Les femmes et la traversée du fascisme". In *Eléments pour une analyse du fascisme* 1, 10/18. Paris, U.G.E.

- Machado Neto, Zahidé
1980. "As meninas: sobre o trabalho da criança e do adolescente na família proletária". *Ciência e Cultura*, 32 (6).
- Macfarlane, Alan
1980. *Família, propriedade e transição social*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Martinez Alier, Verena
1975. "As mulheres do caminhão de turma". *Revista Debate e Crítica* (5).
- Martinez Alier, Verena e Boito Junior, Amando
1975. "1974 enxada e voto". In Bolivar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso (eds.), *Os partidos políticos e as eleições no Brasil*. São Paulo e Rio de Janeiro, CEBRAP/Paz e Terra.
- Mazzariol, Regina
1978. "Mal necessário – o confinamento da prostituição em Campinas". Tese de mestrado em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas (mimeo).
- Medina, Carlos Alberto de
1974. *Família e mudança – o familismo numa sociedade arcaica em transformação*. Petrópolis e Rio de Janeiro, Ed. Vozes/CERIS.
- Moraes, Maria Quartim de e Silva, Maria Mendes da
1981. *Vida de Mulher*. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero.
- Moraes, Maria Quartim de
1981. "Família e feminismo – Reflexos sobre papéis femininos na imprensa para mulheres". Tese de doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo (mimeo).
- Moraes, Maria Luiza Gusmão de
1977. "A sala de espera: um estudo da ideologia do velho asilado". Tese de mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília (mimeo).
- Moura, Margarida Maria de
1978. *Os herdeiros da terra – parentesco e herança numa área rural*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- Muraro, Rose Marie
1983. *Sexualidade da Mulher brasileira – corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Nizza da Silva, Maria Beatriz
1980. "O divórcio na Capitania de São Paulo". In Bruschini e Rosemberg, *Vivência*, cit.
- Novinski, Ilana
1980. "Heresia, mulher e sexualidade (algumas notas sobre o nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII)". In Bruschini e Rosemberg, cit.
- Oliveira, Cícera Fernandes de e Prado, Danda
1981. *Cícera, um destino de mulher* (autobiografia duma migrante nordestina, operária têxtil). São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Oliveira e Silva, Alice Inês de
1982. "A construção social das mulheres de prendas domésticas". Projeto de pesquisa apresentado à Fundação Chagas, São Paulo (mimeo).

- Pena, Maria Valéria Junho
1981. *Mulheres e trabalhadoras* – presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Perlongher, Néstor
1983. "O negócio do michê: a relação entre o prostituto viril e seu cliente". Projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (mimeo).
- Pontes, Heloísa
1982. "Práticas feministas no Brasil contemporâneo – um estudo de caso – o SOS Mulher". Projeto de pesquisa apresentado à Fundação Carlos Chagas, São Paulo (mimeo).
- Rabb, Theodore K. e Rotberg, Robert J. (eds.)
1973. *The family in history* – interdisciplinary essays. N. Y., Harper Torchbooks.
- Rodrigues, Jessita Martins
1978. *A mulher operária* – um estudo de tecelãs. São Paulo, Ed. Hucitec.
- Rodrigues, Arackcy Martins
1978. *Operário, Operária*. São Paulo, Edições Símbolo.
- Saffioti, Heleieth I. B.
1969. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Livraria Quatro Artes.
1978. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes.
- Shorter, Edward
1977. *The making of the modern family*. N. Y., Basic Books.
- Schvinger, Amaryllis Alves; Prado, Danda e Castro, Jacqueline
1982. "Secretária: uma ambigüidade em feitiço de profissão". Projeto de pesquisa apresentado à Fundação Carlos Chagas, São Paulo (mimeo).
- Schwartzman, Simon
1981. "A Igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família". *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, v. 37.
- Slenes, Robert
1983. "Escravidão e família: casamento e compadrio entre os escravos de Campinas no século XIX". Niterói (mimeo).
- Soares, Pedro Maia
1980. "Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945)". In Bruschini e Rosemberg, cit.
- Socolow, Susan M.
1980. "Marriage, birth and inheritance: the merchant of eighteenth-century Buenos Aires". *Hispanic American Historical Review*, 60: 3.
- Soeiro, Susan
1974. "The social and economic role of the convent women and nuns in colonial Bahia, 1677-1800". *HAHR*, 54: 2.
- Souza Lobo, Elizabeth e Paoli, Maria Célia
1982. "Notas sobre o movimento feminino". *Desvios*, novembro.

- Stolcke, Verena
1980. "Mulheres e Trabalho". *Estudos Cebrap* (26).
- Suplicy, Marta
1983. *Conversando sobre sexo*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Taube, Maria José de Mattos
1983. "Unidades domésticas e o papel das mulheres nas estratégias de mobilização de recursos relações sociais na favela". Campinas (mimeo).
- Teixeira, Amélia Rosa Sá Barreto; Ribeiro, Ana Clara Torres; Chinelli, Filipina e Elias, Roseli
1983. "O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio". In Barroso e Costa, cit.
- Tilly, Louise A. e Scott, Joan W.
1978. *Women, Work and Family*. N. Y., Holt, Rinehart and Winston.
- Wilson, Fiona
1982. "The effect of recent strategies of agricultural changes on the position of women: a review of literature on Latin America". Centre for Development Research, Copenhagen (mimeo).
- Woortmann, Klaas
1975. "Marginal men and dominant women: kinship and sex roles among the poor of Bahia". Ph. D. thesis, University of Harvard (mimeo).
- Zaluar, Alba
1982. "As mulheres e a direção do consumo doméstico (estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas)". In Almeida e outros, cit.

Fontes para o Estudo da Elite Eclesiástica Brasileira, 1890-1940*

Sergio Miceli

A maior parte das fontes disponíveis para a reconstrução da história social da Igreja católica brasileira encontra sua razão de ser em demandas derivadas do funcionamento e das lutas sucedidas no interior da própria organização eclesiástica. Além da documentação produzida em resposta a exigências canônicas constantes do processo de recrutamento do pessoal eclesiástico, como por exemplo os processos de habilitação *de genere et moribus*, as demais fontes consultadas constituem, em geral, instrumentos de combate ao alcance daqueles setores clericais e para-clericais especializados no trabalho intelectual de produção, conservação e difusão de uma história quase oficial da organização e que se valem dos dividendos assim auferidos para viabilizar ou reforçar suas pretensões de influência e prestígio no interior da Igreja.

Os chamados processos de habilitação *de genere et moribus* se encontram nos arquivos diocesanos onde ocorreu a ordenação dos interessados. Por esse instrumento as autoridades eclesiásticas competentes realizam um trabalho sumário de investigação a respeito das origens

sociais (nos termos da tradição que remonta aos estatutos de "pureza de sangue" impostos pela Inquisição) e dos antecedentes morais dos futuros membros do clero. O processo se inicia a partir de uma petição redigida pelo interessado ou "habilitando", suscitando o Vigário-Geral** do bispado a proceder às diligências de praxe. Este delega ao vigário da paróquia de origem do habilitando o trabalho propriamente dito de investigação que consiste na coleta de informações junto a "pessoas fidedignas e desinteressadas, que não sejam parentes do mencionado habilitando, sobre a naturalidade e geração do mesmo, de seus pais e avós paternos e maternos", nomeando em seguida "testemunhas de qualidade" a serem interrogadas, devendo as mesmas prestarem juramento e assinarem o depoimento concedido à autoridade eclesiástica. O aludido interrogatório indaga sobre as disposições de isenção das testemunhas antes de formular uma série de quesitos envolvendo o habilitando, seus pais, avós paternos e maternos: circunstâncias em que a testemunha conheceu o habilitando, sua naturalidade, local de residên-

* Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla a respeito do desenvolvimento organizacional e político da Igreja Católica no Brasil, no período 1890-1980, que contou com o apoio financeiro e institucional da Fundação John Simon Guggenheim, Nova York.

** Autoridade cuja posição na hierarquia eclesiástica inclui também o desempenho das funções e juiz de *genere et moribus*.

cia, profissão, legitimidade de sua condição familiar e da de seus genitores e progenitores, todos eles devendo reconhecer o habilitando como tal, "sem que haja fama ou rumor contrário".¹ Outras perguntas incidem sobre as disposições do habilitando em matéria de fé católica ("se o habilitando foi herege ou apóstata da nossa santa fé católica") e quanto a seus antecedentes criminais ("se incorreu em alguma infâmia pública de direito ou de fato, ou foi condenado a alguma pena aviltante"), quesitos extensivos ao comportamento de pais e avós. A despeito de os quesitos constantes do processo estarem vazados num léxico e numa sintaxe estritamente burocráticos, os processos compulsados oferecem dados relevantes a respeito da origem, posição social, ocupação e atividades dos pais e avós, do tempo de residência da família na cidade, da mobilidade geográfica e social da família, e dos afazeres dos candidatos até o momento de ingresso no seminário. Alguns poucos processos foram momentaneamente sustados nessa fase da inquirição por dificuldades ou atraso na obtenção das certidões de nascimento do ordenando e/ou de casamento de seus pais e avós, documentos a serem obrigatoriamente anexados aos processos. Em seguida, o processo é devolvido à administração diocesana para nele ser lavrada a sentença final da autoridade eclesiástica competente.

A segunda fase do processo procede à habilitação *de vita et moribus*. O Vigário-Geral do bispado e Juiz *de genere et moribus* remete ao vigário do local de residência do halitando um edital para ser lido durante a Missa, devendo informar se "em sua paróquia ou fora dela, verbalmente ou por escrito, de pessoas honestas católicas e conscienciosas se sabem: 1.º) se o referido habilitando é filho legítimo; 2.º) se cometeu algum crime ou ação em sua vida que o torne inábil e indigno do Estado Eclesiástico; 3.º) se deve a alguém restituição de honra ou promessa de casamento; 4.º) se é constringido a tomar ordens; 5.º) se incorreu em alguma irregularidade". Daí em diante, o processo percorre trâmites idênticos aos da primeira fase.

A última fase, o chamado "processo de patrimônio", define a espécie e o montante de capital que o habilitando e/ou sua família está em condições de ofertar à Igreja. Aqueles que se vêem materialmente impossibilitados de arcar com tal contribuição patrimonial, são instados a solicitar sua admissão às ordens sacras com o título de "servidores da Igreja" (*servitii Ecclesiae*). A espécie e o montante da contribuição estipulada (terras, sítios, casas de aluguel, terrenos urbanos, ações, títulos públicos, gado, di-

nheiro vivo, etc.) permite uma avaliação, conquanto grosseira, da situação material do habilitando e de sua família.

Em cidades pequenas e lugarejos remotos, onde praticamente todas as famílias se conheciam, devia ser quase impossível selecionar testemunhas sem quaisquer laços de sangue com o habilitando. Se tal dificuldade, por um lado, contribuiu para acobertar informações potencialmente prejudiciais ao andamento do processo, por outro garantiu a fidedignidade das evidências relativas às origens sociais do habilitando. Tal exigência era muitas vezes relevada, embora as ligações de parentesco fossem quase sempre longínquas (terceiro e quarto graus) ou indiretas (contra-parentes, parentes tortos, etc.). De qualquer modo, inúmeras testemunhas admitiam às claras suas ligações de parentesco como o habilitando, mencionando ainda as circunstâncias de tal relacionamento e a força dos interesses envolvidos. Apesar da escassez de evidências a respeito da origem social e da ocupação das famílias dos futuros presbíteros, situação provocada em ampla medida pela censura orquestrada do clero em relação a condicionantes extra-organizacionais, os processos de habilitação se revelam em alguns casos os únicos repositórios confiáveis de materiais biográficos. Na medida que a infância e os anos passados com a família constituem o período de vida dos futuros padres que sofre um tratamento radicalmente eufemizador pelas demais fontes biográficas disponíveis, os dados constantes desses processos acabam por oferecer pistas fecundas para a análise sociológica.

A massa considerável de documentação acessível a respeito do clero, mormente sobre os integrantes da alta hierarquia, foi produzida pelos próprios membros da organização eclesiástica ou por intelectuais católicos especializados no trabalho de propaganda e celebração. Uma parcela das biografias é de autoria de padres com pretensões (e chances objetivas) de acesso ao episcopado, ou como se diz no interior da Igreja, de "candidatos à Mitra", empenhados em relatar a trajetória de seus antecessores hierárquicos como passo de uma estratégia antecipada de canonização. Os dividendos desse tipo de operação publicitária revertiam em favor dos autores que viam, assim, se ampliar suas possibilidades de ascensão ao episcopado ou, no caso daqueles prelados recém-consagrados, de remoção para dioceses mais prestigiosas. Alguns bispos preferiram redigir biografias circunstanciadas de seus patronos quando o *status* reconhecido de líderes de que desfrutavam os biografados era capaz de justificar um trabalho ha-

geográfico de tal porte. Exemplos marcantes de biografias dos líderes do episcopado são as obras escritas pelo então padre e vigário-capitular* Silvério Gomes Pimenta, seis anos mais tarde nomeado bispo-auxiliar de Mariana, e por D. Joaquim Silvério de Souza. O primeiro rendeu homenagem a D. Antonio Ferreira Viçoso que subsidiou sua manutenção e seus estudos, enquanto o segundo fez o mesmo em relação ao já então D. Silvério Gomes Pimenta de quem fora aluno no Seminário de Mariana e que havia consagrado como bispo, intercalando na mesma obra vinte páginas dedicadas à administração de D. Benevides a quem devia sua indicação como capelão-diretor do Recolhimento de Macaúbas.

A vida do Exmo. e Rev. Sr. D. Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana e conde da Conceição (Mariana, 1876, 426 pp.) mereceu outras duas edições durante a vida do autor, a segunda em 1892, dois anos após ter sido designado bispo-auxiliar de Mariana e a terceira em 1920, ano de sua posse como primeiro eclesiástico a ingressar na Academia Brasileira de Letras. Mais recentemente, o então bispo-coadjutor D. Belchior J. da Silva Neto, lazarista como D. Viçoso, redigiu uma biografia do mesmo em "estilo popular", por instância de D. Oscar de Oliveira, arcebispo de Mariana, intitulada *Dom Viçoso – Apóstolo de Minas*, (Belo Horizonte, 1965). Já em 1916, D. Silvério Pimenta instituiu um tribunal eclesiástico para dar início ao processo ordinário de beatificação de D. Viçoso, tendo ainda publicado em 1920 uma carta pastoral sobre o assunto. A obra de vulgarização escrita por D. Belchior se inscreve no projeto de relançar o plano de beatificação do fundador dessa "dinastia" episcopal.²

Tais intentos também podiam tomar forma através da elaboração de históricas eclesiásticas regionais, como no caso da *História Eclesiástica do Maranhão*, de D. Francisco de Paula e Silva, mais tarde refundida e ampliada por outro prelado nordestino, D. Felipe Condurú Pacheco. Com base nos materiais constantes do arquivo diocesano, ambas as obras citadas estabelecem um relato cronológico dos principais eventos e empreendimentos de cada gestão episcopal, fazendo referências truncadas às dificuldades e pendências com que se defrontavam os prelados.³

A primeira história eclesiástica do Maranhão, publicada sob o título *Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão*, foi editada na Bahia, Typografia de S. Francisco, em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil (1922), por iniciativa de D. Helvécio Gomes de Oliveira, sucessor na diocese maranhense do autor do manuscrito, D. Francisco de Paula e Silva. Lazarista mineiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Francisco de Paula e Silva galgara todos os degraus de uma trajetória clerical especializada no desempenho de funções intelectuais da mais estrita confiança. De volta ao Brasil em 1895, após alguns anos de estudos em Roma, começou exercendo o magistério no Seminário Arquiepiscopal da Bahia (1896-1900), passando a diretor do noviciado lazarista em Petrópolis, e daí a reitor do Colégio do Caraça, instituição onde havia realizado seus estudos secundários e sobre a qual também escreveu uma história. Seus *Apontamentos...* são baseados em material coligido nos arquivos da cúria maranhense, tendo permanecido inéditos até a morte do autor. Talvez uma das razões pelas quais não se animou a publicá-los foi o temor de melindrar pessoas e instituições que se haviam desentendido com a Igreja local no curto período dos quatro anos da turbulenta gestão de seu antecessor, D. Antonio Xisto Albano (1901-1905). Ao que se sabe, teria trabalhado uns cinco anos na elaboração da obra, pronta pela altura de 1912-1913. O autor deixou inúmeros escritos sob o pseudônimo de Fra Nigra, tendo produzido ainda um número apreciável de pastorais, e as obras *Pontos da Literatura Brasileira* e *Vida de São Benedito*.

A segunda *História Eclesiástica do Maranhão*, publicada pelo Departamento de Cultura maranhense em 1969, é de autoria de D. Felipe Condurú Pacheco, maranhense e filho de um emérito educador do estado, bispo de Ilhéus e do Piauí, também membro do IHGB, autor de um esboço biográfico do autor da primeira história, *Dom Francisco de Paula e Silva*. Redigiu essa segunda história eclesiástica sob a forma de perguntas e respostas, praticamente reproduzindo a anterior, a qual foram acrescentadas capítulos referentes às gestões diocesanas até a década

*Padre eleito pelo cabido de uma diocese para responder pela mesma durante a vacância ocasionada pela morte ou transferência do bispo titular.

de 60. O mesmo D. Felipe, que cedo se afastou das lides episcopais por sérios problemas de saúde, também escreveu três alentados volumes sobre seu conterrâneo, a *Vida de D. Luiz de Brito: 1.º Arcebispo de Olinda*, (Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1954) do qual recebeu a primeira comunhão e que também o encorajara a abraçar a carreira eclesiástica. Essa obra se baseia em depoimentos de parentes e auxiliares de D. Luís, em seus discursos, notas e pastorais, e em dados levantados em diversos arquivos e bibliotecas. Outros prelados e altos dignitários também escreveram histórias eclesiásticas de seus estados de origem ou de atuação episcopal.⁴

Sem dúvida, tais obras se revelaram instrumentos bastante eficazes nas lutas internas em torno do acesso aos postos de comando organizacional, abertamente empenhadas em firmar uma tradição dinástica cujas chances de continuidade como que passaram a depender dos mandatos episcopais dos próprios biógrafos. A despeito do fato material empírico em que essas obras se apóiam, valendo-se da documentação compulsada nos arquivos diocesanos e da íntima familiaridade dos biógrafos com seus objetos de reverência, procuram sujeitar as evidências coligidas aos princípios de uma produção marcadamente apologética. E por isso mesmo permitem uma avaliação circunstanciada das condições sociais em que essas obras foram produzidas, oferecendo dados indispensáveis quer a respeito dos homenageados quer acerca das trajetórias de seus autores. Aliás, os bispos que se dispuseram a reconstruir a biografia de seus ilustres patronos e antecessores são os únicos que redigiram páginas de memórias, quase sempre falando de suas experiências de vida por procuração, ou melhor, valendo-se de reminiscências a respeito de seus pais, de sua família ou de estabelecimentos religiosos onde eles mesmos estudaram e ensinaram.

D. Silvério Pimenta escreveu *A morte de minha mãe* (Mariana, 1885) e D. Joaquim Silvério redigiu *Sítios e Personagens* (São Paulo 1897, 374pp.), coletânea de artigos sobre a história de alguns estabelecimentos religiosos e seus vultos beneméritos, com destaque para o Recolhimento de Macaúbas que ele próprio dirigiu, pouco antes de ser indicado bispo-coadjutor de Diamantina.⁵ D. Francisco de Aquino Corrêa valeu-se de expediente semelhante ao redigir o *Elogio Fúnebre do Comendador Antonio Thomaz de Aquino Correa* (Cuiabá, Salesianas, 1924), seu pai.⁶

Talvez a única fonte autobiográfica redigida pelos próprios prelados sejam os testamentos, por vezes transcritos em anexo nos volumes biográficos, nas histórias eclesiásticas regionais, ou então, editados em plaquetas à maneira das pastorais. Os testamentos constituem, via de regra, um balanço das iniciativas de uma gestão diocesana, da perspectiva do mentor e principal interessado, permitindo uma avaliação tanto das relações de crédito ou débito que mantinham com suas famílias e protetores como da situação material e do estilo de mando dos prelados. Esses documentos também oferecem subsídios à reconstrução da divisão do trabalho religioso em nível diocesano, além de conterem outras informações de interesse a respeito dos momentos fortes da trajetória política dos bispos no interior da corporação eclesiástica.⁷

As demais fontes biográficas produzidas por membros do clero incluem: (I) as histórias de vida de figuras eminentes da corporação eclesiástica, "líderes", "missionários", "místicos", "educadores", "milagreiros" e "santos", com participação destacada nos principais acontecimentos religiosos e políticos da época, (II) os perfis de prelados e (III) as chamadas "polian-téias" editadas em homenagem a diversos membros do episcopado.

As histórias de vida contemplam um elenco diversificado de membros destacados do clero que firmaram sua reputação em função dos serviços especializados que prestaram à organização eclesiástica, seja através de um bem sucedido *trabalho pastoral como nos casos do Padre Reus, de Monsenhor Horta, de Padre Eustáquio ou de Frei Casimiro*,⁸ seja por força de sua contribuição enquanto baluartes insígnies da ortodoxia doutrinária como nos casos do Padre Julio Maria e do Padre Leonel Franca,⁹ seja através da contribuição político-administrativa à testa de cargos de confiança nas cúrias como nos casos de Monsenhor Quinderé ou do salesiano Padre Armindo,¹⁰ seja pela via das missões delicadas (proselitismo, arrecadação de fundos, etc.) de que muitos deles foram incumbidos no país e no exterior, seja enfim através do trabalho político de mediação e representação dos interesses da Igreja em meio a movimentos sociais de contestação à hierarquia eclesiástica estabelecida e, assim, à autoridade da própria organização, como nos casos de Frei Rogério Neuhäus, negociador "oficioso" no movimento do Contestado, ou Padre Quintino, "vira-casaca" em Juazeiro.¹¹ Seja qual for a modalidade da contribuição desses presbíteros, todos eles se notabilizaram por uma relevante folha de serviços prestados à organização, embora a influên-

cia doutrinária e política de alguns "milagreiros" tenha muitas vezes suscitado resistências e perseguições por parte dos altos escalões hierárquicos. As obras dedicadas a essas figuras do clero foram quase sempre elaboradas nos moldes das "vidas de santos", com ênfase nos predicados e virtudes excepcionais que remontariam ao "desabrochar" de suas vocações, sendo que as etapas posteriores de toda uma "vida modelar" viriam apenas confirmar os sinais de um "mandado divino". Trata-se, pois, de um conjunto homogêneo de narrativas biográficas produzidas com intenções edificantes, freqüentemente a versão oficiosa encomendada pela hierarquia a respeito de acontecimentos que deram margem a interpretações controversas e capazes de contrariar os interesses e as posições de facções do clero ou de comprometer a imagem pública da organização.

O livro do Padre Venâncio Hulsemans SS.CC. a respeito de outro religioso do Sagrado Coração, *Padre Eustáquio Van Lieshout SS.CC., O Vigário de Poá (Notas Biográficas)*, relata a trajetória de um religioso holandês a quem foram atribuídos "curas" e "milagres". Integrante da primeira leva de padres dessa congregação enviados ao Brasil, teve inicialmente a responsabilidade de tocar o santuário de Nossa Senhora d'Abadia, em Água-Suja, lugarejo no Triângulo Mineiro. Desde então desenvolveu um trabalho pastoral empenhado em aliviar os males físicos da população, atuando como farmacêutico e médico prático. Em 1935, foi para a cidade de Poá, na região paulista de Mogi das Cruzes, onde adotou idêntica orientação pastoral, desdobrando-se em visitas aos doentes aos quais receitava tônicos, pomada, óleos, ervas, aplicando injeções e procedendo à benção das águas que o povo trazia em garrafas à sua presença diante da casa paroquial. Os êxitos logrados como "taumaturgo" expandiram seu raio de influência a uma ampla região que incluía Suzano, São Miguel, Arujá e Itaquaquecetuba. Conforme o depoimento de outros religiosos, buscou implantar em Poá um sistema de serviços religiosos e terapêuticos calcado no modelo de funcionamento do santuário de Lourdes, de quem era devoto. Acusado de apelar a procedimentos pastorais heterodoxos e de empregar técnicas de cura semelhantes àquelas adotadas pelo espiritismo que ele mesmo considerava a principal ameaça à Igreja, as pressões políticas (do interventor Ademar de Barros) e eclesiásticas (do próprio Arce-

bispo de São Paulo, D. José Gaspar) se avolumam culminando na decisão de afastá-lo das atividades paroquiais. O arcebispo de São Paulo resolveu enquadrá-lo como "vago" sem sequer lhe permitir residência no território diocesano enquanto a multidão de fiéis continuasse a procurá-lo. O cardeal Lime acolheu Padre Eustáquio no Rio de Janeiro desde que acesse em permanecer retirado, abstendo-se de qualquer atividade milagrosa, devendo ainda mudar de nome, limitar seus contatos aos superiores hierárquicos e residir numa "cela de eremita". Logo em seguida, ele retornou ao Triângulo Mineiro sob as mais severas restrições, terminando por se fixar em Belo Horizonte onde o arcebispo se saiu bem no projeto de canalizar o prestígio do Padre Eustáquio para inúmeras iniciativas pastorais, mormente aquelas destinadas a dar combate às seitas espíritas. Seu falecimento na capital mineira em 1943 deu ensejo a uma operação fúnebre com amplos dividendos para a Igreja católica local.¹²

A vida do jesuíta Padre Reus foi objeto de duas versões em português, baseadas no *Diário* e na *Autobiografia* (escritos autobiográficos) deixados por esse religioso em obediência às exigências de seu Superior Provincial, "no intuito de esclarecer as suas visões e graças espirituais" com ilustrações do próprio biografado "por ordem expressa do Senhor". A primeira edição da versão abreviada logo se esgotou, merecendo uma segunda edição em 1952, corrigida e aumentada. Essa edição foi impressa em dois tipos de papel, simples e especial, com muitas ilustrações, com 200 páginas. O autor do livro, o também jesuíta Padre Leo Kohler, mestre de noviços em Pareci e reitor do Colégio Cristo Rei em São Leopoldo, escreveu também um volume mais extenso e circunstanciado, publicado em formato grande, com cerca de 300 páginas ilustradas. A primeira versão foi intitulada *Vida do Padre Reus* e a versão integral foi denominada *Biografia Completa: P. João Batista Reus, (Sacerdote e Místico segundo o Divino Coração de Jesus)*, a primeira com o selo da editora *A Nação* e a segunda sob a chancela da Livraria Selbach, ambas de Porto Alegre, traduzidas por outro jesuíta gaúcho. Para aqueles devotos que não "estão em condições de poder adquirir sua *Biografia Completa*, de 400 páginas, nem mesmo a *Vida do Padre Reus*, a assim chamada edição popular, de 256 páginas", o jesuíta Padre Cândido Santini preparou o

opúsculo *O Servo de Deus, P. João Baptista Reus, S. J.* (Porto Alegre, Editora Metrópole, 2.^a edição ampliada, 1962), tendo como apêndices os relatos de algumas graças atribuídas à intercessão do Padre Reus e um texto da campanha para construção da Igreja do Sagrado Coração de Jesus junto ao túmulo do mesmo Padre Reus.

O tipo ideal dessa modalidade de literatura organizacional é a biografia do franciscano Rogério Neuhaus, de autoria de outro frade da mesma ordem, Frei Pedro Sinzig, um dos historiadores oficiais da ordem franciscana do país, posição encontrada também em outras congregações religiosas. O êxito alcançado pela primeira edição de 1934 justificou o preparo de uma versão abreviada sob o título *Um Apóstolo dos Nossos Dias*, a preço popular, o que não impediu a reimpressão de uma nova edição completa e aumentada em 1939, agora expurgada dos nomes das pessoas envolvidas nos acontecimentos da região contestada entre Paraná e Santa Catarina. Com base em materiais coligidos nas diversas residências e conventos franciscanos, onde trabalhou e residiu o biografado, em informações fornecidas por parentes e conhecidos e, sobretudo, valendo-se das reminiscências de próprio punho deixadas pelo biografado, o autor busca reconstruir a primeira infância do futuro Frei Rogério passada na Alemanha, numa época marcada pelas perseguições ao clero e aos católicos ("Kulturkampf"), mostrando a influência benfazeja de sua família piedosa para o despertar vocacional do "padrezinho", o ingresso precoce na ordem franciscana então arrebanhando quadros para os conventos-refúgio na Holanda, e a vinda para o Brasil como integrante da segunda leva de franciscanos alemães trazidos ao país pela mediação do Vaticano.

Chegados em Santa Catarina em 1891, ficaram encarregados da paróquia de Lages, onde enfrentaram conflitos com a maçonaria. A obra descreve ainda as atividades de Frei Rogério como coadjutor, vigário e terapeuta prático das populações pobres do interior, as dificuldades de comunicação que enfrentava com os índios da região, o envolvimento nas lutas políticas em Lages, entre federalistas e republicanos em 1893, e sua progressiva ascensão a postos de comando na ordem franciscana. O momento-chave da obra é o relato de sua participação no movimento messiânico do Contestado, liderado pelo "mon-

ge" João Maria. A obra passa então a tratar Frei Rogério como um religioso fervorosamente engajado na missão de catequizar os "bugres" (os índios mais os sertanejos) e resistir aos avanços da maçonaria, em meio aos conflitos locais envolvendo coronéis em luta pela posse de terras e pelo controle político da região, movidos pelo alvo de expulsão dos posseiros. A situação de crise aí abordada se acirra ainda mais com a presença de companhias estrangeiras a braços com a construção da ferrovia e reivindicando a posse de extensas faixas de território asseguradas por contrato, e com a intervenção de tropas estaduais e federais para debelar o surto religioso que ameaçava os interesses fundiários. Os contatos entre o frade e o monge "giraram em torno da disputa a respeito das atribuições específicas de padres e de leigos", e mais, significaram o enfrentamento direto entre os porta-vozes de uma religiosidade européia "popular" e o catolicismo rústico dos sertões brasileiros. As divergências doutrinárias não arrefeceram a disposição do frade em "obter a dispersão do ajuntamento" dos rebeldes, para tanto acenando inclusive com a repressão a cargo das forças legais, até o episódio final de sua "missão pacificadora" como enviado do General Setembrino de Carvalho, chefe da expedição a serviço do governo federal, sendo repellido a tiros pelo reduto.¹³

A obra relata a experiência vivida pelo frade alemão, os obstáculos com que se defrontou, espremido entre as simpatias pela penosa situação material dos rebeldes e o temor de prejudicar os interesses da Igreja, sensível à causa política que estavam defendendo mas "grampeado" às diretrizes da "ordem" (quer dizer, aos interesses dos coronéis, proprietários, militares e poder central), e não obstante, buscando entabular negociações entre os dois lados. A obra oferece subsídios indispensáveis à compreensão das condições que impulsionaram a vinda de religiosos europeus e a difícil adaptação ao ambiente social brasileiro. Relata as práticas políticas e pastorais de religiosos instados a fazer valer os interesses do sistema religioso e que, para tanto, se viram obrigados a se engajar em missões arriscadas na defesa ortodoxa das palavras de ordem impostas pela hierarquia. Embora tomando como eixo narrativo a vida dos padres diretamente envolvidos, a obra em questão permite reconstruir os desafios políticos e organizacionais com que estava se defrontando a Igreja, quer pelos "movimentos carismáticos" de

base popular (Contestado, por exemplo), quer aqueles provocados pela ingerência crescente de autoridades públicas, civis e militares, em domínios de atividade ciosamente "guardados" pela Igreja, quer enfim por aqueles movimentos (litúrgicos patrimoniais, festas religiosas, pendências com irmandades, etc.) liderados por membros do clero que firmaram sua presença como "reformadores" cismáticos da organização eclesial (o caso do Padre Cícero).

Os perfis biográficos de prelados são, via de regra, de autoria de subordinados imediatos de confiança que desfrutavam de um convívio íntimo e prolongado com seus protetores.

O padre Ascânio Brandão, autor de *Dom Epaminondas*, se intitula "o discípulo amado" que passou sua mocidade e os primeiros anos de sacerdócio junto ao bispo de Taubaté.¹⁴ O Cônego Luís Castanho de Almeida, secretário do bispado de Sorocaba, vigário de Itararé e Guareí, coadjutor de Itapetininga e da Catedral, vigário de Bom Jesus dos Aflitos de Sorocaba (1933/1937), avulso em Sorocaba por doença, autor de *Dom Lúcio*, estudou no seminário de Botucatu, tendo exercido as funções de cerimoniário de seu biografado, posição que lhe dava o direito de residir no palácio episcopal. Conforme ele mesmo declara, fora incentivado a redigir o livro por um outro padre consultor do bispo de Botucatu.¹⁵ O Padre Francisco Lima, autor de dois volumes de 620 páginas, *Dom Aduino*, tinha razões de sobra para declarar na introdução que "os meus subsídios biográficos a respeito de D. Aduino (...) demonstram apenas a minha gratidão ao excelso Prelado que me arrancou o pó e me guindou às alturas do sacerdócio de Jesus Cristo".¹⁶ Monsenhor José Quinderé, autor do esboço biográfico de *Dom Joaquim Vieira*, fora a vida inteira secretário particular do prelado do Ceará, extraindo dessa posição uma série extensa de favores, cargos e empréstimos, em favor de parentes e amigos, valendo-se dela para viabilizar sua indicação como parlamentar, professor do Liceu, e comensal íntimo do Dr. Acioli. O clérigo Celso Avellar de Carvalho, biógrafo de D. Joaquim Silvério, se orgulha de ter sido acólito no último retiro espiritual do clero presidido por D. Joaquim a quem conheceu ainda menino por ocasião de suas visitas pastorais a Curvelo.¹⁷ João Santos, biógrafo de Monsenhor Frederico Costa, 1.º Prelado de Santarém, ocupou o cargo de secretário na referida prelazia onde respondia pela organização do arquivado.¹⁸

De certo a motivação premente desses autores terá sido exibir, pela via do registro indireto, o cacife de relações e o lastro de confiança de que se sentiam depositários e que lhes foram proporcionados pelo trabalho no séquito desses prelados seus protetores. A produção dessas obras apologéticas vinha dar fecho a uma vida inteira de serviços pessoais e políticos que prestaram a esses bispos. Nas condições, então vigentes, da divisão do trabalho religioso, as posições e funções intelectuais incluíam a disposição ao trabalho de "canonização" antecipada das lideranças hierárquicas.

A parcela de cálculo embutida na decisão de produzir essas obras publicadas por editores católicas e de ampla difusão, se manifesta em especial nos perfis biográficos, quase sempre editados a mando dos próprios autores, de circulação restrita, fundamentos marcados pela lógica e pelo tom do ressentimento. É o caso, por exemplo, da plaqueta organizada em homenagem a Dom Joaquim Mamede, por seu irmão, Padre Maximiliano da Silva Leite, a bem da verdade um ato de desforra póstuma pelo fato de o ex-auxiliar e amigo de Dom Nery ter sido preterido na sucessão da diocese de Campinas. Devendo toda sua formação escolar e religiosa bem como sua rápida ascensão na hierarquia à "proteção" de D. Nery, de quem fora um dos principais "homens de confiança" ao longo de três gestões episcopais, em Vitória (ES), em Pouso Alegre (MG) e em Campinas (SP), e que também fora responsável por sua indicação como bispo auxiliar, Dom Joaquim Mamede se viu preterido em duas ocasiões, a primeira quando da remoção de Dom Nery para Campinas e a segunda quando da morte de seu "protetor". Embora estivesse, então, ocupando o cargo típico de herdeiro presuntivo, na qualidade de vigário-geral, e mesmo contando com apoio do clero local, não conseguiu viabilizar sua confirmação no cargo de bispo de Campinas, tendo sido convidado para dirigir outra diocese. Nessa oportunidade, empenhou-se em organizar às pressas uma "poliantéia" em homenagem a Dom Nery, buscando através dessa iniciativa calçar melhor suas pretensões. Após ter-se recusado a aceitar o posto episcopal numa diocese afastada, retirou-se amargurado para o Rio de Janeiro onde passa os últimos anos de vida como Comissário da Ordem Terceira do Carmo. A plaqueta impressa por seu irmão constitui o exemplo acabado de uma tomada de posição em favor de um prelado relegado pelos "pares".

In memoriam D. Joaquim Mamede da Silva Leite, bispo titular de Sebaste, é um traba-

Iho organizado por Lauro Monteiro de Carvalho e Silva e Maximiniano Oswaldo de Carvalho e Silva, sobrinhos do homenageado pelo lado materno, impresso em Mogi-Mirim, Editora Casa Cadorna, com data de fevereiro de 1948, trazendo com destaque na capa, em negrito realçado, o título *IN MEMORIAM*, encimando um retângulo de listas e cercaduras negras, em branco o espaço que pranteia a morte recente do prelado tendo como créditos seu nome e título episcopal, e como arremate em maiúsculas seu lema episcopal em latim, extraído da primeira epístola de São Paulo aos Coríntios, XVI, 14, *Omnia Vestra In Caritate Fiant* ("Sejam todas as vossas obras feitas em caridade"). A primeira página interna contém apenas a sugestão gráfica de um cartão fúnebre, com a ponta esquerda dobrada, com os dizeres "Monsenhor Maximiniano da Silva Leite, seus irmãos e parentes próximos, sensibilizados pelas demonstrações de pesar por ocasião da morte de D. Joaquim Mamede bispo de Sebaste, muito agradecem a quem delas tenha participado e oferecem-lhe o presente trabalho sobre a vida e obras do saudoso prelado campineiro, falecido em 1947". A capa interna do volume traz datas e lugares de nascimento e morte do prelado, seu nome por extenso seguido do título também completo (bispo-titular de Sebaste de Laodiceia) e o subtítulo em negrito "Saudosa homenagem à sua santa memória, no primeiro aniversário de seu falecimento", abrindo-se a plaqueta com uma foto de página inteira do homenageado, a que se seguem o brasão e o lema episcopais em clichê a cores, uma foto dele menino reproduzida junto a uma declaração manuscrita em que manifesta o desejo de ser padre, foto do grupo de seminaristas enviados por D. Joaquim Arcoverde ao Colégio Pio Latino-Americano em Roma de que faziam parte os dois irmãos Silva Leite, um esboço biográfico de autoria de um sobrinho (6 páginas) transcrição dos telegramas de condolências enviados pelo Núncio Apostólico, pelos cardeais do Rio e de São Paulo, pelo Cardeal Masella (ex-núncio no Brasil) (1 página), versos e o texto "*In Memoriam*" de autoria de uma freira carmelita descalça do mesmo convento carioca onde seu irmão Maximiniano atuava como capelão (15 páginas), a oração fúnebre proferida por Monsenhor Henrique de Magalhães (6 páginas), uma nota intitulada "D. Mamede e o ensino superior em Campinas" de autoria de um monsenhor vice-reitor da universidade cató-

lica paulista (3 páginas), e cinco páginas de material iconográfico alusivo (fotos do grupo presente por ocasião de sua sagração episcopal, do papa Bento XV que o fez bispo, de um encontro com um cardeal do Rio de Janeiro, de um encontro com outros prelados em vilegiatura na cidade de Campos do Jordão, de seus pais e de um grupo de prelados amigos).

As "poliantéias", por sua vez, constituem um gênero extremado de apologia organizacional, concedendo aos prelados assim homenageados um tratamento honorífico idêntico àquele de que já desfrutavam as grandes sumidades do episcopado europeu. São obras editadas apenas em circunstâncias bastante especiais, em geral como livros comemorativos do jubileu episcopal, às vezes por encomenda do próprio interessado. Edições luxuosas, no tamanho pouco convencional de livros de estampas, com capas duras recobertas em couro pergaminho, os títulos gravados em relevo dourado, as páginas de abertura contendo uma foto de corpo inteiro do prelado, com vestes solenes, anel, báculo, pose de autoridade, emoldurada por volutas gregas ou cercaduras *art-nouveau*, encimada pelo distintivo e pela divisa episcopal em latim e a cores, impressas em papel acetinado. O apuro no acabamento gráfico e visual se estende à obra como um todo, letras góticas maiúsculas abrindo capítulos, inúmeras fotos e clichês intercalados, ilustrações e decorações coloridas, e abundante material iconográfico. As poliantéias incluem um esboço biográfico do prelado, entremeado por fotos de seus principais empreendimentos, a que se seguem trechos de suas pastorais e textos encomiásticos de autoria de altas autoridades civis e eclesiásticas, incensando as obras e virtudes do homenageado. É indispensável a consulta e o manuseio dessas obras tanto pelo fato de conterem materiais biográficos pertinentes como para que o pesquisador se possa inteirar de um testemunho conspícuo do estilo de mando do episcopado "romanizado" da Primeira República.¹⁹

O exame acurado das obras produzidas por aqueles membros do clero especializados na documentação da história da Igreja revela os incentivos organizacionais ao trabalho intelectual sistemático do registro, transcrição e publicação dos arquivos das paróquias, cúrias, conventos, dos livros de tombo das igrejas e irmandades, da correspondência do clero, dos documentos e circulares episcopais e pontificias, das pastorais, circulares, e testamentos dos prelados, e de tudo mais que contribui para cristalizar a memória corporativa, num esforço considerável de ex-

purgar documentos "tendenciosos", de revidar aos argumentos e às versões anti-clericais, de resistir ao proselitismo dos concorrentes maçons, protestantes e espíritas, de eufemizar acontecimentos atentatórios ao prestígio e ao bom nome da Igreja, de condenar ao esquecimento os "hereges", cismáticos, heterodoxos e desfradados,²⁰ de "apagar" informações a respeito de conflitos e lutas "internas que só conseguem vir a público por conta de revisões levadas a cabo por outros grupos de interesse do próprio clero ou por força do confronto sistemático (ou casual) entre fontes eclesiásticas e outras fontes leigas. Essa documentação copiosa produzida no interior da organização contribuiu decisivamente para a vigência das "definições" institucionais que melhor se ajustam aos interesses dos grupos dirigentes da corporação eclesiástica. O trabalho de resgate e conservação da memória organizacional, desde os gêneros acima referidos, passando pelos livros de devoção, missais, manuais, breviários, novenas, pelos regulamentos, pelas obras monográficas a respeito de igrejas, santuários, conventos, ordens, irmandades, cultos e devoções populares, sociedades pias, seminários, escolas, até os textos doutrinários, litúrgicos, e a imensa cópia de imagens com amplas tiragens (santinhos, oleografias, gravuras, etc.), constitui um dos principais obstáculos sociais à apreensão de pesquisadores leigos que não estejam comprometidos com os interesses da hierarquia, e muito menos a seu serviço.

O Cônego Manoel de Aquino Barbosa é um exemplo ilustre dessa categoria especializada de trabalhadores intelectuais no clero brasileiro. Nascido em 1902, na cidade baiana de Santo Amaro, filho de um comerciante, ingressou no Seminário Menor da Bahia em 1915, sendo ordenado em 1925 por D. Augusto Álvaro da Silva. Ocupou, sucessivamente, os cargos de coadjutor da paróquia de Nazaré (Salvador), capelão da Igreja de Ajuda e do Asilo de Mendicidade, instalou a "Casa dos Padres", pároco de N. S. de Brotas (1927-1929), da Conceição da Praia (1929-1950), tendo se tornado um defensor intransigente do patrimônio histórico e artístico constituído pelas obras de sua secular paróquia, onde também se empenhou em restaurar diversas cerimônias e procissões. Desempenhou as funções de secretário-geral do I Congresso Provincial de Vocações Sacerdotais (1926 - Salvador), presidente da Comissão de Imprensa do I Congresso Eucarístico Nacional (1933 - Salvador), membro e provedor da Irmandade de S. Pedro dos

Clérigos onde voltou a editar a "Revista Eclesiástica", órgão oficial da arquidiocese da Bahia. Enquanto colaborador assíduo da imprensa, dirigiu o diário católico baiano *Era Nova* (1929-1933), trabalhando ainda como redator (1933 - *A Tarde*) e redator-chefe (1935 - *Diário da Bahia*). Ocupou os cargos de arquivista-chefe da Diretoria do Arquivo Público e Inspeção dos Monumentos (1935-37), inspetor federal de ensino, membro do Instituto Histórico (1935) e da Academia de Letras (1940) da Bahia, fundador da Sociedade Numismática da Bahia, colecionador de medalhas religiosas e obras raras, possuidor de uma biblioteca valiosa sobre história eclesiástica, sendo "uma das maiores autoridades em assuntos do passado eclesiástico no Brasil", sendo que a lista de seus trabalhos, de 1924 a 1950, ultrapassa oitenta títulos, entre folhetos, artigos e textos para a imprensa, destacando-se a obra *A Igreja no Brasil - Notas para a sua História*, (Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1945), importante repositório de informações sobre o episcopado brasileiro, contendo em apêndice documentos raros de legislação e farto material iconográfico. Outros eclesiásticos brasileiros também se especializaram como intelectuais da corporação: o Cônego Raimundo Trindade, diretor do Museu da Inconfidência em Ouro Preto e autor de uma história da arquidiocese de Mariana; o Padre Heliodoro Pires, autor das obras *Visões e Ressonâncias (Alguns Aspectos Sociais do Catolicismo no Brasil)*, publicado com o pseudônimo de Hildebrando (edição íntima, Campinas, Typ. Livro Azul, A. B. de Castro Mendes, 1917, 233 pp.) e *Temas da História Eclesiástica do Brasil* (São Paulo, 1946); frei Brasília Rower O.F.M., historiador oficial da ordem franciscana no país, posição que encontra homólogos entre jesuítas, beneditinos, salesianos, e outras congregações.

Existe ainda uma quantidade apreciável de fontes sobre a Igreja, o clero, o episcopado, etc., produzidas por intelectuais manifestamente clericalistas que dedicaram praticamente todos seus investimentos intelectuais ao trabalho de preservação da memória corporativa. Alguns deles juntaram a essa tarefa o desempenho de importantes funções de representação ou defesa dos interesses eclesiásticos junto às instâncias e autoridades governamentais, notabilizando-se como "homens da Igreja" ou como líderes leigos. Outros são ex-padres, liberados cano-

nicamente de suas funções eclesíásticas, embora continuassem ligados à Igreja seja cumprindo funções docentes em seminários e estabelecimentos de ensino católicos, seja exercendo cargos administrativos em irmandades e sociedades piás e associações beneficentes. Há também os que se dedicaram à produção de obras sobre a Igreja paralelamente ao desempenho de profissões liberais, de cargos parlamentares ou de postos executivos nos governos estadual e federal. Inúmeros parentes e descendentes de figuras eminentes da hierarquia eclesíástica também não pouparam esforços no trabalho de rastreamento biográfico de seus antepassados, forma arvezada de construir a sua própria identidade social, produzindo considerável documentação biográfica em moldes semelhantes aos preitos de homenagem encontrados em outras frações da classe dirigente brasileira.

Seja como for, cumpre salientar o fato bruto de que a parcela majoritária de fontes sobre a Igreja Católica foi produzida em resposta a de-

mandas de algum segmento de interesses da própria corporação. A não ser no caso daqueles títulos escritos por autores abertamente anticlericais, ou então, nos casos de desfradados ressentidos que fazem de seu depoimento uma espécie de desforra pelos desacertos de que se sentem vítimas, passando a atribuir a responsabilidade de seus "descaminhos" às mazelas institucionais da organização, quase toda a produção disponível referente a história da Igreja ou atendeu de perto às necessidades clericais ou deveuse a essa categoria de intelectuais estreitamente empenhados em assegurar as bases de uma continuidade corporativa a ponto de sujeitarem seus escritos e trabalhos à censura canônica das autoridades eclesíásticas competentes.²¹ Tal situação provoca, como não podia deixar de ser, um efeito notável de censura sobre quaisquer esforços de investigação suscitados por interesses distintos e para atender a uma demanda diversa daquela produzida pelo mercado cativo a que se destina e se endereça o grosso da bibliografia disponível.

Notas

1. As frases entre aspas são trechos recorrentes nesses processos de habilitação.

2. Consultar *Vida de D. Silvério Gomes Pimenta, 1.º Arcebispo de Mariana*, São Paulo, Lyceu Coração de Jesus, 1927, 407 pp., editada por iniciativa de D. Helvecio Gomes de Oliveira, outro sucessor em Mariana. Sobre as origens e o desenvolvimento das instituições religiosas de ensino nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII, entre as quais se destacam os recolhimentos femininos, ver a obra de José Ferreira Carrato, *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais (Notas sobre a Cultura da Decadência Mineira Setecentista)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol. 334, 1968, pp. 115/122. D. Joaquim Silvério de Souza dirigiu por quatorze anos o Recolhimento de Macaúbas em cuja capela foi sagrado bispo em 1901 por seu protetor D. Silvério Pimenta. A diocese de Mariana foi criada em 1745 e elevada à condição de arcebispado em 1906. A "dinastia" episcopal a que dão feição essas obras se inicia com D. Antônio Ferreira Viçoso (1784-1875), cujos sucessores foram D. Antônio de Sá Benevides (1876-1896), D. Silvério Gomes Pimenta (1896-1922) e D. Helvecio Gomes de Oliveira. D. Joaquim Silvério de Souza foi o sucessor do primeiro bispo de Diamantina, D. João Antônio dos Santos (1864-1905), diocese criada em 1854 e elevada à categoria de arquidiocese em 1917 durante sua gestão (1905-1933).

3. D. Francisco de Paula e Silva fez um relato bastante eufemizado dos conflitos políticos e eclesíásticos ocorridos durante a gestão de seu antecessor, D. Antônio Xisto Albano (1901-1905), que acabou sendo levado a renunciar por interferência da nunciatura. D. Felipe Condurú Pacheco adotou postura idêntica ao narrar o episódio do afastamento de D. Otaviano Pereira de Albuquerque no primeiro período Vargas, motivado por desentendimentos em torno da indicação de um padre de "maus costumes", o Padre Astolfo de Barros Serra, como segundo interventor no Maranhão (de janeiro a agosto de 1931), jornalista e orador festejado mas suspenso das ordens eclesíásticas.

4. Consultar D. Jaime de Barros Câmara, "A Igreja no Estado de Santa Catarina", *In Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. III, fasc. II, Petrópolis, junho de 1943, e *Apontamentos de História*

Eclesiástica, Petrópolis, Vozes, 1945; D. Alberto Gaudêncio Ramos, *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*, Manaus, Tip. Fenix, 1952; Cônego José do Carmo Baratta (professor do Seminário de Olinda), *História Eclesiástica de Pernambuco*, Recife, Imprensa Industrial, 1922, e *Escola de Heróis: o Colégio de N. S. das Graças, o Seminário de Olinda*, Recife, Imprensa Industrial, 1926.

5. *Sítios e Personagens* foi reeditado em 1930 pela Imprensa Oficial Mineira em Belo Horizonte. As biografias desses patronos constituem, ao mesmo tempo, um relato disfarçado do período em que o autor passou no seminário.

6. Do mesmo prelado, consultar ainda *Terra Natal, (Versos)*, Cuiabá, 1917, 88 pp.; *Discurso de Recepção no Instituto Histórico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1926; *Oração de Posse na Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, 30.11.1927.

7. Consultar por exemplo, D. Francisco de Aquino Corrêa SS., *Testamento do Vosso Arcebispo (Carta Pastoral)*, Rio de Janeiro, 1949, 46 pp., que redigiu já doente, dando o balanço de sua carreira política dentro e fora da Igreja, ou seja, na qualidade de Presidente do Mato Grosso (1918-1922) e como arcebispo titular de Cuiabá, (1921-1956).

8. Francisco Horta, *Monsenhor Horta (Esboço Biográfico)*, Belo Horizonte, Livraria Católica do Ginásio Arnaldo, 1939, 134 pp., e Frei Matias Teves O.F.M., *Entre os Mocambos de Recife*, Frei Casimiro Brochtrup O.F.M., *O Missionário dos Pobres*, Salvador, Editora Mensageiro da Fé, 1948.

9. Consultar Jônatas Serrani, *Júlio Maria*, Rio de Janeiro, Livraria Boa Imprensa, 1941; Júlio Maria, *A Igreja e a República*, Biblioteca do Pensamento Político Republicano, vol. 9, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981; Pe. Luiz Gonzaga da Silveira D'Elboux S.J., *O Padre Leonel Franca*, Rio de Janeiro, Agir, 1953.

10. Mosenhor José Quinderé escreveu um perfil biográfico de seu protetor sob cujas ordens desempenhou o cargo de secretário particular, *Dom Joaquim José Vieira*, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1958, contribuiu com uma "História Eclesiástica do Ceará" para o volume *O Ceará*, editado em 1939 por Raimundo Girão e Martins Filho, e redigiu suas próprias *Reminiscências*, Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1957. Consultar também D. Francisco de Aquino Corrêa, *Uma Flor do Clero Cuiabano (à memória do Padre Armindo Maria de Oliveira, S.D.B.)*, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

11. A respeito da movimentação política e eclesial do Padre Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, futuro primeiro bispo de Crato (1916-1929), consultar Ralph Della Cava, *Milagre em Joazeiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

12. Padre Venâncio Hulsemans SS. CC., *Padre Eustáquio Van Lieschout SS. CC., O Vigário de Poá (Notas Biográficas)*, Rio de Janeiro, Centro Nacional da Entronização, 1944.

13. Frei Pedro Sinzig O.F.M., *Frei Rogério Neuhaus O.F.M.*, Petrópolis, Vozes, 1.^a edição, 1934, 2.^a edição, 1939.

14. Pe. Ascânio Brandão, *Dom Epaminondas*, São Paulo, Oficinas Gráficas, "Ave Maria", 1941, 258 pp., já publicara antes no jornal diocesano de Taubaté "alguns traços biográficos" na expectativa de poder coligir a correspondência e a documentação da família do referido prelado de quem foi amigo e auxiliar durante dezoito anos.

15. Cônego Luís Castanho de Almeida, *Dom Lúcio, Bispo de Botucatu*, Petrópolis, Vozes, 1956, 152 pp.

16. Pe. Francisco Lima, *D. Adauto, Susídios Biográficos*, 2 vols., João Pessoa, Imprensa Oficial da Paraíba, coleção "Arquivos Paraibanos", 1956, 620 pp.

17. Celso de Carvalho, *Dom Joaquim, 1.º Arcebispo de Diamantina*, Petrópolis, Vozes, 1935.

18. João Santos, *Monsenhor Frederico Costa, 1.º Prelado de Santarém*, Belém, Conselho Estadual de Cultura, coleção "História do Pará", Série "Arthur Vianna", 1978.

19. O tipo ideal do gênero é a poliantéia que D. Joaquim Mamede da Silva Leite, então vigário capitular de Campinas e com pretensões de ser confirmado como bispo titular, encomendou ao Padre João Batista de Carvalho e ao historiador Benedito Otávio, *Saudosa Homenagem, D. João Nery, 1.º Bispo de Campinas*, XI-IV-MCMXX, São Paulo, Oficinas Gráficas de Cardozo Filho e Cia. Consultar ainda outro exemplar do gênero. *A Diocese do Ribeirão Preto em Homenagem grata e festiva a seu amado Bispo D. Alberto José Gonçalves na feliz ocorrência das datas jubilares de seu sacerdócio e episcopado*, Emp. Gráf. "Revista dos Tribunais", 1934.

20. Consultar, por exemplo, Isocrates de Oliveira, *Drama de um Padre (O Meu Escândalo)*, Rio de Janeiro, Livraria Calçadense Ltda., s.d. O autor nasceu em 1922 e a narrativa cronológica do livro se encerra em 1952, ano em que se afasta da Igreja com anuência de seus superiores hierárquicos.

21. Dentre uma extensa lista de obras classificáveis nessa modalidade, consultar, por exemplo, Maria Stella de Novaes, *Um Bispo Missionário, Dom Fernando de Souza Monteiro*, 1952, prêmio ABL, sobrinha do biografado, professora da Escola Normal de Vitória, primeira catedrática do ensino secundário no Espírito Santo, que também redigiu *Relicário de um Povo, O Santuário de Nossa Senhora da Penha no Espírito Santo*, Vitória, 1955 (2.ª edição, 1958); Vasco Smith de Vasconcelos, *História da Província Eclesiástica de São Paulo*, ilustrada pelo heraldista Paulo Braga de Menezes, São Paulo, Oficinas Gráficas de Saraiva S/A, 1957, 291 pp.; José Carlos de Ataliba Nogueira, *Elogio Histórico de D. João Nery, 1.º Bispo de Campinas*, Rio de Janeiro, Agir, 1945, 96 pp.; Martins Alonso, *Dom Jaime de Barros Câmara (Vida, Pensamento e Obras do 3.º Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro)*, 1972; Pedro Maciel Vidigal (ex-padre), *O Cardeal de Vasconcellos Motta*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973.

Bibliografia

1. Repertórios e dicionários bibliográficos

- Bittencourt, Liberato
1914. "Parahyba: Parahybanos illustres". In: *Homens do Brasil*. Rio de Janeiro, Gomes Pereira.
1917. "Sergipe". In: *Homens do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Mascotte, 2.^a ed.
- Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento
1883/1902. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional e Imprensa Nacional, 7 v.
- Borges, Ricardo
1970. *Vultos notáveis do Pará*, Belém, Conselho Estadual de Cultura (Coleção História do Pará, Série Arthur Vianna).
- Brinches, Victor
1965. *Dicionário bio-bibliográfico luso-brasileiro*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Cortés, C.
1957. *Homens e instituições no Rio*. Rio de Janeiro, s.l.
- Costa, Francisco Augusto Pereira da
1882. *Diccionario biographico de pernambucanos célebres*. Recife, Typographia Universal.
- Coutinho, Afrânio
1961. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, 2 v.
- Cunha, Raymundo Cyríaco Alves da (Ten. Cel.)
1970. *Paraenses illustres*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 3.^a ed. (Coleção História do Pará. Série Barão de Guajará).
- Freitas, Clodoaldo
s.d. *Vultos piauienses: Apontamentos biographicos*. Terezina, Typ. d'O Estado, v. 1.
- Galanti, Rafael Maria (padre, S.J.)
1911. *Biographias de brasileiros illustres*. São Paulo.
- Guaraná, Armindo
1925. *Diccionario bio-bibliographico sergipano*. Rio de Janeiro, Empreza Graphica Editora Paulo, Pongetti & C.
- Guimarães, Argeu
1938. *Diccionario bio-bibliographico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro, edição do autor.
- Hilton, Ronald
1945/1951. *Who's Who in Latin America* (a biographical dictionary of notable living men and women of Latin America). 3.^a ed. Stanford, Stanford University Press. 6 v. (Brasil, 6.^o volume).
- Martin, Percy Alvim
1940. *Who's Who in Latin America* (a biographical dictionary of the outstanding living men and women of spanish America and Brazil). 2nd ed. Stanford, Stanford University Press.

- Melo, Luís Carreira de
 1944. *Subsídios para um dicionário dos intelectuais riograndenses*. São Paulo, Civilização Brasileira.
 1954. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo, Editora Gráfica Irmãos Andrioli S.A.
- Lacombe, Américo Jacobina
 1973. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/EDUSP (Coleção Brasileira), v. 350.
- Neves, Fernão pseud. (Fernando Nery)
 1940. *A Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, publicação da Academia Brasileira de Letras.
- Nóbrega, Apolônio
 1954. "Dioceses e bispos do Brasil". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 222, janeiro/março 1954.
- Pereira, Amâncio
 1897. *Traços biográficos*. 1.ª série, 1.º livro, s.l., s.e.
 1914. *Homens e cousas espírito-santenses*, Vitória, Artes Graphics, 1.º livro.
- Porto Alegre, Aquiles
 s.d. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Livraria Selbach, 2.ª ed.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
 1935. *Boletim: Directoria – Socios – Resumo Histórico – "A Revista" – Publicações especiais*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Santana, Moisés
 1928. *Vultos e factos de Goyaz*. Rio de Janeiro, Papelaria Brazil, v. 1.
- Santos, Lery
 1880. *Phanteon fluminense: esboços biographicos*. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger & Filhos.
- Silva, Inocência Francisco da
 1858/1923. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 22 v.
- Silva, Zedar Perfeito da
 1948. *Perfis de alguns catarinenses ilustres*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio/Rodrigues & Cia., v. 1.
- Soares, José Carlos de Macedo
 1954. *Fontes da história da Igreja Católica no Brasil*. Rio de Janeiro, separata da Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 220, julho/setembro 1953.
- Sotomaior, Sebastião de Sá
 1922. *Galeria paranaense: notas biographicas*. Curitiba, Livraria Mundial. Edição Comemorativa de 1.º Centenário da Independência do Brasil.
- Sousa, Antonio Loureiro de
 1949. *Bahianos ilustres; 1564-1925*. Bahia.
- Sousa, J. Galante de
 1963. *Índice de biobibliografia brasileira*. Rio de Janeiro, INL/MEC, Enciclopédia Brasileira, biblioteca de obras subsidiárias, v. 1.

Studart, Guilherme (Barão de)
1910/1915. *Dicionário bio-bibliográfico cearense*. Fortaleza, Typo-Lithographia a vapor e Typ. Minerva, de Assis Bezerra, 3. v.

Velho Sobrinho, J. F.
1937. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, v. 1.
1940. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Saúde, v. 2, ilustrado.

2. Biografias

Almeida, Luis Castanho de (cônego)
1938. *Dom Lúcio: 1863/1923*. São Paulo, Odeon.
1956. *Dom Lúcio, bispo de Botucatu*, Petrópolis, Vozes.

Alonso, Martins
s.d. *Dom Jaime de Barros Câmara: vida, pensamento e obra do 3.º cardeal arcebispo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, iniciativa da Ordem 3.ª dos Mínimos de São Francisco de Paula.

Athayde, Tristão de
1943. *O cardeal Leme*. Rio de Janeiro, José Olympio.

Brandão, Ascânio (padre)
1941. *D. Epaminondas*. São Paulo, Oficinas Gráficas da Ave Maria.

Carvalho, Antonio Gontijo de
1951. *Ensaio biográficos*. São Paulo, Empresa gráfica da Revista dos Tribunais.

Carvalho, Celso de (padre)
1933. *Dom Joaquim, 1.º arcebispo de Diamantina*. Petrópolis, Vozes.

Castro, Fernando Pedreira de
1954. *Dom Silvério Gomes Pimenta: um santo arcebispo brasileiro*. Petrópolis, Vozes.

Corrêa, Francisco de Aquino S.D.B. (arcebispo)
1951. *Uma flor do clero cuiabano: à memória do padre Armindo Maria de Oliveira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Costa, Arlindo Drumond
1962. *A nobreza espiritual de Dom Aquino Corrêa*. São Paulo, Livraria Teixeira.

Costa, F. de Macedo
1916. *Lutas e vitórias*. Bahia, Estabelecimento Dois Mundos.

Dantas, Arruda
1974. *D. Duarte Leopoldo*. São Paulo, Sociedade Impressora Pannartz.

D'Elboux, Luiz Gonzaga da Silveira (padre, S.J.)
1953. *Padre Leonel Franca, S.J.* Rio de Janeiro, Agir. Prefácio de D. Aquino Corrêa/ABL.

Federação das Academias de Letras do Brasil
1954. *In Memoriam, Jonathas Serrano*. Rio de Janeiro, suplemento da Revista das Academias de Letras n.º 54.

- Furtado, Andrade
1963. "O centenário de Dom Quintino", In: *Revista do Instituto do Ceará*, LXXVII, Fortaleza.
- Gama, Afonso Dionísio
1911. *Esboço biográfico de D. Alberto J. Gonçalves, 1.º bispo da diocese de Ribeirão Preto*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas.
- Giordano, Lourenço
s.d. *Esboços biográficos*. (sobre o arcebispo D. Jerônimo Tomé da Silva).
- Goldmann, M. A.
1951. *Madre Maria Imaculada de Jesus: biografia da primeira superiora geral das irmãs franciscanas missionárias da Imaculada Conceição*. Bahia, Mensageiro da Fé.
- Gomes, Antonio Osmar
s.d. *O bispo missionário, Dom Frei Eduardo Herberhold*. Salvador, Mensageiro da Fé.
- Gomes, Perilo
1932. *D. Vital*. Rio de Janeiro
- Guimarães, Alberto Prado (engenheiro, sócio efetivo da sociedade de Geografia de Lisboa)
1963. *Notas biográficas sobre o arcebispo D. José Gaspar de Affonseca e Silva*. São Paulo, Gráfica Bradesco.
- Guisard F.º, Felix e Silva, Duarte Leopoldo e
1939. . . . *D. Rodovalho e D. José: achegas à história de Taubaté*. São Paulo, Athena.
1945. *D. José Pereira da Silva Barros: sua vida e sua obra*. São Paulo, Universal.
- Horta, Francisco
1939. *Monsenhor Horta: esboço biográfico*. Belo Horizonte, Livraria Católica do Ginásio Arnaldo.
- Hulsemans, Venâncio (padre, SS.CC.)
1944. *Padre Eustáquio Van Lieshout SS.CC., o vigário de Poá: notas biográficas*. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Entronização.
- Jäeger, Luiz Gonzaga (padre, S.J.)
1977. *Padre Pedro Lenz, S.J., primeiro provincial da companhia de Jesus restaurada no Brasil: tópicos da vida*. São Leopoldo/RS, Instituto Anchieta de Pesquisas (Publicações Avulsas, n.º 4).
- Joffily, José
1982. *Entre a monarquia e a república: idéias e lutas de Irenêo Joffily*. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Editora.
- Karam, Elias
1969. *Antístites de Curitiba*. Curitiba, Gráfica Voz do Paraná Ltda.
- Köhler, Leo (padre)
s.d. *Biografia completa: padre João Batista Réus, sacerdote e místico segundo o divino coração de Jesus*. Porto Alegre, Livraria Selbach.
s.d. *Vida do padre Réus*. Porto Alegre, A Nação.
- Lacerda, Stella
1956. *Traços da vida do monsenhor Júlio Maria do Rêgo Barros*. (prefácio de José Lins do Rego, apresentação do frei Romeu Pérea).

- Lima, Francisco (padre)
1956/1958. *D. Adauto, subsídios biográficos*. João Pessoa, Imprensa Oficial, 2 v.
- Lima, Jorge de
1945. *D. Vital*. Rio de Janeiro, Agir.
- Lustosa, Antônio de Almeida (arcebispo)
1939. *D. Macedo Costa, bispo do Pará*. Rio de Janeiro, Cruzada da Boa Imprensa, 2.^a ed.
- Mariz, Celso
1942. *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste*. João Pessoa.
- Medeiros, Bianor
1976. *Monsenhor Walfredo Gurgel: um símbolo*. Brasília, Senado Federal.
- Miranda, Antônio (padre, S.D.N.)
1948. *Padre Júlio Maria: sua vida, sua missão, o homem, o sacerdote, o fundador*. Manhumirim/MG, O Lutador.
- Neves, José Teixeira
1960. "Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro: atividades e influência de D. João Antônio dos Santos, bispo de Diamantina". In: *Revista do Livro*, XX, dezembro/1960.
- Nogueira, José Carlos de Ataliba
1941. *D. Joaquim Mamede da Silva Leite: traços biográficos*. Mogi-Mirim.
1945. *Elogio histórico de D. João Nery, 1.º bispo de Campinas*. Rio de Janeiro, Agir.
- Novaes, Maria Stella de
1952. *Um bispo missionário: Dom Fernando de Souza Monteiro*. Prêmio ABL.
1960. *O presidente Jerônimo de Souza Monteiro*. Rio de Janeiro, DASP (Pequenos Estudos sobre Administradores Brasileiros 14). (irmão de D. Fernando de Souza Monteiro, bispo do Espírito Santo).
- Oliveira, Alípio Odier de (monsenhor)
1941. *Traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta*. Mariana.
- Olivola, Felix de (frei, missionário capuchinho)
1936. *Um grande brasileiro: D. frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda*. Recife, Imprensa Industrial, 2.^a ed. ilustrada.
- Pacheco, D. Felipe Condurú (bispo)
1954. *D. Luís de Britto, 1.º arcebispo de Olinda*. Rio de Janeiro, Dept.º de Imprensa Nacional, 2 v.
1955. *Dom Francisco de Paula e Silva, XXIII bispo do Maranhão: esboço biográfico*. Petrópolis, Vozes.
- Paixão Neto, José
1980. *Dom Silvério: uma vida a serviço dos outros*. São Paulo, Dom Bosco (Coleção Heróis, v. 16).
- Pimenta, Silvério Gomes (arcebispo)
1876. *Vida de D. Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, conde da Conceição*. Mariana (2.^a ed./1892, 3.^a ed./1920. Niterói).
- Pinhão, Tavares
1944. *D. José Gaspar: biografia-depoimento*. Petrópolis, Vozes.
s.d. *Vultos eminentes do clero brasileiro*.

- Pinheiro, R. Nonato (padre)
1956. *D. João da Matta e Amaral*. Petrópolis, Vozes.
- Pinto, Luiz
1966. *Octacílio de Albuquerque: época, vida e obra*. Rio de Janeiro, Minerva.
- Pires, Aurélio
1939. *Homens e factos de meu tempo*. São Paulo, Cia. Editora Nacional (Brasiliana).
- Queiroz, Estácio de (cônego)
1952. *O padre Machado*. Recife, Editora Salesiana de Artes Gráficas.
- Quinderé, José (monsenhor)
s.d. "Dom Joaquim José Vieira, 2.º bispo do Ceará: aspectos da sua vida". In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza.
- Reis, Antonio Manuel dos
1940. *O bispo de Olinda perante a história* (D. frei Vital M. Gonçalves de Oliveira, dos Meninos capuchinhos). Recife, Imprensa Industrial. Tomo I. (1.ª ed., 1878).
- Ribeiro, Boanerges
1950. *O padre protestante*. (sobre o ex-padre José Manuel da Conceição). São Paulo, Casa Editora Presbiteriana.
- Rizzardo, Redovino (padre)
1974. *João Batista Scalabrini: profeta da Igreja peregrina*. Petrópolis, Vozes.
- Rodrigues, Julio
1929. *D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo: esboço biographico, homenagem do clero e dos cathólicos da archidiocese, por ocasião do jubileu de sua sagração episcopal – 1894/1929*. São Paulo, Instituto D.ª Anna Rosa.
- Rosário, Maria Regina do Santo (irmã) pseud. (Laurita Pessoa Raja Gabaglia)
1962. *O cardeal Leme – 1882/1942*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Santini, Cândido (padre)
1962. *O servo de Deus, padre João Baptista Réus, S.J.* Porto Alegre, Metrópole, 2.ª ed. ampliada.
- Santos, João
1978. *Monsenhor Frederico Costa, 1.º prelado de Santarém*. Belém, Conselho Federal de Cultura. (Coleção História do Pará, Série Arthur Vianna).
- Serrano, Jonathas
1924. *Julio Maria*. Rio de Janeiro, Centro D. Vital. (2.ª ed., Livraria Boa Imprensa, 1941).
- Silva, Lauro Monteiro de Carvalho e; Silva, Maximiliano Oswaldo de Carvalho e (orgs.)
1948. *In Memoriam, Dom Joaquim Mamede da Silva Leite, bispo titular de Sebaste*. (Mogi-Mirim) São Paulo, Editora Casa Cadorna.
- Silva Neto, Belchior J. da (C.M.)
1966. *Dom Viçoso, apóstolo de Minas*. Belo Horizonte.
- Sinzig, Pedro (frei, O.F.M.)
1934. *Frei Rogério Nenhaus O.F.M.*. Petrópolis, Vozes. (2.ª ed., 1939).
s.d. *Um apóstolo dos nossos dias*.

- Sousa, J. Moreira de
1960. *Dom Lino Deodato*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará.
- Souza, Joaquim Silvério de (arcebispo)
1927. *Vida de D. Silvério Gomes Pimenta*. São Paulo, Lyceu Coração de Jesus.
- Teves, Matias (frei, O.F.M.)
1948. *Entre os mocambos de Recife: frei Casimiro Brochtrup O.F.M., o missionário dos pobres*. Salvador Mensageiro da Fé.
- Trindade, Raimundo (cônego)
1929. *Biografia de Dom Silvério Gomes Pimenta*. Ponte Nova.
- Vidigal, Pedro Maciel (ex-padre)
1973. *O cardeal de Vasconcellos Motta*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

3. Memórias e Correspondência

- Amstad, Teodoro
1981. *Memórias autobiográficas*. São Leopoldo, Unisinos.
- Araújo, Heitor (padre)
1953. *Vinte anos de sertão*. Bahia.
- Bastos, Francisco (monsenhor)
1973. *Reminiscências de um pároco de cidade*. São Paulo, Edições Paulinas.
- Corrêa, Francisco Aquino (bispo, S.D.B.)
1924. *Elogio fúnebre do comendador Antonio Thomaz de Aquino Corrêa*. Cuiabá, Salesianas.
1949. *Testamento do vosso arcebispo: carta pastoral*. Rio de Janeiro.
- Figueiredo, Jackson de
1938. *Correspondência*. Rio de Janeiro, Editora A.B.C. (com um estudo de Tristão de Athayde e introdução de Barreto Filho).
- Lustosa, Antônio de Almeida (arcebispo)
1952. *Notas a lápis*. São Paulo, Salesianas. (Coleção Salesiana – Série Narração e Contos, 1).
1976. *No estuário amazônico: à margem da visita pastoral*. Belém, Conselho Estadual de Cultura.
- Memória, Francisco de Assis (padre)
1929. *Memórias de um cura*. Rio de Janeiro.
- Nóra, Moisés (prior da freguesia de Porto Ferreira, SP)
1903. *Recordações da minha pátria*. São Paulo. (obra ilustrada com o retrato do autor e auto-biografia do mesmo pelo esperançoso escriptor Carvalho Neves).
- Oliveira, Isócrates de (ex-padre)
s.d. *Drama de um padre: o meu escândalo*. Rio de Janeiro, Livraria Calçadense Ltda.
- Pedrosa, Francisco Raymundo da Cunha (pároco na freguesia de Escada, PE)
1905. *A terra santa: relato de viagem a Jerusalém e lugares santos / Palestina*.

Pinto, Adolfo Augusto
1971. *Minha vida: memórias de um engenheiro*. São Paulo, Comissão Estadual de Literatura (Coleção História) (pai de D. Gastão Liberal Pinto, bispo de São Carlos/SP).

Quinderé, José (monsenhor)
1979. *Reminiscências*. Fortaleza, 2.^a ed.

Réus, João Batista (padre)
1952. *Diário e Autobiografia: escritos autobiográficos*. 2.^a ed.

Sinzig, Pedro (frei, O.F.M.)
1917. *Reminiscências d'um frade*. Petrópolis, Vozes.

Souza, Joaquim Silvério de (arcebispo)
1897. *Sítios e personagens*. São Paulo, Salesiana.

Thiago, Arnaldo S.
1953. *Memórias de um franciscano*. Florianópolis.

Uchoa, João de Barros (monsenhor)
1944. *Reminiscências de um cardinalato*. Petrópolis, Vozes.

4. Poliantéias

Academia de Letras da Bahia
1940. *Recepção do padre Manoel de Aquino Barbosa em 22.6.1940: a saudação do acadêmico Dr. Magalhães Netto e o discurso do recipiendário*. Bahia, ALB.

Carvalho, Afonso José de
1934. *O novo bispo de São Carlos: saudação a D. Gastão Liberal Pinto, bispo de São Carlos*. (pronunciado na Cúria Metropolitana de São Paulo, a 5 de junho em nome da Confederação Católica). São Paulo, Ave Maria.

Carvalho, João Batista (padre) e Otávio, Benedito
1920. *Saudosa homenagem a D. João Nery, 1.º bispo de Campinas* Oficinas Gráficas Cardozo Filho & Cia.

Cavalcanti, Joaquim Arcoverde de Albuquerque (cardeal)
1916. *As festas cardinalícias*. (notícia da festiva recepção feita no Rio de Janeiro, no dia 1.º de Abril de 1906, a S. Eminência, o senhor cardeal arcebispo do R.J., D. Joaquim A. de A. Cavalcanti). Rio de Janeiro, Jornal do Commercio.

Corrêa, Francisco Aquino S.D.B. (arcebispo)
1945. *Discursos*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 2, 2.^a ed.

Diocese de Ribeirão Preto
1934. *A diocese de Ribeirão Preto em homenagem grata e festiva a seu amado bispo D. Alberto José Gonçalves na feliz ocorrência das datas jubilares de seu sacerdócio e episcopado*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

Guillemot et Lamotte
s.d. *Jackson de Figueiredo – 1891-1928*. (álbum de fotos). Paris, imprimé par Guillemot et Lamotte, exemplar n.º 470.

Mello, José Marcondes Homem de (arcebispo)
1931. *Homenagem ao Exmo. e Revmo. Sr. D. José Marcondes Homem de Mello, arcebispo-bispo de São Carlos*.

Pacheco, José Felix Alves
1924. *O jubileu de sua Eminência o cardeal D. Joaquim A. de A. Cavalcanti*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio.

Pedávoli, Celestino de (frei)
1882. *Oração fúnebre por ocasião das solenes exéquias do Exmo. Revmo. Sr. bispo de Olinda, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira*. Recife, Typ. Central.

5. Histórias Eclesiásticas

Balém, João Maria (monsenhor) *et alii*
1956. "A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912". In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas, Editora Regional, v. 2.

Baratta, José do Carmo (cônego)
1922. *História eclesiástica de Pernambuco*. Recife, Imprensa Industrial.
1926. *Escola de heróis: o colégio de N. S. das Graças, o seminário de Olinda*. Recife, Imprensa Industrial.

Barbosa, Manoel de Aquino (monsenhor)
1945. *A Igreja no Brasil: notas para sua história*. Rio de Janeiro, Editora A Noite.
1972. *Retalhos de um arquivo*. Salvador, Editora Beneditina.

Beozzo, José Oscar (coord.) (padre)
1980. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes. Tomo II/2.

Boni, Luis A. de (ex-padre)
1980. "O catolicismo da imigração: do triunfo à crise". In: José Hildebrando Dacanal (org.), *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre, Mercado Aberto (Série Documento 4).

Câmara, Jaime de Barros (cardeal)
1943. "A Igreja no estado de Santa Catarina". In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v. 2., fasc. 2, junho/1943.
1945. *Apontamentos de história eclesiástica*. Petrópolis, Vozes.

Camargo, Paulo Florêncio da Silveira (monsenhor)
1952/1953. *A Igreja na história de São Paulo*.
1955. *História eclesiástica do Brasil*. Petrópolis, Vozes.

Carrato, José Ferreira
1963. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo, Cia. Editora Nacional (Coleção Brasileira 317).
1968. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista*. São Paulo, Cia. Editora Nacional (Coleção Brasileira 334).

Congresso Nacional. Câmara dos Deputados
1978/1980. *O clero no parlamento brasileiro 1823/1889*. (documentos parlamentares 124, 124A, 124B, 124C, 124D), Rio de Janeiro, Câmara dos Deputados/Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC – 5. v.

- Costa, Rovílio *et alii* (capuchinho)
1976. *Antropologia visual da imigração italiana*. Porto Alegre, Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, EST/UCS.
- D'Aprennont, Bemardin e Gillonay, Bruno de (padres)
1976. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul – 1896/1915*. Porto Alegre, EST/UCS.
- Deelen, Godofredo (padre, SS.CC.)
1967. "O episcopado brasileiro". In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro. v. 27, fasc. 2, junho/67. p. 311/331.
- Deschand, Desidério
1910. *A situação atual da religião no Brasil*. Rio de Janeiro.
- Edições Comemorativas de Congressos Eucarísticos
1922. Rio de Janeiro.
1933. Salvador.
1936. Belo Horizonte.
1939. Recife.
1942. São Paulo.
- Fides Brasiliae
1944. *Álbum do clero do Brasil – 1943/1944*. Rio de Janeiro, Edição de Fides Brasiliae, v. 2.
- Fortes, Amyr Borges e Wagner, João B. S.
1963. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo.
- Frotá, José Tupinambá da (bispo de Sobral)
1974. *História de Sobral*. Fortaleza, Edit. Henriqueta Galeno, 2.^a ed.
- Hoornaert, Eduardo (coord) (padre)
1979. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes. Tomo 2.
- Jäeger, Luís Gonzaga (padre, S. J.)
1946. *O clero na epopéia farroupilha*. Porto Alegre, Livraria do Globo. Separata do IV Congresso de História e Geografia do RS. v. 2., p. 619/716.
- Laufer, Frederico (padre, S. J.)
1957. "A Igreja Católica de 1912 a 1957" In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas, Editora Regional. v. 4.
- Lehmann, João Batista (padre)
1947. *O Brasil católico, 1947: sinopse da hierarquia eclesiástica brasileira, inclusive ordens e congregações religiosas*. Juiz de Fora, Lar Católico, 5.^a ed.
- Marques, César Augusto
1977. *A Igreja no Maranhão*. São Luiz, Fundação Cultural do Maranhão.
- Maria, Julio (padre) pseud. (Julio César de Morais Carneiro)
1981. *A Igreja e a República*. Brasília, Ed. UnB (Biblioteca do Pensamento Político Republicano 9).

- Moura, Odilão (O.S.B.)
1978. *As idéias católicas no Brasil: direções do pensamento católico do Brasil no sec. XX*. São Paulo, Convívio.
- Neis, Ruben (padre)
1978. *A Igreja no pastoreio do Rio Grande do Sul luso-brasileiro*. In: *Renovação*. Porto Alegre, Regional Sul 3 da CNBB, n.º 122, novembro/78.
- Novaes, Maria Stella de
s.d. *História do Espírito Santo*. Vitória, Fundo Editorial do Espírito Santo.
1955. *Relicário de um povo: o santuário de Nossa Senhora da Penha no Espírito Santo*, Vitória. (2.ª ed. 1958).
- Pacheco, D. Felipe Condurú (bispo)
1969. *História eclesiástica do Maranhão*. São Luís, Dept.º de Cultura Maranhense.
- Pires, Heliodoro (padre)
1917. *Visões e ressonâncias: alguns aspectos sociais do catolicismo no Brasil* (publicado com o pseudônimo Hildebrando, edição íntima). Campinas, Typ. Livro Azul, A. B. de Castro Mendes.
1946. *Temas da história eclesiástica do Brasil*. São Paulo, São Paulo Editora S. A.
- Quinderé, José (monsenhor)
s.d. "História eclesiástica do Ceará". In: *Anuário do Ceará*. Fortaleza.
- Rabuske, Arthur (padre, S. J.)
1978. "Nova fisionomia da Igreja no RS, a partir de 1850: visão geral desde o imigrante teuto e seus descendentes", In: *Renovação*. Porto Alegre, n.º 122, novembro/78.
- Ramos, Alberto Gaudêncio (arcebispo)
1952. *Cronologia eclesiástica da Amazônia*. Manaus, Tip. Fenix.
- Reis, Arthur Cezar Ferreira
1942. *A conquista espiritual da Amazônia*. São Paulo, Salesianas.
- Rodrigues, Anna M.ª Moog (seleção e introdução)
1981. *A Igreja na república*. Brasília, Ed. Unb.
- Ruppert, Arlindo (padre)
1956. "O clero baiano no Rio Grande do Sul". In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 16.
- Silva, Francisco de Paula e (arcebispo)
1922. *Apontamentos para a história eclesiástica do Maranhão*. Bahia. Typ. de São Francisco.
- Trindade, Raimundo (cônego)
s.d. *História da arquidiocese de Mariana*.
- Torres, João Camilo de Oliveira
1968. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo, Grijalbo.
- Vasconcelos, Vasco Smith de
1957. *História da província eclesiástica de São Paulo*. (ilustrada pelo heraldista Paulo Braga de Menezes). São Paulo, Saraiva.

6. Histórias das Ordens, Irmandades e outras Instituições e Circunscrições Religiosas

- Alves, Marieta
1948. *História da venerável ordem 3.^a da penitência do seráfico padre São Francisco da Congregação da Bahia*. Salvador, Imprensa Nacional.
- Amaral, João Soares do (monsenhor)
s.d. *Livro de notas do mons. João Soares do Amaral relativo ao seminário episcopal e outros assumptos – 1889/1898*. São Paulo, arquivo da Cúria Arquidiocesana de São Paulo.
- Balém, João Maria (monsenhor)
s.d. *A paróquia de São José do Taquari, no bicentário da colonização açoriana no Rio Grande do Sul – 1752/1952*. Porto Alegre, A Nação.
- Bulcão, Octávio de Aragão
1977. *O colégio Antonio Vieira de meu tempo – 1927/1933*. Salvador.
- Carvalho F.^o, José Eduardo Freire de
1923. *A devoção do Senhor Jesus do Bom-Fim e sua história*. Bahia, Typ. de São Francisco.
- Congregação dos Irmãos Maristas
1917. *Echos da província do Brazil septentrional*. (organizado por ocasião do 1.^o centenário da Congregação). Bahia, Typ. Bahiana de Cincinnato Melchhiades.
- Cúria Prelática/Padres Franciscanos de Santarém
1953. *O cinquentário da prelazia de Santarém – 1903/1953*. Petrópolis, Vozes.
- Faria, Tasso Vieira de
1943. *A ronda dos sacrifícios*. (publicação comemorativa do cinquentário de atuação das irmãs franciscanas na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1893/1943). Porto Alegre, Livraria do Globo/Barcellos, Bertaso Cia., 2.^a ed.
- Fontes, Henrique da Silva
1972. *A irmandade do Senhor dos Passos e o seu hospital e aqueles que os fundaram*. Florianópolis, edição do autor.
- Fouquier, Joseph H. (padre, S. J.)
1940. *Jesuítas no Norte, 2.^a entrada da Companhia de Jesus – 1911/1940*. Bahia, Livraria Duas Américas.
- Lütterbeck, Jorge Alfredo (padre, S. J.)
1977. *Jesuítas no Sul do Brasil: capítulos de história da missão e província sul-brasileira da Companhia de Jesus*. (revisão e apresentação de Arthur Rabusbe, S. J.). São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas (Série Publicações Avulsas 3).
- Marcicaglia, Luiz (padre, S. D. B.)
1958. *Os salesianos no Brasil: ensaio de crônica dos segundos vinte anos da obra de Dom Bosco no Brasil – 1904/1923*. São Paulo, Salesiana.
- Miranda, Maria do Carmo Tavares de
1976. *Os franciscanos e a formação do Brasil*. Recife, Univ. Fed. Pernambuco. (1.^a ed. 1969).
- Müller, Gregório (monge, O. S. B.)
1947. "Histórico da abadia de São Sebastião da cidade de Salvador/Bahia". In: *Os Beneditinos na Bahia – 1581/1947*. Salvador, Tip. Beneditina.

- Nembro, Metodíio (frei, O. F. M. cap.)
1957. *I cappuccini nel Brasile: missione e custodia del Maranhão – 1892/1956*. Milano, Centro Studi Cappuccini Lombardi.
- Palazzolo, Jacinto de (frei, O. F. M. cp.)
1945. *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce: como surgiu a cidade Itambacuri, fundada por frei Serafim de Gonizia, missionário capuchinho – 1873/1944*. Petrópolis, Vozes (apresentação de Alceu Amoroso Lima).
1966. *Crônica dos capuchinhos do Rio de Janeiro*. Petrópolis, Vozes.
- Passos, Zorcastro
1929. *Notícia histórica da Santa Casa de Salbará – 1787/1928*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
- Pio, Fernando
1975. *A ordem terceira de São Francisco do Recife e suas igrejas*. Recife, Imprensa Universitária da Univ. Fed. de Pernambuco, 5.^a ed. (1.^a ed., Diário da Manhã S.A., 1938).
- A Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, nas festas do centenário da Independência Nacional – 1822/1922.
1922. Petrópolis, Vozes.
- Rabuske, Arthur (S. J.)
s.d. *Os "Bruder" jesuitas no sul do Brasil: alguns esboços biográficos*. Separata da obra "Anais do 1.^o simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul".
1978. *Os inícios da colônia italiana no Rio Grande do Sul em escritos de jesuitas alemães*. Porto Alegre, UCS/EST.
- Revista Seminário Imaculada Conceição, 25 anos
1938. São Leopoldo.
- Rizzardo, Redovino (C. S.)
1975. *A longa viagem: os carlistas e a imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EST/Sulina.
- Röwer, Basílio (frei, O. F. M.)
1947. *Páginas de história franciscana no Brasil*. Petrópolis Vozes.
- Segura, Turibio Vilanova (padre)
1948. *Bom Jesus da Lapa: resenha histórica*. São Paulo, Gráfica São José, 3.^a ed.
- O Seminário Central da Imaculada Conceição e a História das Vocações no Sul do Brasil.
1950. In: *O Seminário*. São Leopoldo, n.º 3.
- Simonetti, Breno (padre)
1976. *História de um seminário: 50 anos do seminário diocesano de Santa Maria – 1926-1976*. Santa Maria/RS, Livraria Editora Pallotti.
- Willeke, Venâncio (frei, O. F. M.)
1962. *São Francisco das Chagas de Canindé: resumo histórico*. Salvador, Mensageiro da Fé.
1977. *Franciscanos na história do Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- Zagonel, Carlos Albino
1975. *Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia, um contributo para a Igreja no RS – 1895/1915*. Porto Alegre, EST/Sulina (Coleção Centenário da Imigração Italiana 5).

7. Trabalhos Acadêmicos

- Azevedo, Thales de
1955. *O Catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro, MEC/Serviço de Documentação (Cadernos de Cultura 87).
1978. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo, Ática. (Coleção Ensaio 51).
- Azzi, Riolando (padre)
1981. *Presença da Igreja Católica na sociedade brasileira - 1921/1979*. Rio de Janeiro, Tempo e Presença (Cadernos do ISER 13).
- Boeher, George C. A.
1970. "A Igreja no segundo reinado: 1840-1889. In: Henry H. Keith e S. F. Edwards, *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Bruneau, Thomas G.
1974. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Edições Loyola.
- Della Cava, Ralph
1976. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Fausto, Boris (org.)
1977. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro, Difel. Tomo III, v. 2 (Sociedade e Instituições - 1889/1930).
- Lustosa, Oscar de Figueiredo
1979. *Igreja e política no Brasil: o partido católico 1870/1889*. São Paulo, USP. (tese de doutoramento).
- Montenegro, João Alfredo de Souza
1972. *Evolução do catolicismo no Brasil: novo enfoque da história do catolicismo no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- Pereira, Neto
1966. *Dom Vital e a questão religiosa no Brasil*. Recife, Imprensa Universitária.
1970. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Recife, Univ. Fed. de Pernambuco.
- Todaro, Margaret P.
1971. *Pastors, prophets and politicians: a study of the Brazilian Catholic Church - 1916/1945*. New York, Columbia University, Ph. D. dissertation.
- Vieira, David Gueiros
1980. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília, Editora da UnB.
- Villaça, Antonio Carlos
1974. *História da questão religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília

Histórico

O Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília foi iniciado em março de 1984, com dois cursos a nível de Mestrado: o de Ciência Política e o de Relações Internacionais.

O ensino de Ciência Política começou na UnB logo após a sua criação, em 1962, mas com a extinção dos antigos cursos de Sociologia e Política, e a conseqüente implantação do Curso de Bacharel em Ciências Sociais no final dos anos 60, a Ciência Política se tornou uma das habilitações deste curso.

O núcleo de Ciência Política neste novo Departamento de Ciências Sociais participou do Mestrado em Sociologia criado em 1970 cujos alunos produziram várias teses nas áreas de Sociologia Política, Política Brasileira e Relações Internacionais.

Em 1973, a UnB criou o Bacharelado em Relações Internacionais, o único curso desta natureza credenciado no Brasil (Decreto n.º 80.532, de 10/10/1977).

O núcleo de Ciência Política existente no Departamento de Ciências Sociais foi deslocado para o novo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, criado em 1976.

Em duas ocasiões o Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais ofereceu um Curso de Especialização em Relações Internacionais, voltado para a América Latina: no 2.º semestre de 1980 e no 2.º semestre de 1982, com 20 alunos (10 brasileiros e 10 latino-americanos cada vez). Estes cursos foram realizados com o apoio da Seplan/Subin, do Ministério das Relações Exteriores e da OEA. Um terceiro curso deste tipo (dando ênfase à política latino-americana) está sendo planejado para o 2.º semestre de 1984.

Assim, tendo alcançado uma massa crítica docente suficiente, em fins de 1983 o Decanato de Pós-Graduação e Pesquisa autorizou o funcionamento dos dois Cursos de Mestrado com oito vagas cada, cuja seleção foi realizada em fevereiro de 1984 e as aulas iniciadas no mês seguinte.

Organização dos Cursos

A seleção dos candidatos aos dois cursos de Mestrado se faz através de: 1) avaliação do histórico escolar e *curriculum vitae* do candidato; 2) um exame escrito abordando conhecimentos básicos de Teoria Política, Política Brasileira ou Relações Internacionais, Estatística, Métodos

de Pesquisa, e a tradução de um texto técnico em língua estrangeira (inglês ou francês); e 3) uma entrevista individual com uma banca de três professores do programa.

Para obter o grau de Mestre, o aluno deverá completar um mínimo de 42 créditos em disciplinas e ter sua dissertação aprovada por comissão julgadora de três especialistas da qual faz parte obrigatoriamente, o professor orientador. A conclusão do Curso de Mestrado, inclusive a defesa de tese, tem um prazo mínimo de dois e máximo de seis períodos letivos regulares.

Estes 42 créditos são obtidos pela conclusão de um mínimo de 11 disciplinas regulares (obrigatórias, da área básica, da área de concentração e de domínio conexo). As disciplinas obrigatórias são: Estudo de Problemas Brasileiros, Métodos de Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais, Seminário em Ciência Política e Relações Internacionais, e Formação Política do Brasil e Teoria Política Contemporânea (Mestrado em Ciência Política) ou Relações Internacionais do Brasil e Teoria das Relações Internacionais (Mestrado em Relações Internacionais) num total de 14 créditos:

O Mestrado em Ciência Política tem duas áreas básicas (Teoria e Metodologia, e Análise e Processo Político) entre as quais o aluno escolherá uma disciplina em cada, num total de oito créditos. Na área de concentração (Instituições e Políticas Públicas Brasileiras) serão escolhidas três disciplinas (12 créditos). O aluno ainda escolherá uma disciplina de domínio conexo (4 créditos), e finalmente uma outra de livre opção entre as áreas básicas, área de concentração ou de domínio conexo (4 créditos).

O Mestrado em Relações Internacionais tem uma área básica (Relações Internacionais) onde o aluno escolherá duas disciplinas (8 créditos). Na área de concentração (Sistema Internacional e Política Externa) serão escolhidas três disciplinas (12 créditos). Escolher-se-á uma disciplina de domínio conexo (4 créditos) e uma outra de livre opção (4 créditos).

Por serem áreas afins, são consideradas de domínio conexo as disciplinas oferecidas pelos seguintes Cursos de Mestrado da UnB: Sociologia, História, Antropologia, Economia, Administração, Direito, Comunicação, Urbanismo e Educação.

Poderão ser atribuídos créditos a disciplinas de pós-graduação cursadas em outras instituições num total de 50% dos créditos exigidos pelo programa.

Corpo Docente e Linhas de Pesquisa

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UnB conta com um total de 19 docentes, 16 dos quais lotados no próprio departamento e 3 com formação em Ciência Política lotados atualmente em outros departamentos da UnB. Deste total, 12 são designados "professores orientadores" (Doutor, Ph.D., ou Titular) e já credenciados anteriormente em outros cursos de pós-graduação; 4 com doutorado em conclusão; 2 embaixadores em nível de professor adjunto; e um professor titular visitante. Destes, 14 são de dedicação exclusiva.

Quanto à formação acadêmica do corpo docente: 6 obtiveram seus títulos no Brasil (3 na USP, UFRJ, UFPE e UFGO); 8 nos Estados Unidos (Georgetown University, University of Florida, Michigan State University, George Washington University, Stanford University, University of California, University of Massachusetts e University of Connecticut); e 5 na Europa (3 em Paris, Cambridge University e Universidade Livre de Berlim).

As linhas de pesquisa desenvolvidas por este corpo docente aglutinam-se em torno de:

Partidos Políticos: evolução histórica dos sistemas partidários no Brasil; recrutamento de lideranças; comparações com a América Latina.

Sistemas Eleitorais: avaliação dos efeitos das tentativas de "Engenharia Política" no Brasil; comparações com a América Latina, Europa, etc.

Poder Legislativo: recrutamento legislativo; comportamento de bancadas partidárias e regionais; produção legislativa; relações com o Poder Executivo.

Transformações de Regimes Autoritários: análise histórica de regimes autoritários no Brasil e na América Latina; problemas contemporâneos com o desengajamento de governos militares.

Políticas Públicas no Brasil: análise crítica da formação de políticas públicas, nos setores energético, agrícola, urbano e política externa.

Ideologias e o Discurso Político: o papel das ideologias na comunicação política; mensagens presidenciais.

Teoria Política do Estado: relações Igreja-Estado; darwinismo social; nacionalismo e marxismo.

Sistema Internacional Pós-Guerra: análise da ONU e outros órgãos internacionais; relações econômicas; nova ordem mundial.

Política Externa Brasileira: grandes potências, América Central, América do Sul, Terceiro Mundo.

Direito Internacional Público: problemas com arbitragem, extradição, e contenciosos; direito do mar.

Sistema Interamericano: tratados, integração econômica, sistemas jurídicos.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UnB conta com os seguintes docentes lotados no próprio

departamento: José Carlos Brandi Aleixo, Sérgio Silva do Amaral, Carlos Henrique Cardim, Getúlio Carvalho, Maria Izabel Valladão de Carvalho, Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento, David Verge Fleischer, Walder Tavares de Goés, Lytton Leite Guimarães, José Osvaldo de Meira Penna, Luiz Pedone, Argemiro Procópio Filho, José Francisco Rezek, Rubens Ricúpero, Antônio Augusto Cançado Trindade, e Anna Maria Villela. Este Programa ainda conta com a colaboração de mais três docentes lotados em outros departamentos: Vilma de Mendonça Figueiredo, Benício Viero Schmidt e Nelson Lehmann da Silva.

David Verge Fleischer

Pesquisas em Andamento*

Bandeira, Lourdes Maria (UFPB)
Participação da Mulher na História da Paraíba

A participação da mulher na história da Paraíba a partir dos anos 30 é uma tentativa de recuperar a participação feminina enquanto força de trabalho, enquanto agentes políticos, tanto no processo institucional quanto no processo das relações sociais.

Dip: 1984/Dpc: 1985/Pc/Fin: CNPq.

Bastos, Rafael J. Menezes (UFSC)
Música, Cultura e Sociedade no Alto Xingu

A música como foco privilegiado nas sociedades do Alto Xingu. Como subsistema do ritual intertribal, a música intermedia a mitocosmologia com os subsistemas de expressão cor-

poral (dança, plumária, adereços). Estudo centrado nas relações texto-música-mito/organização social e política. Mudança e conservação.

Dip: 1979/Dpc: 1985/Vp/Pub: A Musicologia Kamayurá: para uma Antropologia da Comunicação no Alto Xingu. Brasília, Fundação Nacional do Índio, 1978.

Brito, Maria Noemi Castilhos (UFRGS)
Participação Sindical Feminina

Pesquisa desenvolvida no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Porto Alegre, visando estabelecer quais as formas e possibilidades de atuação da mulher no movimento sindical, associando o conhecimento das condições de vida e trabalho desta categoria. Pela seleção de um grupo já destacado nestas

* Esta seção divulga pesquisas em andamento ou recentemente concluídas pelos membros de instituições de ensino e/ou pesquisas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. As informações devem ser enviadas em formulários disponíveis na secretaria das unidades filiadas à Associação ou na Editora do BIB. A seguir, apresentamos um modelo de entrada e significado das abreviações utilizadas no inventário.

Nome do pesquisador; Pesquisador(es) associado(s); Título do projeto; Breve descrição do projeto, em 10 linhas, onde fique claro a natureza e a extensão do projeto, acompanhadas das seguintes informações: Data do início da pesquisa (Dip); Data prevista da conclusão (Dpc); Estado atual da pesquisa; Estudos preliminares (Ep); Versão preliminar (Vp); Publicada (P); Pesquisa de campo (Pc); Versão definitiva (Vd); Instituição(ões) financiadora(s) (Fin); e publicações recentes relacionadas com a pesquisa (favor incluir referências completas (Pub)).

atividades – delegadas sindicais e diretoria – se estabelece, através de suas histórias de vida, os níveis de participação atingidos nesta experiência, que se destaca no panorama sindical gaúcho.

Dip: 1978/Dpc: 1985/Vp/Pub: "Participação Feminina. Um Estudo de Caso". *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, UFRGS, Porto Alegre, 1984.

Melo, Marcus A. Barreto Campelo de (UFPE)
Políticas Públicas Urbanas no Brasil, 1920-1966

Análise da intervenção do Estado nas áreas urbanas do Recife e Rio de Janeiro, no que se refere às ações na área de habitação e de combate aos mocambos e favelas. Análise de políticas setoriais de impacto urbano e de habitação (política de habitação dos institutos de aposentadoria e pensões).

Dip: 1982/Dpc: 1986/Pc/Pub: "Estado, Habitação e Lutas de Classe no Recife, 1920-1964". *Cadernos do CEAS*, n.º 92, 1984.

Pinheiro, Ana Alice Costa (UFBA)
Participação Política da Mulher na Bahia

Estudo da participação política da baiana no parlamento, sindicatos e associações de moradores, sua relação com o movimento feminista e as características que essa participação apresenta e que a distingue da participação masculina. A perspectiva é ver, também, como essa participação se dá dentro das relações familiares e da política local.

Dip: 1983/Dpc: 1987/Pc.

Pinto, Céli Regina J. (UFRGS)
Mulher e Poder no Rio Grande do Sul (1889-1930)

O projeto tem como objetivo reconstruir a vida cotidiana da mulher na campanha do Rio Grande do Sul no período da chamada República Velha. A hipótese central da pesquisa é a de que as relações patriarcais na região tomaram formas concretas originais e que estas formas propiciaram à mulher uma posição distinta nas relações de poder, se comparadas com outras regiões do país na mesma época.

Dip: 1984/Ep.

Prá, Jussara Reis (UFRGS)
A Participação Política da Mulher Riograndense

O projeto "Participação Política da Mulher no Rio Grande do Sul" tem como objetivo principal a análise das modalidades de participação desenvolvidas pela mulher gaúcha, tanto a nível de comportamento político como através da ocupação de cargos públicos. Os dados utilizados nesta pesquisa provêm de levantamentos pré-eleitorais e de informações oficiais.

Dip: 1984/Ep/Pub: Com Marcello Baquero, "História, Socialização e Participação Política: uma análise longitudinal (1946-1982)". *Educação e Realidade*, número especial, a sair.

Santos, Sílvio Coelho dos (UFSC)
Construção de Barramentos, Geração de Energia e os Índios da Região Sul

O projeto leva em consideração as diversas pesquisas por nós já desenvolvidas, e a afirmação do Grupo de Estudos de Conseqüências de Obras de Engenharia (Gecoen). Outrossim, e em decorrência do projeto da Eletrosul, empresa subsidiária da Eletrobrás, em aproveitar o potencial hidroelétrico do Rio Uruguai, dar-se-á atenção especial às conseqüências que tal projeto acarretará para os índios, seja em termos de dilapidação de seu patrimônio, seja pelas pressões novas, que seguramente reorientarão sua realidade sócio-cultural. Nesse sentido, dar-se-á ênfase às conseqüências que ocasionarão a barragem *Machadinho*, primeira a ser construída no Rio Uruguai, para os índios do PI Ligeiro (RS). Outras barragens também serão consideradas. A tentativa será a de originar algumas dissertações de mestrado e monografias com vistas ao aprofundamento da problemática conseqüências de obras de engenharia, em particular barragens, para os índios da região sul.

Dip: 1982/Dpc: 1985/Fin: CNPq/Pub: "Construções de Barragens e Sociedades Indígenas no Sul do Brasil". *Ciência e Cultura*, v. 36, n. 6, junho de 1984.

Santos, Sílvio Coelho dos et alii (UFSC)
A implantação das Barragens na Bacia do Rio Uruguai e suas Implicações Sociais

O presente projeto pretende analisar a realidade sócio-econômica e cultural das populações residentes nos municípios que seriam afetados pelos barramentos projetados pela Eletrosul, para a Bacia do Rio Uruguai, dos movimentos

sociais que estão se organizando contra os citados barramentos e as possíveis conseqüências advindas de sua implantação. Pesquisas anteriores restringiam-se à análise das conseqüências sociais das barragens para as populações indígenas da região. O presente projeto pretende ampliar estes estudos para o total da população a ser atingida, na área que compreende a construção do complexo de barragens de Itapiranga, no Rio Uruguai, e do complexo de barragens nos Rios Chapecó e Chapecozinho.
Dip: 1984/Dpc: 1986/Ep/Fin: CNPq.

Tabak, Fanny (PUC-RJ)
Representação Feminina no Poder Legislativo no Brasil

Estudo da participação da mulher no Congresso Nacional brasileiro, a partir de 1932 – atuação parlamentar, representatividade social, caracterização da campanha eleitoral. Análise das eleições de 1982 a nível nacional, da representação feminina, por legenda partidária e estado. Análise de plataformas eleitorais e do conteúdo das iniciativas parlamentares e sua relação com as reivindicações do movimento feminista e com os programas dos partidos políticos.
Dip: 1983/Dpc: 1985/Vp/Fin: CNPq/Pub: *Mulher e Política*. Paz e Terra, 1982; *Autoritarismo e Participação Política*. Rio, Graal, 1983.

Vieira, Joselita Rodrigues (PFPb)
Violência sobre a Mulher Paraíba

Este estudo pretende analisar os diversos tipos de violência que vitimam a mulher –

desde a camuflada, ideológica, privada até a pública, declarada, física, como também o índice de impunidade dos agressores.
Dip: 1984/Dpc: 1985/Vp.

Werner, Dennis (UFSC)
Barragens e Controle das Cheias no Vale do Itajaí

Esta pesquisa visa examinar as atitudes das comunidades no Vale do Itajaí frente as cheias de 1983 e 1984, particularmente no que tange à construção de barragens de controle de cheias, desmatamento e perda de terras.
Dip: 1983/Dpc: 1985/Pc/Fin: Finep/Pub: "Psycho-Social Stress and the Construction of a Flood-Control Dam in Santa Catarina, Brazil". *Human Organization*, no prelo; "Acesso a Recursos durante as Enchentes em Itajaí". *Revista de Ciências Humanas*, UFSC, no prelo.

Zancheti, Silvio Mendes (UFPE)
Cidade e a Formação do Estado Nacional (1822-1930)

Este estudo pretende mostrar como as cidades entraram dentro das estratégias políticas dos diversos grupos políticos no período monárquico e na República, para a construção do Estado Nacional. Como caso específico, investiga-se como Recife passou de uma metrópole do século XIX a uma cidade secundária com a República.
Dip: 1984/Dpc: 1986/Ep/Fin: CAPES.

Azevedo, Beatriz R. Zago de
A Produção Não-Capitalista: uma discussão Teórica. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983, 136 pp.
Orientador: José Hugo Ramos.

Este trabalho se propõe a levantar algumas questões relativas ao significado e importância das atividades consideradas não tipicamente capitalistas mediante o exame de alguns estudos existentes sobre o assunto. O trabalho consta de uma revisão dos estudos iniciais acerca do tema e de uma sistematização das abordagens mais recentes, onde se estuda as principais definições existentes sobre o fenômeno, o sentido desta produção e suas supostas contribuições ao processo de acumulação capitalista.

Camargo, Dilan D. D'Ornellas
Centralização e Intervenção: Padrão Político e Institucional do Estado Novo no Rio Grande do

Sul – O Conselho Administrativo de Estado, RS. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983, 200 pp.
Orientador: Abílio Baeta Neves.

Esta dissertação procura estudar o período histórico do Estado Novo no Rio Grande do Sul através da ação de um dos órgãos típicos de sua estrutura institucional, administrativa e política: o Conselho Administrativo de Estado. Através da análise de sua ação no Rio Grande do Sul procuramos demonstrar o seu papel como um dos principais mecanismos de intervenção e centralização na autonomia regional, o que se constituiu no padrão político e institucional do Estado Novo. Esta análise nos permitiu estabelecer um certo grau de especificidade da vigência do Estado Novo no Rio Grande do Sul, quando o CAE cumpriu também um papel específico ao nível da racionalização administrativa, da homogeneização orçamentária e da intervenção estatal da economia.

* Esta seção divulga teses e dissertações recentemente concluídas nas principais instituições de pós-graduação do país ou pelos seus membros. As informações devem ser enviadas através de formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ou na Editora do BIB. A seguir, apresentamos um modelo da entrada das informações.

Nome do autor, título e subtítulo do trabalho, grau obtido, área de estudo, instituição, ano, número de páginas, nome do orientador e breve descrição, em mais ou menos 10 linhas, onde fique claro uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho.

Canuto, Vera Regina Albuquerque
A Organização do Ensino Superior Brasileiro: Condicionantes Sociais e Políticos. Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1983, 163 pp. Orientadora: Lia Parente Costa.

Este trabalho realiza uma análise da organização do ensino superior brasileiro entre os anos de 1930 e 1970, a partir de uma perspectiva que privilegia a apresentação das tensões e contradições nela contidas. Faz uso da visualização gramsciana da superestrutura, buscando apreender uma margem possível de atuação dos aparelhos ideológicos de estado numa direção contrária à da reprodução das relações sociais de produção. Através de um levantamento da legislação referente ao ensino superior no período delimitado, e da análise de pronunciamentos e debates que antecedem e precedem sua efetivação como prática institucional, aponta nesse segmento do aparelho escolar a presença de uma disputa por seu controle e sua conexão com a implantação de um dado projeto de hegemonia.

Cavalcante, Berenice de Oliveira
Certezas e Ilusões – O PCB na Década de 40. Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984, 320 pp. Orientador: Dr. Ulisses Telles Guariba Neto.

A análise do PCB, após a Conferência da Mantiqueira (1943), constrói-se a partir da identificação das matrizes ideológicas subjacentes à sua produção discursiva. Privilegiando os textos da *Tribuna Popular*, procede-se à constituição de visão de história e sociedade, articuladas às propostas políticas apresentadas naquele período. Tem-se como hipótese que no mesmo movimento que se constitui a máquina partidária, cria-se uma noção particular de militante que, por suas particularidades permite-nos concluir pela natureza totalitária da organização e de sua visão de mundo.

Cheibub, Zairo Borges
Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do Processo de Institucionalização do Itamaraty. Mestrado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1984, 140 pp. Orientador: Alexandre de S. C. Barros.

Esta tese parte da constatação de que o Ministério das Relações Exteriores e os diplomatas, *qua* grupo profissional, têm assumido um papel cada vez mais importante na formulação e condução da política externa brasileira. Em vista disso, procura-se compreender o processo que conduziu o Itamaraty a conquistar essa posição. A explicação desta evolução está baseada em um longo processo burocrático cuja principal tendência é a crescente burocratização do Itamaraty. Por burocratização entende-se uma série de transformações que se caracterizam pela criação de estruturas que se aproximem ao tipo ideal de burocracia, nos moldes estabelecidos por Max Weber. Em conexão com esta burocratização, o Itamaraty adquire também um alto grau de institucionalização política, medido pelo seu alto grau de adaptabilidade, complexificação, autonomia e coesão. Estes processos – burocratização e institucionalização – fazem com que o Itamaraty tenha o seu poder político aumentado face a outras instituições da política externa brasileira uma vez que nenhuma outra apresenta um grau de institucionalização similar, com exceção do Exército. A concepção de que os processos apontados são capazes de produzir um fortalecimento do poder político do Ministério das Relações Exteriores e dos diplomatas é o argumento central desta tese.

Duarte, Virgínia Costa
Radicais Cristãos: Atuação Política e Presença Ideológica. Mestrado em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1984, 242 pp. Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva.

O estudo levanta as interpretações que motivaram, em diversos períodos do tempo e diferentes espaços, discursos e práticas políticas divergentes àquelas da Igreja Universal e que acabaram por se constituir em um modelo alternativo de recristianização social. Mostra-se como este modelo influenciou a reorientação institucional da Igreja Católica no Brasil e, em particular, cada um dos seus setores. A partir daí, procura-se compreender as especificidades do discurso e da prática da ala “radical” da Igreja Católica, os condicionamentos de seu amadurecimento bem como sua influência política e ideológica na sociedade civil brasileira.

Leal, Ondina Fachel
A Leitura Social da Novela das Oito. Mestrado

em Antropologia, Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983, 167 pp. Orientador: Ruben George Oliven.

Este trabalho busca reconstituir como uma mesma mensagem dos meios de comunicação de massa é assistida, entendida e reelaborada por agentes sociais estruturalmente diferenciados. Tomou-se uma novela específica e fez-se uma etnografia da audiência, situando a Televisão, a telenovela e as narrativas da novela na vivência cotidiana destes agentes.

Mello, Alex Fiuza de

A Pesca sob o Capital: A Tecnologia a Serviço da Dominação (um estudo sobre o caso amazônico). Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 1982, 324 pp. Orientador: Michel Marie Le Ven.

A partir de 1969 o setor pesqueiro amazônico passa a ser palco de crescentes investimentos multinacionais que vão erigir, ao longo da década de 70, um dos maiores parques industriais de pesca do país. Os novos tempos da história deste fundamental setor econômico regional corresponderão contemporaneamente, em algumas localidades do interior, a um processo rápido e progressivo de modernização do processo artesanal de pesca, gerando novas tradições sociais mediante o surgimento da figura do pescador-proletário, até escassa e inexistente. O desmatamento da tradicional organização social e econômica da pesca artesanal, baseada numa produção de consumo e no máximo de comércio intenso nas décadas mais recentes – mas nunca de assalariamento da força de trabalho – está fazendo surgir, além do mais, uma outra personagem, vivenciada pelos remanescentes pequenos produtores autônomos e que hoje experimentam a condição de verdadeiros “posseiros de mar”.

Montenegro, Ana Maria Maciel

Imagens do Brasil. Um País do Terceiro Mundo na Imprensa Francesa. Doutorado do 3.º Ciclo em Geografia, Universidade de Paris VII, 1983, 323 pp. Orientador: F. Durand-Dastès.

Análise de conteúdo de artigos assinados, relativos a conjunturas diferentes da história recente do Brasil (1964, 1968, 1972, 1976), publicados nos jornais representativos (*Le Figaro*, *France-Soir*, *L'Humanité*, *Le Monde*). Uma

grelha de análise, elaborada a partir do conteúdo manifesto dos textos, permite uma leitura temática, em diacronia (evolução no tratamento de cada tema) e em sincronia (articulações entre temas), que revela conteúdos latentes e mostra as representações de cada um dos jornais. Da comparação entre eles surgem convergências significativas, onde sobressai a valorização do aparelho de Estado e das políticas consideradas “modernas” – isso leva a ocultar/subestimar o que constitui e decorre da sociedade civil. Mas essas convergências não têm como base sistemas comuns de referência – por isso o trabalho propõe elementos de reflexão sobre os fundamentos teóricos e políticos dos conteúdos revelados pela análise. O conjunto do trabalho supõe a crítica da noção de um progresso linear de todas as sociedades, dado pelo modelo das sociedades capitalistas desenvolvidas.

Oliveira, Luciano

Sua Excelência o Comissário – Descrição e Análise de Práticas Judiciais Exercidas pela Polícia na Resolução de Pequenos Casos de Natureza Penal Protagonizados pelas Classes Populares na Grande Recife. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1984, 215 pp. Orientador: Joaquim de Arruda Falcão.

O texto é uma descrição e uma tentativa de interpretação sociológica de práticas judiciais da polícia quando confrontada com pequenos casos de natureza penal protagonizados pelas classes populares da Grande Recife. Quer se trate de casos de natureza pessoal (desordem, ofensa moral, agressão, etc.) – logo, “não-classistas” –, quer se trate de casos de natureza patrimonial (furto, invasão de terreno, etc.) – logo, “classistas”. O material empírico é basicamente constituído pela observação direta do desempenho policial em 15 casos, e a leitura daqueles outros que foram anotados nos livros de Queixas das cinco agências policiais onde se realizou a pesquisa de campo. Descrevem-se as linhas gerais da prática policial, marcadas pela rapidez e informalidade. Sugere-se, a partir da grande expressividade numérica desses casos, que o estilo da atuação policial está determinado por razões mais estruturais que a simples vontade dos agentes, na medida em que eles não poderiam ser tratados dentro do modelo de processo demorado e custoso adotado pelas leis penais e aplicado pelo Judiciário oficial. Conclui-se, assim, com uma crítica à cultura jurídica vigente, mas, ao mesmo tempo, evita-se uma adesão sociologista às práticas policiais, por alguns de

seus aspectos afrontosos à dignidade da pessoa humana.

Santagada, Salvatore

A Empresa Não-Capitalista no Comércio Varejista de Carnes: o Caso de Porto Alegre (RS). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 191 pp. Orientador: Zander Soares Navarro.

O objetivo do estudo é a pequena empresa não-capitalista que atua no comércio varejista de carnes, verificando suas condições de reprodução no período de 1968 a 1983. A técnica de investigação foi a aplicação direta de questionários junto a cinquenta açougueiros-proprietários. O estudo mostra que o campo de trabalho onde atua a pequena empresa está estreitando-se, e que existe uma descaracterização da empresa especializada em carnes, em função da expansão do capital comercial e das condições imperantes na produção, distribuição e consumo do produto principal, a carne bovina.

Vieira, Paulo de Tarso Loguercio

Questão "Familiar" e Questão "Camponesa" na Agricultura Capitalista: uma Velha Novidade. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983, 92 pp. Orientador: Enno Liedcke.

O propósito deste trabalho foi o de rebater posições existentes no debate sobre agricultura e capitalismo, de que o instrumental teórico hoje disponível não dá conta da realidade agrária atual. Da necessidade ou bem de se rever categorias teóricas (no caso, a categoria camponês redefinida pela agricultura capitalista atual) ou bem criar conceitos novos que permitam à teoria dar conta desta nova realidade (no caso, o conceito de produção familiar). O trabalho descreve o atual debate, revê pontos que considera importantes na teoria marxista e conclui que não há realidade nova que exija conceitos novos.

Szyniak, David Victor

Enigma e Gênese do Dinheiro. Notas sobre Ideologia na Obra de Marx. Mestrado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas

do Rio de Janeiro, 1984, 135 pp. Orientador: Cesar Guimarães.

Examina as diversas formas pelas quais Marx tenta desvendar o enigma do dinheiro ao longo de sua obra. O estudo se centra fundamentalmente na análise dos escritos que sobre o assunto se encontram e *O Capital*, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 e nos *Grundrisse* de 1857/8. A questão-chave do trabalho é: de que forma entende Marx a produção da sociabilidade monetária e quais são seus pressupostos e premissas básicas? Levanta-se também hipóteses sobre as diversas formas em que se pode entender a materialidade do dinheiro, analisando-se as noções de "produto simbólico" e de "imaginário social" que, implícitas em Marx, poderiam ser utilizadas no desenvolvimento de uma teoria das ideologias. Finalmente, as conclusões ressaltam a importância da estrutura religiosa como modelo de análise do enigma, assinalando as ambigüidades em que incorre Marx ao tentar eliminar os elementos subjetivos no entendimento do mistério do dinheiro.

Winckler, Carlos Roberto

Pornografia e Organização Social da Sexualidade no Brasil: da Repressão à Dessublimação. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983, 164 pp. Orientadora: Éliada Rubini Liedke.

A dissertação reconstitui a gênese e a transformação da moral sexual burguesa no Brasil, que encontra uma das suas expressões na indústria cultural pornográfica. A moral sexual burguesa é estudada sob dupla dimensão: a organização psicofísica do corpo burguês e das classes populares conforme o tipo de trabalho e produção capitalistas e a utilização político-ideológica da questão sexual como forma de estabelecer a hegemonia sócio-sexual burguesa. A pornografia, forma recente de hegemonia sócio-sexual burguesa, contém, apesar dos limites, promessa de rompimento que ultrapassa a moral sexual vigente. Utilizam-se os clássicos da ciência histórica e da psicanálise, integrando-os a uma interpretação da historiografia brasileira analisada sob o ângulo da organização social da sexualidade, além de revistas eróticas publicadas no período 1970-1983.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

O *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* foi lançado ao público em solenidade na Fundação Getúlio Vargas, no dia 17 de dezembro. Na ocasião, apresentando a obra, falaram os professores Afonso Arinos de Melo Franco, Antônio Houaiss e Francisco Iglésias.

O *Dicionário*, coordenado por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu, é o resultado de dez anos de intenso trabalho de uma equipe de pesquisadores e redatores do Cpdoc da FGV, acrescido da colaboração de eminentes especialistas. Abrange o período de 1930 aos dias de hoje, compreendendo 4.493 verbetes dispostos em ordem alfabética e fartamente ilustrados. Desse total, 3.741 são biografias de personali-

dades que se destacaram no mundo político-administrativo, em episódios marcantes da história nacional ou ainda da chamada sociedade civil. Os 752 verbetes restantes referem-se aos partidos políticos, movimentos, eventos, constituintes e constituições, instituições econômicas e outros temas do período.

Em quatro volumes cartonados de grande formato, compreendendo cerca de 4 mil páginas, o *Dicionário*, pelo caráter objetivo, pela agilidade e pela riqueza do material informativo com que atende às mais diversas indagações, se prestará tanto ao leitor comum quanto ao pesquisador rigoroso, ao estudante como ao professor, às empresas e entidades culturais como às instituições especializadas, a todos quantos se interessam pela história política do Brasil contemporâneo.

Impresso por
Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.
Rua Santana, 136/138 (edifício próprio)
Tel.: 224-7732 (PABX)
Rio de Janeiro – RJ

ERRATA

Por um lapso da Editoria do BIB, o artigo de Mariza Corrêa, publicado nesta edição, aparece com o título errado: Mulher & Política . . .

O correto é:

Mulher & Família: um Debate sobre a Literatura Recente

bib

Sim, desejo receber regularmente e sem ônus, o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

nome

instituição

endereço

cidade

estado

cep

data

Este pedido deverá ser enviado à Editoria do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

bib

Sim, desejo receber regularmente e sem ônus, o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

nome

instituição

endereço

cidade

estado

cep

data

Este pedido deverá ser enviado à Editoria do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

- BIB 1 "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica"
Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi
- BIB 2 "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico"
Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro
- BIB 3 "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências"
Luiz Werneck Vianna
- BIB 4 "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada"
Lucia Lippi Oliveira
- BIB 5 "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978"
Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo
- BIB 6 "Os Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura"
Alba Zaluar Guimarães
- BIB 7 "Relações entre Negros e Brancos no Brasil"
Roque de Barros Laraia
- BIB 8 "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes"
Amaury de Souza
- BIB 9 "A Mulher na Força de Trabalho"
Maria Valéria Junho Pena
"Movimentos Sociais Urbanos"
Pedro Jacobi
- BIB 10 "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil"
Lia F. G. Fukui
- BIB 11 "Educação e Sociedade no Brasil"
Luiz Antonio Cunha
"Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente"
Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo
- BIB 12 "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"
Maria Tereza Sadek R. de Souza
"Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas"
José Guilherme Cantor Magnani
- BIB 13 "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica"
Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima
- BIB 14 "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica"
Licia do Prado Valladares e Magda Prates Coelho
- BIB 15 "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate"
José Cesar Gnaccarini e Margarida Maria Moura
- BIB 16 "Histórias de Vida na América Latina"
Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima
"Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico"
Neuma Aguiar
- BIB 17 "A Antropologia no Brasil"
Julio Cesar Melatti
"Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica"
Luiz Werneck Vianna
"Temas de Ciências Sociais"
Leôncio Martins Rodrigues

O BIB divulga periodicamente as atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O BIB, portanto, depende de você e da cooperação que você forneça.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

**Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais**
Editoria do BIB
Rua da Matriz, 82 – Botafogo
22.260 – Rio de Janeiro – RJ